



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-MESTRADO PROFISSIONAL**

**FÁBIO MAURÍCIO SALVARI**

**SETEMBRO DE 1889, TRAMAS DE UMA PRIMAVERA RECIFENSE:  
OS CASOS CHRISPIM E RICARDO GUIMARÃES**

**RECIFE  
2019**

FÁBIO MAURÍCIO SALVARI

**SETEMBRO DE 1889, TRAMAS DE UMA PRIMAVERA RECIFENSE:  
OS CASOS CHRISPIM E RICARDO GUIMARÃES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial de desempenho para a obtenção do título de Mestre em História.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

**Coorientador:** Prof. Dr. Helder Remígio de Amorim

**RECIFE  
2019**

S182s

Salvari, Fábio Maurício

Setembro de 1889, tramas de uma primavera recifense ; os casos  
Chrispim e Ricardo Guimarães / Fábio Maurício Salvari, 2019.  
105 f.

Orientador: Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Coorientador: Helder Remígio de Amorim

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.  
Programa de Pós-graduação em História. Mestrado em História, 2019.

1. Brasil - História - Império, 1822-1889. 2. Brasil - História -  
Proclamação da República, 1889. 3. Brasil - Política e governo, 1889-1930.  
I. Título.

CDU 981.07

Ficha catalográfica elaborada por Pollyanna Alves - CRB 4/1002

FÁBIO MAURÍCIO SALVARI

**SETEMBRO DE 1889, TRAMAS DE UMA PRIMAVERA RECIFENSE:  
OS CASOS CHRISPIM E RICARDO GUILMARÃES**

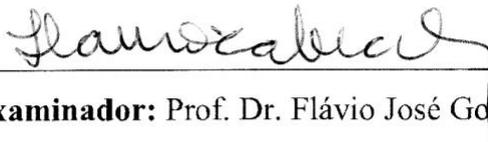
**DEFESA PÚBLICA** em

Recife, 19 de fevereiro de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**



**Presidente:** Coorientador: Prof. Dr. Helder Remígio de Amorim (Unicap)



**Examinador:** Prof. Dr. Flávio José Gomes Cabral (Unicap)



**Examinador:** Prof. Dr. Marcelo Góes Tavares (UNEAL)

**Recife  
2019**

Para os dois grandes amores da minha vida:  
Lúcia Salvari, minha musa inspiradora e maior  
incentivadora que sempre acreditou no meu  
potencial, e Isadora Salvari, minha filha, que,  
mesmo com sua tenra idade, encheu meu  
coração de esperança em um mundo melhor.

## AGRADECIMENTOS

A Lúcia Salvari, que acredita no meu potencial, minha companheira de todas as horas, muito obrigado por fazer parte deste processo. Também agradeço a Isadora Salvari o respeito às horas que tive de me ausentar para produzir este trabalho; nunca reclamou por ter o pai ocupado nos fins de semana.

Ao professor Dr. Helder Remígio de Amorim, que acreditou e incentivou esta produção, muito obrigado por ter feito suas análises precisas e cirúrgicas que permitiram a realização deste trabalho. No processo, foi possível construirmos uma amizade muito sólida. Foram muito agradáveis nossas discussões regadas a café em Piedade. Muita conversa boa e de qualidade foi possível, diálogos que extrapolaram os limites da dissertação. No fim do processo, ganhei um amigo muito querido, que guardarei para sempre.

À Unicap, em especial ao professor Dr. Tiago Cesar e ao professor Dr. Flávio Cabral, que acreditam no mestrado profissional desta instituição. Como não bastasse, o professor Dr. Flávio Cabral foi importante no processo de análise desta dissertação, contribuindo com inúmeros apontamentos para melhorá-la.

Ao professor Dr. Marcelo Góes, que se dispôs a analisar esta dissertação, agradeço humildemente, pois sei que nossa vida de professor é corrida e, mesmo assim, disponibilizou seu tempo precioso para nos ajudar a fazer um texto melhor.

Aos amigos que fiz no curso do mestrado, amigos que guardarei para sempre.

Também agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que o sonho de mestrado se realizasse. De coração, a vocês todos, muito obrigado.

O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali esta sua caça.

(Marc Bloch)

## RESUMO

Após 1870, o governo de D. Pedro II perdeu muita credibilidade diante da oligarquia e dos militares. Para compreender as tramas e suas consequências, utilizaram-se como fontes jornais, revistas, boletins de ocorrência. O objetivo foi compreender a vulnerabilidade das instituições políticas, no fim do século XIX, que serviram aos interesses políticos locais. Republicanos, liberais e conservadores, em plena disputa pelo poder local, acabavam reverberando nas lutas que ocorriam nos centros políticos brasileiros. Analisam-se as disputas políticas do Segundo Império entre liberais, conservadores e republicanos a partir de três tramas que ocorreram entre agosto e setembro de 1889. O caso Antônio Chrispim e o Caso Ricardo Guimarães desenrolaram-se em Recife na província de Pernambuco. Os dois casos repercutiram nos principais jornais da capital. A ascensão do gabinete ministerial Visconde de Ouro Preto, do Partido Liberal, foi em 6 de junho de 1889.

**Palavras-chave:** Império. República. Disputas políticas. Brasil.

## **ABSTRACT**

After 1870, the government of D. Pedro II lost much credibility before the oligarchy and the military. To understand the plots and their consequences were used as sources newspapers, magazines, bulletins of occurrence. The aim was to understand the vulnerability of political institutions in the late nineteenth century that served local political interests. Republicans, Liberals, and Conservatives in the midst of a political power-play that carried forward in the struggles that took place in Brazilian political centers. The Second Empire's political disputes between Liberals, Conservatives and Republicans are analyzed from three plots that had taken place between August and September 1889. The Antônio Chrispim case and the Ricardo Guimarães case unfolded in Recife, in the Pernambuco province. The two cases had repercussions in the main newspapers of the capital. The ascension of the ministerial cabinet Visconde de Ouro Preto of the Liberal Party was on June 6, 1889.

**Keywords:** Second Empire. Republic. Political disputes. Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Jornal Comemorativo em homenagem ao 40.º aniversário da Princesa Isabel .....	28
Figura 2 –	Anúncio do Partido Republicano, 1889 .....	32
Figura 3 –	Capa da Revista Illustrada 450 de 1887 .....	52
Figura 4 –	Capa da Revista Illustrada 501 de 1888 .....	54
Figura 5 –	Capa da Revista Illustrada 510 de 1888 .....	55
Figura 6 –	Capa da Revista Illustrada 524 de 1888 .....	55
Figura 7 –	Homenagem a Ricardo Guimarães .....	81
Figura 8 –	Convocatória de Ricardo Guimarães para 19 de setembro de 1889 .....	81
Figura 9 –	Nota sobre o recolhimento de João de Paula Neves à Casa de Detenção ....	94

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APEJE	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
CEPE	Companhia Editora de Pernambuco
IAHGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
PRP	Partido Republicano Paulista
PUC	Pontifícia Universidade Católica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>O IMPÉRIO EM AGONIA: A QUEDA .....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 O Recife e um Império em pedaços .....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A POLÍTICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX .....</b>	<b>40</b>
<b>2.1 Autonomia ou centralização: disputas políticas entre liberais, conservadores e republicanos no império brasileiro .....</b>	<b>40</b>
<b>2.2 O Império perde o fôlego político.....</b>	<b>48</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>58</b>
<b>TRAMAS DA PRIMAVERA RECIFENSE: SETEMBRO DE 1889 .....</b>	
<b>3.1 O Caso Antônio Chrispim: “A paixão do mal opôs a paixão do bem, à injustiça opôs a lei .....</b>	<b>61</b>
<b>3.2 O Caso Ricardo Guimarães: “um português, o primeiro mártir desse atentado contra nossa liberdade .....</b>	<b>80</b>
	<b>95</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	
<b>JORNAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho do historiador, embora seja prazeroso, convive com o desrespeito em relação à preservação de nossa memória no Brasil. Nesse sentido é possível percebermos que “antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela”,<sup>1</sup> que serve a um propósito apesar de não transparecer.

A experiência *in loco* no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje) em Pernambuco e no Arquivo Público do Estado de São Paulo foi importante para percebermos as diferenças de gestão pública relacionadas com o Patrimônio Histórico e a preservação da memória em cada estado.

O objeto de estudo desta dissertação surgiu nos bastidores do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em plena correria para concluir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de História na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo em 1999.

Mergulhado em vários boletins de ocorrência de 1889, somando-se à falta de experiência em relação à prática do exercício do historiador e à falta de algo objetivo em relação ao tema de TCC, fez que me debruçasse sobre os documentos da polícia no ano de 1889. Nas trilhas do arquivo, encontrei em uma das “latas” vários telegramas de delegados, subdelegados pedindo exoneração, em razão da mudança de ministério, fato que chamou a atenção naquele momento. Segundo a historiadora francesa Arlette Farge:

O arquivo não é uma nota; não foi composto para surpreender, agradar ou informar, mas para servir a uma polícia que vigia e reprime. É a coleta de palavras (falsificadas ou não, verídica ou não – esse é um outro problema), cujos autores, coagidos pelo fato, jamais imaginaram que pronunciariam um dia. É nesse sentido que ele se obriga a leitura, “cativa” o leitor, produz nele a sensação de finalmente captar o real. E não mais de examiná-lo do relato sobre, do discurso sobre de.<sup>2</sup>

Embora a exoneração de delegados e subdelegados fosse recorrente, o fato continuava a intrigar, pois nos despachos tinham menções aos posicionamentos políticos, principalmente no que tange à incompatibilidade de ocupar o cargo por ser Liberal ou Conservador, os delegados, subdelegados estavam a serviço dos interesses daqueles que estavam no poder.

Tomando por base as ideias de Marc Bloch que utilizou de forma metafórica a presença do cristianismo em nossos dias afirmando que “a questão, em suma, não é mais saber se Jesus

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 35.

<sup>2</sup> FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. p. 14-15.

foi crucificado, depois ressuscitado. O que agora se trata de compreender é como é possível que tantos homens ao nosso redor creiam na Crucificação e na Ressurreição”.<sup>3</sup> Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que a história passou a ser muito mais reflexiva.

Os cargos mais elevados da polícia no século XIX, durante o Império, eram cargos de confiança. Nesse sentido, os interesses particulares estavam acima dos interesses coletivos; por isso, é pertinente a reflexão sobre o papel da polícia naquele contexto.

O fato de a polícia estar atrelada a interesses políticos particulares e a luta política nesses bastidores chamou a atenção quando um documento sobre o Hotel Brazil, em São José do Rio Pardo, situada na província de São Paulo, veio à tona. Paulatinamente, o objeto de estudo se constituiu.

O Caso Hotel Brazil ocorreu em São José do Rio Pardo, interior da Província de São Paulo, dias 10 e 11 de agosto de 1889. O relato do chefe de polícia demonstra que o hotel serviu de palco para disputas entre os republicanos, os liberais, conservadores, além da polícia local. O dono do Hotel Brazil aprisionou o cabo Ananias Barbosa do destacamento policial (motivo: “espionagem” da reunião republicana), sendo conduzido à cadeia. Na cadeia, soldados foram maltratados pelo dono do hotel e seus companheiros. Resultado: soldados partiram para o hotel, ocorrendo uma briga generalizada, que envolveu o dono do hotel, hóspedes, praças... quebraram cadeiras, mesas, lançaram objetos... Houve tiros de ambos os lados.

O subdelegado José Honório de Araújo tentou intervir, mas foi ignorado segundo o boletim de ocorrência, mas, na verdade, estava incitando os soldados. No seu relato, o subdelegado afirma que os praças eram insubordinados, por isso havia solicitado a troca 20 dias antes. Os praças se retiram e o subdelegado foi falar com os “cidadãos ilustres” sobre seu procedimento. Acalmados os ânimos, chamaram-no para ir à casa de um cidadão onde tinha vários correligionários republicanos reunidos. Para sua surpresa, recebeu ordem de prisão, recolhido a um quarto. Havia um capanga fazendo a guarda.

No início da madrugada do dia 11 de agosto de 1889, vários republicanos chegaram à fazenda onde estava preso o subdelegado. Nesse momento o capitão Saturnino Barbosa, chefe dos liberais, foi ameaçado, sendo preso, assim como o oficial de justiça, pelos capangas dos republicanos, uma milícia de cerca de 300 capangas.

Era um caso muito interessante, pois o subdelegado de polícia havia sido preso por republicanos, sendo instaurada uma verdadeira rebelião na cidade. Desse modo, essa documentação inicial suscitou o desenrolar da presente pesquisa.

---

<sup>3</sup> BLOCH, Marc L. B. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 58.

No fim da década de 1990, poucas universidades proporcionavam aos alunos a assistência necessária para pesquisa em arquivos. Infelizmente, hoje, a situação não mudou muito, “cabe ao historiador desvendar onde se encontram os papéis que podem lhe servir, muitas vezes ultrapassando obstáculos burocráticos e a falta de informação organizada, mesmo em se tratando de arquivos públicos”.<sup>4</sup>

O tratamento dado aos documentos, na década de 1990, constituía-se em um motivo de preocupação, pois não havia a possibilidade de tirar fotos, mas havia de tocá-los com as mãos sem luvas. Hoje, felizmente houve uma mudança, mas, em contrapartida, muitos documentos que estavam à disposição em 1999 deixaram de estar atualmente por estarem em péssimas condições.

Esse alerta os historiadores devem fazer, pois:

[...] em todo esse universo documental, o historiador encontra, quase sempre, um relativo descaso pelo patrimônio arquivístico. Documentos mal acomodados em instalações que chegam a ser precárias sofrem rápida deterioração e podem se perder em definitivo. Infestados por brocas, cupins e traças, sofrendo incêndios ou alagamentos, expostos a condições ambientais desfavoráveis, dificilmente sobrevivem.<sup>5</sup>

No arquivo, pode-se sentir o “cheiro de história”, torna-se perceptível que o trabalho do historiador vai além do arquivo. Como diria o historiador francês Michel de Certeau, temos de observar o “não dito”, ou seja, “os fatos históricos já são constituídos pela introdução de um sentido de uma objetividade”,<sup>6</sup> mas temos de ir além, pois:

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história. O arquivo não escreve páginas de história.<sup>7</sup>

Nesse sentido, somos nós que escrevemos e estamos “carregados” de experiências que nos “ditam” qual caminho seguir, qual “trama” reconstruir criticamente.

Em 1999, com o TCC, pudemos perceber os indícios de uma tensão crescente entre liberais, republicanos e conservadores nos boletins de ocorrência, entre a ascensão do Gabinete

---

<sup>4</sup> BACELLAR, Carlos. O uso e o mal uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 46.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>6</sup> CERTEAU, 2002, p. 48.

<sup>7</sup> FARGE, 2011, p. 14.

Visconde de Ouro Preto, no início de junho de 1889, e a queda do regime monárquico, mas foi por meio desse caso específico em São José do Rio Pardo, município do estado de São Paulo, onde o delegado havia sido preso pelos republicanos ocasionando uma série de desordens na cidade, que acabou inspirando o que viria a ser meu objeto de estudo na época e o avanço nas pesquisas atualmente.

No mesmo período, havia feito uma pesquisa similar em Pernambuco, procurando tensões do mesmo porte. Essas pesquisas foram feitas no Arquivo Público de Pernambuco, situado na Rua Imperial. Observei os boletins de ocorrência, mas não encontrei nada que se relacionasse com a situação política de São Paulo. Na Hemeroteca, situada à Rua do Imperador, pude constatar nos jornais um clima tenso também em Pernambuco. Concluída a pesquisa para o TCC, obtive a nota desejada, mas o tema permaneceu latente.

Em 2000, passei a morar no Recife, onde comecei a lecionar no ensino básico em algumas instituições privadas de ensino. Entretanto, conforme trabalhava nas escolas, afastava-me de minha pesquisa, haja vista que o exercício de professor, muitas vezes, é incompatível com a vida acadêmica no que se refere à pesquisa *stricto sensu*, pois, infelizmente no Brasil, os programas de bolsas não contemplam todos os alunos, isso sem contar que muitas vezes o valor pago não é suficiente para sustentar uma família.

Em 2017, um novo projeto de Pós-Graduação da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) passou a oferecer um Mestrado Profissional em História e pude concorrer a uma vaga e ingressar nessa instituição. *A priori*, o tema para dissertação relacionava-se com a história e educação no período de 2001 e 2014. Meu objeto de estudo atual havia sido engavetado, mas foi justamente em uma aula de História do Brasil, no mestrado, em que discutíamos a escravidão no século XIX, que emergiu novamente o desejo de retomar o antigo projeto pesquisa. O caso do Hotel Brazil voltou ao cenário de discussão reconfigurado, pois, mediante ele, pude chegar ao caso de Ricardo Guimarães, sendo direcionado também ao caso Chrispim. É interessante salientar que foram as fontes que “reconfiguraram” o presente trabalho.

Para nos situarmos, Antonio Chrispim era um mulato que atuava como *jockey* em Pernambuco. Era um personagem conhecido dos recifenses, mas ao manter um relacionamento afetivo com uma filha de um rico comerciante português, uma mulher de 26 anos, foi preso e agredido pelas ruas da capital pernambucana, sendo obrigado a se alistar, recrutado e mandado para a ilha de Fernando de Noronha. Houve uma verdadeira comoção popular, os ânimos ficaram exaltados. Teve repercussão em vários jornais da capital.

Ricardo Guimarães era português, abolicionista, poeta e republicano; era também um personagem conhecido em Recife. Estava envolvido em várias causas populares, trabalhou em

vários jornais. Foi assassinado na Rua do Imperador, no dia 19 de setembro de 1889, durante o período de comoção pela questão de Antônio Chrispim. Sua morte repercutiu nos jornais da capital.

*Setembro de 1889, tramas de uma primavera recifense: os Casos Chrispim e Ricardo Guimarães.* Emergiu da necessidade de se estudar esse período de transição do Império para a República. O recorte de tempo reduziu-se, passando a ser especificamente agosto e setembro de 1889. As disputas políticas entre liberais, conservadores e republicanos em São Paulo e Pernambuco tomaram caminhos distintos, embora servissem de base para compreendermos o processo de transição política. O caso do Hotel Brazil, a prisão de Antonio Chrispim e o assassinato de Ricardo Guimarães podem nos abrir um novo horizonte, pois em Recife as disputas eram mais entre os membros de uma elite que lutavam pelo poder regional do que em uma perspectiva de mudança de regime no cenário nacional. Enquanto em São Paulo, os ânimos estavam mais exaltados, chegando às agressões de fato.

O que a princípio consistia em estudar os partidos políticos vigentes no período, ou seja, liberais, conservadores e republicanos, e suas lutas pelo poder, procurando entender as semelhanças e as diferenças entre o que ocorria em São Paulo e Pernambuco, passou a ter no Caso Chrispim e Ricardo Guimarães os elementos fundamentais para compreendermos as “tramas” envolvidas no processo.

Para desenvolver a pesquisa, encontramos um primeiro grande desafio; esse relacionado com as fontes, pois em São Paulo, no Arquivo Público, delimitamos quatro “latas” que continham diversos boletins de ocorrência, inclusive o Caso do Hotel Brazil, que relatarei mais à frente. Em Pernambuco, encontrei os boletins de ocorrência, mas não havia registro de conflitos. Entretanto, nos jornais, a exemplo de *O Combate*,<sup>8</sup> *Anti-Rebate*,<sup>9</sup> entre outros pesquisados, havia um conteúdo explosivo.

O que torna interessante a investigação é que, de repente, não conseguimos chegar ao que ocorreu de fato, mas nada nos impede de conjecturarmos com elementos oferecidos pelas fontes. Nesse sentido:

[...] o historiador que reflete sobre um tema deve construir a história de que necessita e fazer isso com as outras disciplinas’ já que nenhum documento faz emergir sentido dele mesmo: ‘nenhum documento pode nos dizer mais do que pensava seu autor, que ele pensava ter acontecido, que pensava que deveria acontecer ou que aconteceria, ou talvez apenas aquilo que queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo o que ele próprio pensava pensar. Tudo

<sup>8</sup> *O Combate*, ano 1, n. 1, Recife, Órgão Republicano e Joco-Serio, diversos redatores, publicado em dias indeterminados, situado na Rua Visconde de Albuquerque, n.º 44, fundado em 1889.

<sup>9</sup> *Anti-Rebate*, Semanário abolicionista e republicano; colaboração política dos doutores Martins Junior, Pardal Mallet, Madeira Filho, propriedade de Ricardo Guimarães e R. Sobrinho, fundado em 1887.

isso só adquire um sentido quando um escritor se empenha em decifrá-lo. Os fatos, provenham ou não de documentos, não podem ser usados pelo historiador sem antes tratá-los: e esse uso constitui, se posso dizer assim, o próprio processo do tratamento.<sup>10</sup>

Ao fazer a coleta de dados dia a dia no Jornal *Diario de Pernambuco*, um evento que ocorreu no dia 15 de setembro de 1889 chamou a atenção. O caso da prisão do *jockey* Antônio Chrispim, fato que repercutiu em outros jornais de Recife, chegando aos jornais da capital, por exemplo, *O Paiz*,<sup>11</sup> *Diário de Notícias*,<sup>12</sup> *Gazeta de Notícias*,<sup>13</sup> entre outros pesquisados.

A opção por trabalhar com alguns periódicos fez-se presente pelas circunstâncias em que as fontes foram sendo analisadas no decorrer da pesquisa. Por outro lado, foi perceptível, após ter aprofundado a pesquisa nas hemerotecas, tanto de Pernambuco quanto por meio da Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional), que os embates políticos em Recife tomaram uma dimensão importante, mas foram de uma forma menos “truculenta” que em São José do Rio Pardo em São Paulo.

Os líderes políticos regionais eram mais “sutis”, utilizando os jornais como canais de embates políticos, por isso o Caso Chrispim e Ricardo Guimarães é importante. A utilização da imprensa como fonte histórica é relativamente recente no campo historiográfico brasileiro, pois havia certo preconceito em relação a esse tipo de fonte; “na década de 70, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil”,<sup>14</sup> inclusive debates exaustivos foram suscitados acerca do caráter narrativo do texto historiográfico. Assim sendo:

---

<sup>10</sup> FARGE, 2011, p. 92.

<sup>11</sup> *O Paiz*, carioca, diário fundado em 1.º de outubro de 1884 por João José dos Reis Júnior. Teve sua circulação interrompida entre 24 de outubro de 1930 e 22 de novembro de 1933, e encerrou definitivamente suas atividades em 18 de novembro de 1934. Apresentava em seu título a grafia O Paiz. Durante os últimos anos da Monarquia, O Paiz destacou-se por sua participação nas campanhas abolicionista e republicana. O primeiro redator-chefe do jornal foi Rui Barbosa, logo substituído por Quintino Bocaiúva. Este último dirigiria o periódico até o ano de 1901, e mesmo após essa data continuaria a exercer influência sobre a linha editorial. Defensor dos militares na Questão Militar iniciada em 1884, O País combateu a prisão do tenente-coronel Sena Madureira, apoiando seu artigo *Arbítrio e inépcia*, publicado no jornal gaúcho *A Federação* com a simpatia do marechal Deodoro da Fonseca. A partir de 1888, o jornal passou a publicar artigos veementes contra a Monarquia, escritos por Silva Jardim com o apoio de Quintino Bocaiúva. Com a Proclamação da República, O País atingiu sua fase de maior influência na vida política brasileira, tornando-se um dos periódicos mais vendidos na capital federal. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pais-o>. Acesso em: 13 set. 2018.

<sup>12</sup> *Diário de Notícias*, carioca, diário fundado em 2 de agosto de 1875 por José Ferreira de Sousa Araújo. Introduziu uma série de inovações na imprensa brasileira, como o emprego do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas, chegando a ser um dos principais jornais da capital federal durante a República Velha.

<sup>13</sup> *Gazeta de Notícias*, carioca fundado em 1879, propriedade de Getúlio Paiva & Cia.

<sup>14</sup> LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 45.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 111.

No cenário atual, dois outros pontos, relacionados e não coincidentes merecem destaque: a história imediata, voltada para o tempo presente, seara até bem pouco exclusiva de jornalistas e sociólogos, e o que se consagrou como ‘retorno’ da História Política, nunca totalmente abandona, mas vítima de significativo ostracismo durante grande parte do século XX.<sup>15</sup>

Quanto mais mergulhávamos em nossas fontes, percebíamos que se o Caso Antônio Chrispim ocorresse em outra circunstância política não traria tanto efeito, pois em Jaú, São Paulo, um ano antes, saiu uma notícia similar e não causou essa comoção pelo país. Segundo Paul Veyne: “Os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um corte que realizamos livremente na realidade, um aglomerado de procedimentos em que agem e produzem substâncias em interação, homens e coisas.”<sup>16</sup>

Nos jornais, repetem-se ideias iluministas como princípios de liberdade e igualdade que foram suprimidos. Exaltam-se o direito em um Estado monárquico centralizador. O historiador separa, nas testemunhas e documentos, o acontecimento tal como ele o escolheu. É por esse motivo que um acontecimento jamais coincide com o cogito de seus atores e testemunhas.<sup>17</sup>

No século XIX, principalmente na segunda metade, as forças produtivas burguesas em expansão levaram à 2.<sup>a</sup> Revolução Industrial. Nesse ínterim, a burguesia consolidou-se como grupo social importante que passou a controlar o poder em vários estados na Europa e Estados Unidos. A burguesia acabou gerando dentro do próprio sistema o grupo que se oporia às suas formas de poder, o proletariado. Quando observamos o desenvolvimento da democracia no Brasil percebemos que:

[...] no Estado brasileiro os postulados democráticos se afirmam no plano do discurso e da teoria, principalmente: a prática política parece estar mais próxima do modelo republicano clássico-romano, voltada para os interesses privados de uma elite econômica e burocrática, que ignoram a grande massa de excluídos, aviltados nos seus direitos de participação política efetiva e de igualdade de oportunidades.<sup>18</sup>

No Brasil do século XIX, embora a economia tenha-se diversificado, o estado ainda estava calcado em uma estrutura agroexportadora. A industrialização incipiente, promovida por alguns indivíduos “conectados” com o imperialismo dos países do hemisfério norte,

---

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 114.

<sup>16</sup> VEYNE, Paul M. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014. p. 46.

<sup>17</sup> *Ibid.*

<sup>18</sup> MACHADO, Heloisa Guaracy. De res publica e de república: o significado histórico de um conceito. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-15, out. 1995.

personagens como Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá, não foi suficiente para mudar os rumos da economia nacional, mas proporcionou um novo ambiente de possível prosperidade.

Quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, em maio de 1888, suscitou uma série de críticas por parte dos senhores de escravos que queriam indenização, mas o governo descartou essa possibilidade, gerando uma enorme fissura na política nacional. Nesse sentido, o debate sobre o Caso Chrispim, preso injustamente no dia 15 de setembro de 1889, instigou a insatisfação em relação ao governo imperial e provincial.

Houve uma tentativa de destruir a imagem do governo por parte dos opositores. Entretanto, a força em relação ao evento Chrispim vem das ruas, pois um número considerável de pessoas reunidas clamava pela sua liberdade, cobrando das elites um posicionamento. Essa elite pernambucana “deixou-se envolver” pela emoção, ocasionando uma série de acusações nos principais jornais da capital pernambucana.

No quarto dia de tumultos em Recife, dia 19 de setembro de 1889, foi assassinado o poeta e republicano Ricardo Guimarães, constituindo a outra trama desta dissertação.

Segundo Paul Veyne, “o campo factual não compreenderia lugares que se iria visitar e que se chamariam acontecimentos: um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis”.<sup>19</sup> O *Jornal 19 de Setembro*<sup>20</sup> foi produzido em homenagem ao falecido Ricardo Guimarães, republicano convicto. O jornal traz uma biografia do falecido e alguns de seus poemas.

Antônio Chrispim e Ricardo Guimarães são duas tramas que se envolvem e se relacionam com o ambiente político do Recife no começo do governo do Visconde de Ouro Preto, Affonso Celso de Assis Figueiredo, governo liberal e último ministro do Império.

O presente trabalho parte dessas duas histórias para compreender a situação política do Recife e do Brasil naquele contexto. Os dois casos ganharam força e repercutiram no Rio de Janeiro, sendo noticiados em vários jornais da capital. Entretanto, a possibilidade de entrecruzamento das fontes ocorreu na hemeroteca digital da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe),<sup>21</sup> onde tive acesso a vários jornais do século XIX, inclusive alguns em que Ricardo Guimarães participou como articulista.

Os jornais apontaram uma discrepância entre os fatos relatados em Pernambuco e aqueles que são expostos na capital do Brasil. Esse também é um elemento a ser estudado, haja

---

<sup>19</sup> VEYNE, 2014, p. 45.

<sup>20</sup> *Jornal 19 de Setembro*, Edição única em homenagem a Ricardo Guimarães, morto no dia 19 de setembro de 1889. Disponível em: Apeje, Setor Hemeroteca – APE 1889 – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), 1989, n. 60.

<sup>21</sup> Apeje, Setor Hemeroteca – APE 1889 – IAHGP, n. 60.

vista que as cores poderiam ser mais “vivas” na capital do que eram em Recife; nessa perspectiva, “os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco ‘científica’ de causas materiais, de fins e de acasos”.<sup>22</sup> Cabe ao historiador implementar o rigor científico para transformar essas tramas em algo inteligível entre seus pares. Não obstante, a objetividade encarada nesse exercício é apenas:

[...] uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa; [...] A trama pode se apresentar como um corte transversal dos diferentes ritmos temporais, como uma análise espectral: ela será sempre trama porque será humana.<sup>23</sup>

Esse é o pano de fundo para a “trama” que se desenrola no Recife nesse período, entre 15 e 19 de setembro de 1889. É o momento em que o Império estava sob a égide do gabinete do Visconde de Ouro Preto, gabinete a que subira em 6 de junho de 1889, equilibrando-se politicamente até sua queda em 15 de novembro de 1889, com o advento da República. A primeira trama diz respeito à prisão do *jockey* Antônio Chrispim e a segunda, ao assassinato do poeta e republicano Ricardo Guimarães, dois casos que envolveram a opinião pública fora de Recife, chegando a ser divulgada nos principais jornais do Rio de Janeiro, ou seja, na capital do país.

No primeiro capítulo, *O Império em agonia: a queda*, propomos uma análise do processo de construção da República a partir de conceitos iluministas, que muitas vezes eram “idealizados” ou “adaptados” à realidade brasileira. Diante da possibilidade da implantação do 3.º Reinado e suas resistências, faz-se necessária uma discussão sobre a “ideia” de República e suas implicações para a instauração no Brasil.

Nesse capítulo também abordaremos como as “experiências republicanas” em Pernambuco podem ter afetado a “forma” de atuar no fim da monarquia, haja vista que as fontes demonstram que em Pernambuco a transição ocorreu sem muito alarde. Outro aspecto interessante a ser abordado são as correntes políticas no Segundo Império e suas semelhanças e diferenças. Obviamente, não poderia ficar de fora uma análise da participação popular no processo político, bem como algumas questões que ajudaram no processo que levaria à queda do Império: Questão Abolicionista; Movimento Republicano; Questão Militar.

---

<sup>22</sup> VEYNE, 2014, p. 42.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 42.

No segundo capítulo, intitulado *A Política na segunda metade do século XIX*, tentaremos compreender os elementos que constituíram o cenário político brasileiro no Segundo Império. A formação dos partidos Liberal, Conservador e Republicano. Nesse contexto, a evolução política brasileira, bem como a análise com base em fontes bibliográficas desse período.

O terceiro capítulo, *Tramas da primavera recifense: setembro de 1889*, traz o *Caso Chrispim e o Caso Ricardo Guimarães*, por meio dos quais buscamos, fundamentados nas concepções teóricas de Paul Veyne, pensar nos dois episódios, as duas tramas que ocorreram em Recife entre os dias 15 e 19 de setembro de 1889. A escolha da primavera como título justifica-se pela ocasião da estação do ano que se aproximava e da simbologia que traz essa estação, pois é vista como renovação e recomeço de um novo ciclo de vida, obviamente idealizado dadas as circunstâncias sociopolíticas brasileiras. Desse modo, ampliamos a discussão para questões que ultrapassavam o âmbito policial e ainda podemos analisar o processo político desencadeado a partir desses dois casos.

A trama de Antônio Chrispim repercutiu nos principais jornais do Rio de Janeiro, tais como *O Paiz*, *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias e outras* fontes analisadas em Pernambuco, onde podemos destacar o *Diário de Pernambuco*, *Jornal A Epocha*,<sup>24</sup> periódicos pesquisados na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Também analisamos alguns boletins de ocorrência em São Paulo, inclusive um caso similar ao Chrispim, ocorrido em Jahu,<sup>25</sup> que não teve a mesma repercussão. É interessante salientar que o Caso Ricardo Guimarães acaba sendo um “efeito colateral” do Caso Chrispim, mas com a mesma importância para o debate. É pertinente notar que Ricardo Guimarães era um português que lutava pela República no Brasil, poeta e “agitador”, como o qualificavam seus contemporâneos.

O fato a ser discutido no desenrolar da pesquisa é porque o Caso Chrispim teve mais repercussão do que o Caso Ricardo Guimarães, haja vista que Chrispim era um “homem do povo” e Ricardo Guimarães, um republicano português. Com base nessa pergunta, “mergulhamos” nas relações de poder em Recife, baseando-se em Michel Foucault.

Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito

<sup>24</sup> *A Epocha*, órgão do Partido Conservador, fundado em 1889, situado na Rua do Imperador, n.º 42.

<sup>25</sup> A história da cidade de Jahu começa no momento em que os bandeirantes navegavam pelo rio Tietê e decidiram parar para pescar na foz de um ribeirão. Lá fisgaram um grande peixe chamado Jahu. O local, desde então, ficou conhecido como Barra do Ribeirão do Jahu. A Lei n.º 11, de 24 de março de 1859, elevou a capela do Jahu no município de Brotas, à freguesia, a qual, por sua vez, foi elevada à vila pela Lei n.º 60 de 23 de abril de 1866 e, por fim, à cidade com a Lei n.º 6 de fevereiro de 1889. Disponível em: <http://www.jau.sp.gov.br/historia.php>. Acesso em: 14 set. 2018.

de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que ‘não têm’; ele os investe, passa por eles e através deles; apóia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apóiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. O que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, forma geral da lei ou do governo.<sup>26</sup>

A disputa pelo poder em Recife toma uma dimensão que suplanta as questões nacionais. A luta republicana passa longe de ser unanimidade, embora suspeitassem que a República viesse a qualquer momento. O histórico de perdas advindas da Revolução Pernambucana de 1817, da Confederação do Equador de 1824 e da Revolução Praieira de 1848 pode ser o indício de que a justificativa para que essa “causa nacional” viesse a ser secundária nesse ambiente que envolve não apenas membros de uma elite, mas acaba resvalando em outros setores da sociedade que buscam alternativas para sua vida.

---

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 26.

## CAPÍTULO 1

## O IMPÉRIO EM AGONIA: A QUEDA

## AS ARMAS

A'S ARMAS , REPUBLICANOS !  
 A'S ARMAS , CONTRA A CORÔA !  
 DE TAMBORES , DE CORNETAS ,  
 TREMENDO REBATE SÔA !  
 A'S ARMAS, REPUBLICANOS !  
 A'S ARMAS, CONTRA A CORÔA !

\*.\*

NA TERRA DA LIVRE AMÉRICA  
 NÓS LIVRES QUEREMOS SER!  
 A VIVER NA ESCRAVIDÃO  
 PREFIREMOS MORRER !  
 NA TERRA DA LIVRE AMÉRICA  
 NÓS LIVRES QUEREMOS SER !

\*.\*

ABATA-SE O TRONO INFAME,  
 O TRONO VIL DE BRAGANÇA!  
 CONTRA OS BANDIDOS  
 C'ROADOS  
 AVANÇA, BRASIL, AVANÇA !  
 ABATA-SE O TRONO INFAME,

O TRONO VIL DE BRAGANÇA !  
 ABAIXO ISABEL PRIMEIRA !  
 ABAIXO PEDRO SEGUNDO !  
 QUE SOMOS POVO DE BRAVOS  
 MOSTREMOS BRAVOS AO MUNDO !  
 ABAIXO ISABEL PRIMEIRA !  
 ABAIXO PEDRO SEGUNDO !

\*.\*

O NEGRO JÁ 'STA LIBERTO !  
 LIBERTE-SE AGORA O BRANCO !  
 RETUMBE DE SUL A NORTE !  
 O NEGRO JÁ 'STA LIBERTO  
 LIBERTE-SE AGORA O BRANCO !

\*.\*

A'S ARMAS , REPUBLICANOS !  
 A'S ARMAS , REPUBLICANOS !  
 DE TAMBORES, DE CORNETAS,  
 TREMENDO REBATE SOA !  
 A'S ARMAS REPUBLICANOS !  
 A'S ARMAS CONTRA A CÔROA !

(Tyrtaios).<sup>27</sup>

No Apeje, tive a oportunidade de entrar em contato com o Jornal *O Clarim*, órgão republicano, em que apresentava um poema com a autoria de Tyrtaios. Fizemos a pesquisa para saber quem era o autor, sua história, mas é um pseudônimo, como vários que foram encontrados no decorrer da pesquisa. Era muito comum na época publicar mensagens pagas com autoria desconhecida.

A mensagem do periódico republicano *O Clarim* é clara contra o Terceiro Reinado do Conde D'Eu. Podemos inferir que havia em Recife um espírito revolucionário republicano instaurado e a luta contra o sistema monárquico era algo enraizado. Como “a história não é jamais a repetição do arquivo, mas desinstalação em relação a ele, e inquietação suficiente para interrogar incessantemente sobre o porquê e o como de seu fracasso manuscrito”.<sup>28</sup>

<sup>27</sup> *Jornal O Clarim*. Mensagem do Clube Republicano. Acadêmico ao denodado propugnador de nossa liberdade política Dr. Antônio da Silva Jardim em sua chegada ao Recife, centenário da Revolução Francesa. *O Clarim*, Recife, 16 jun. 1889. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), Império do Brasil, 465 – Setor Hemeroteca.

<sup>28</sup> FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009. p. 75.

À primeira vista, essa fonte inspirou pesquisar as correlações políticas entre os republicanos paulistas e pernambucanos, mas as pesquisas realizadas em São Paulo sobre o mesmo momento histórico percebemos uma diferença significativa no ímpeto das ações coletivas por parte dos republicanos.

Nesse sentido, um trecho da estrofe no periódico que nos chamou a atenção foi a questão relacionada com a liberdade e igualdade, que, desde o século XVIII, tornaram-se princípios fundamentais da sociedade burguesa. Seria possível implantar um regime republicano no Brasil, modelo aproximado de uma democracia burguesa. Na estrofe, encontramos “o negro já está liberto! Liberte-se agora o branco!” É perceptível que boa parte dos republicanos tinha em mente uma república para os brancos e a população negra teria benefícios concedidos conforme os interesses dos grupos políticos e econômicos mais elitizados da sociedade.

A liberdade natural para Hobbes, segundo a percepção de Skinner, é o obstáculo para a felicidade, haja vista que todos desejam o que é bom para si mesmo, evitando o dano e promovendo o conforto. Nesse sentido:

[...] a nossa liberdade natural que constitui o principal e imediato obstáculo à nossa obtenção de qualquer uma das coisas que queremos da vida. [...] quem quer que deseje viver em um estado tal, como sendo o estado de liberdade e de direito de todos com todos, se contradiz a si mesmo.<sup>29</sup>

Partindo desse pressuposto, o conceito de liberdade para os republicanos não era necessariamente mobilizado para o bem comum, mas sim para aqueles que conduzissem o processo.

A restrição da liberdade está em nos sujeitarmos às leis e aos governos, renunciando ao direito de resistência. Assim sendo, a política é vista por Hobbes como “a arte de governar cidades, buscando em Aristóteles o corpo político, ou sociedade civil”,<sup>30</sup> a submissão civil ou a perda da liberdade é uma experiência coletiva. Entretanto, podemos afirmar que não houve equidade nesse processo, pois a estrutura colonial montada no Brasil há séculos permitiu que a desigualdade continuasse entre os cidadãos. O historiador Flávio Cabral faz uma análise precisa sobre os questionamentos feitos à ordem estabelecida, demonstrando que nem sempre havia conciliação de interesses na Colônia, contestações eram frequentes.

Comportamentos heterodoxos foram constantes na virada do século XVIII para o século XIX. No espaço colonial não faltava quem contestasse as

<sup>29</sup> SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 55.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 61.

práticas do Antigo Regime. Na Bahia, Cipriano Barata e Marcelino Antônio de Sousa foram, em 1798, denunciados à inquisição de Lisboa pelo padre José da Fonseca Neves como heréticos, nada tendo de católicos, de nada acreditarem e de propagarem a inexistência de inferno e de purgatório. Proclamavam ainda ser a Igreja composta por impostores prejudiciais à sociedade, não poupando iguais críticas aos monarcas. Em Pernambuco em 1799, Matias Carneiro Leão seria denunciado à dita inquisição por declarar não ser pecado a fornicção. [...] Em 1801 foi descoberta em Pernambuco uma suposta conspiração em que se envolveram os irmãos Suassuna, Francisco de Paula Suassuna e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque Suassuna, gente muita rica e de prestígio na capitania, acusados de conversar sobre ‘idéias de liberdade, mudanças de governo’.<sup>31</sup>

A República no Brasil passa a ser vista como alternativa ao regime monárquico, a partir dos movimentos como o da Inconfidência Mineira e a Conjuração Baiana. Entretanto, a primeira de caráter elitista e a segundo popular, mas é importante salientar que nos dois movimentos não houve sequer a efetivação das propostas, pois a intervenção cirúrgica do governo português frustrou ambas.

A experiência republicana ocorreu em Pernambuco em 1817, sendo implantado um governo constitucional que durou apenas 75 dias. Outro momento foi na Confederação do Equador em 1824, com a participação significativa de outras províncias do Nordeste. Esse espírito contestador da província de Pernambuco ainda foi visto na última revolta significativa do Império. A Revolução Praieira de 1848, que embora não tenha um caráter republicano, trouxe perdas significativas à província. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, “a única reação importante à transferência do centro de poder de Lisboa para o Rio de Janeiro nos marco de uma monarquia centralizada veio da província de Pernambuco, que pegou em armas e se separou do Brasil”.<sup>32</sup> Nessa perspectiva, é possível afirmarmos que a província pernambucana teve um histórico de lutas contra a ordem central monárquica.

Apesar de José Murilo de Carvalho não se deter na experiência de 1817, Pernambuco tem local de destaque nas aspirações republicanas. No âmbito econômico, os pernambucanos foram perdendo o destaque, pois os derivados da cana-de-açúcar representavam apenas 10% das exportações brasileiras, enquanto o café aglutinava 61%, elevando a região Sudeste a outro patamar no cenário político e econômico brasileiro. Nessa perspectiva, em 1840:

---

<sup>31</sup> CABRAL, Flávio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008. p. 38.

<sup>32</sup> CARVALHO, José Murilo de (Org.). *A construção nacional, 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012a. v. 2, p. 20-22.

[...] a coincidência dos centros econômicos e político tinha favorecido a unidade e concentração, em 1889, a separação dos dois centros significou um grande reforço, se não da fragmentação, seguramente do federalismo, bandeira que, apesar dos esforços de alguns monarquistas em compatibilidade com o regime vigente, fora monopolizada pela propaganda republicana.<sup>33</sup>

Os partidos políticos em destaque no Segundo Império, liberais e conservadores, disputavam o poder, mas representavam os interesses de um grupo político privilegiado. Assim sendo, após o Golpe da Maioridade, o Partido Conservador, que era favorável à centralização, apoiou o novo governo. O restante dos moderados congregou-se no Partido Liberal. Os dois partidos, com pequenas variações, dominaram a política até o fim da Monarquia.<sup>34</sup>

A diferença mais significativa entre os dois era que o Partido Conservador era favorável à centralização do poder, enquanto o Partido Liberal defendia a ideia da descentralização. Essa perspectiva da descentralização proposta pelos liberais acabou atraindo grupos interessados em um modelo similar ao americano em que o federalismo seria a base para o funcionamento ideal do estado. Segundo Renato Lemos:

A República nunca foi, no Brasil, um projeto redutível ao interesse de alguma classe social específica. Seu advento, além disso, nada teve de inevitável. Fosse um pouco mais flexível o núcleo dirigente da monarquia, aceitando a alternativa federalista, e possivelmente a república não teria começado a se tornar realidade em 1889.<sup>35</sup>

É bem possível, que Renato Lemos tenha razão, mas existem outros fatores que poderíamos considerar para a queda da Monarquia: a questão do Terceiro Reinado; a doença do imperador que o impossibilitou de atuar como antes; a abolição da escravidão; a questão militar e o movimento republicano entre outros fatores.

O fim da guerra do Paraguai, em 1870, a crise em que país se encontrava naquele momento levou ao surgimento do Partido Republicano na cidade do Rio de Janeiro. No dia 3 de novembro, em seu manifesto, os republicanos fizeram duras críticas ao regime monárquico.

Os republicanos criticavam, entre outros aspectos da vida do país, o regime de corrupção e privilégios; as prerrogativas do trono; o centralismo da administração; a ausência de liberdades econômica, de consciência, de imprensa, de ensino; o sistema representativo limitado etc. Como alternativa propunham a reforma da sociedade por meios pacíficos, através da

---

<sup>33</sup> CARVALHO, 2012a, v. 2, p. 24.

<sup>34</sup> *Ibid.*, v. 2, p. 95.

<sup>35</sup> LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial, 1870-1889*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3, p. 403.

implantação de uma república federativa e democrática, baseada na soberania do povo e administrada por um governo representativo e responsável.<sup>36</sup>

É importante perceber que havia um grande receio por parte da elite nacional de que ocorressem tumultos, revoltas ou revoluções. Outro fator importante é o termo “povo”, pois para muitos membros dessa elite o conceito de povo se aproximava do conceito de cidadão para os gregos, em que se excluía escravos, estrangeiros e mulheres; no caso dos brasileiros, a maioria da população também seria alijada de seus direitos democráticos e republicanos. Segundo Ângela Alonso, utilizando o conceito de liberalismo estamental de Florestan Fernandes:

[...] cujo mínimo elemento não era o indivíduo, mas a família, na qual exercia a cidadania plena, representando-se e a seus dependentes, restringidos em direitos por conta de suas incapacidades. Mulheres, crianças e homens sem renda já estavam excluídos no modelo francês, o brasileiro acoplou os escravos. Conservadores como o visconde de Uruguai, e liberais, como Zacarias de Góes e Vasconcelos, conjuntamente advogavam essa restrição dos direitos políticos, já que não havia povo apto a exercê-los. Dizia este último em 1876: ‘A nossa constituição admitiu a soberania do povo no bom sentido [...] as famílias que se reúnem têm o direito de governar o país.’ Nessa formulação, não democrática, o liberalismo unia-se sem problemas à escravidão.<sup>37</sup>

O liberalismo e o republicanismo eram adaptados à realidade das elites que não queriam abrir mão de seus privilégios. Nesse sentido, a República e as benesses trazidas pelo novo regime seria um movimento que viria de “cima para baixo”, sem a participação popular nas mudanças ocorridas, por isso, o excerto do periódico *O Clarim*: “o negro já está liberto! Liberte-se agora o branco!” reflete essa perspectiva de pensamento.

No censo de 1872, a população brasileira era de 9.930.478 pessoas, sendo 8.419.672 representados por pessoas livres, ou seja, 84% da população e 1.510.806 escravos, representando 15.2% da população.<sup>38</sup> É importante salientar que esses números podem ser imprecisos, mas são representativos e nos fornecem um panorama do fim do período monárquico.

No que se refere à discussão sobre a liberdade, a princípio “esbarrava” na questão da propriedade privada, o escravo é um “bem” que suscitava um debate acalorado no seio da

---

<sup>36</sup> LEMOS, 2014, p. 413.

<sup>37</sup> ALONSO, Angela. *Apropriação de ideias no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 93-94.

<sup>38</sup> CARVALHO, 2012a, p. 41.

própria elite brasileira. A questão da escravidão vai ser o enigma apresentado pela estrutura política econômica brasileira que vai configurar-se em um grande obstáculo para a manutenção do regime monárquico. A resistência oferecida pelas elites imperiais passava pela questão da indenização a ser paga pelo governo aos proprietários de escravos que não queriam abrir mão de seus interesses por “questões humanitárias”; nesse grupo de opositores à escravidão não existe um perfil político unitário, pois contrários a essa questão poderia encontrar facilmente liberais, conservadores e republicanos, inclusive muitos republicanos paulistas que não queriam perder seus “ativos”. Em relação à Lei de Terras, a ideia era aplicar recursos na obtenção de mão de obra estrangeira, no caso, os imigrantes europeus. Segundo, Renato Lemos: “Combatida por grande parte da população urbana, por setores do Exército, da Igreja católica e do próprio grupo politicamente dirigente, o imperador incluído, a escravidão constituía a questão estratégica do momento histórico.”<sup>39</sup>

É interessante salientar que a imagem da monarquia criada pela população mais carente é de um rei e uma princesa imaginários que nada tinham a ver com a situação real do Brasil, tanto que a Princesa Isabel era vista como a redentora, como demonstra Lilia Schwarcz:

Se parte da população entendeu a Abolição como um processo verdadeiramente revolucionário, que trouxe a possibilidade de desenhar um futuro mais democrático e inclusivo, por outro, ela foi percebida como ‘dádiva’, benesse, e não como o resultado de luta e conflito. [...] Criava-se assim uma monarquia sagrada, um rei e uma princesa imaginários – muito longe do sistema real –, distantes do aspecto ‘terreno’ dos nossos primeiros representantes republicanos, destituídos de carisma ou aceitação popular.<sup>40</sup>

Foi difícil nos primeiros anos da República para o governo firmar-se pela falta de apoio popular e pelo distanciamento das causas sociais. A promessa de um novo governo que vislumbrasse o interesse do cidadão veio abaixo nos primeiros anos da República. É interessante salientar que a República em seu início foi autoritária é só vemos a exclusão de boa parte da população na escolha de seus representantes, pois a Constituição de 1891 excluía do processo eleitoral os analfabetos, mendigos, mulheres, soldados e padres. O caso de Canudos é outro exemplo da força de líderes republicanos.

Ao observar a capa do jornal comemorativo do quadragésimo aniversário da Princesa Isabel (Figura 1), demonstra-se a nobre princesa como a Libertadora, exalta-se o feito como se

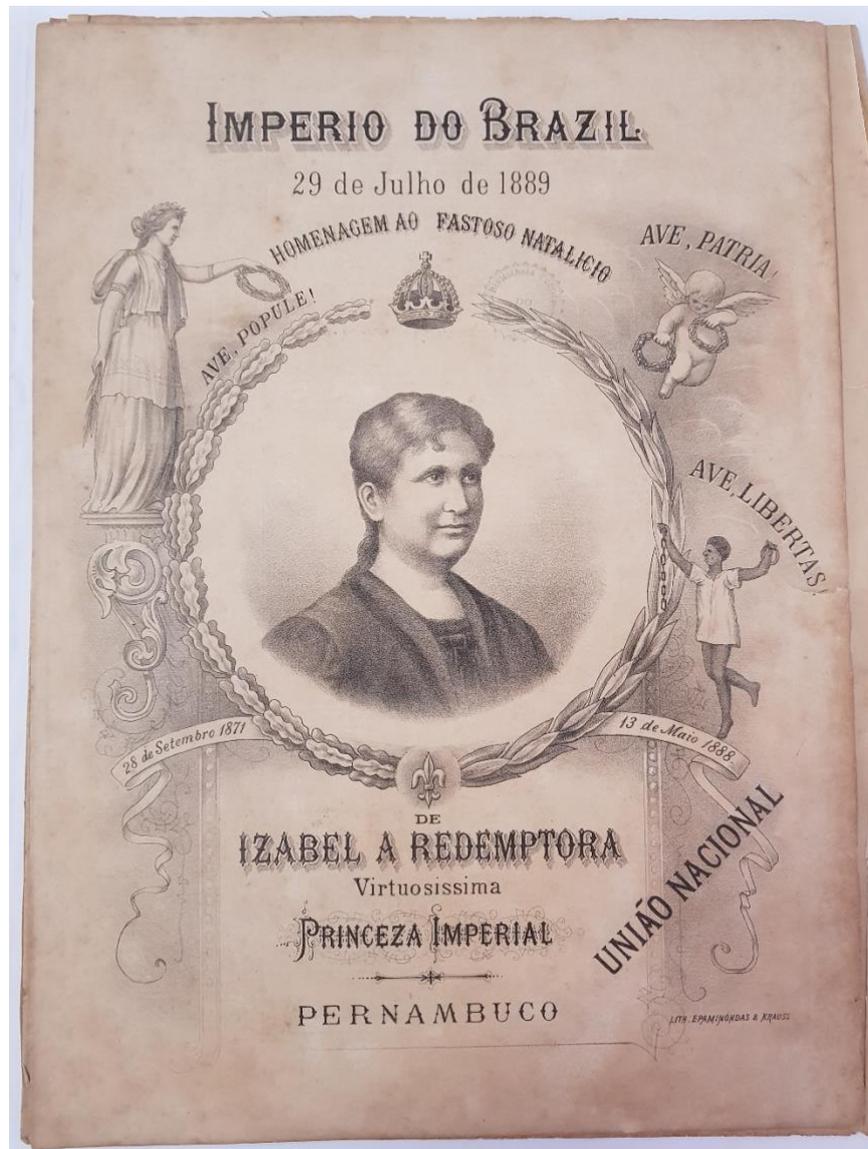
---

<sup>39</sup> LEMOS, 2014, v. 3, p. 415.

<sup>40</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.) *A abertura para o mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012a. v. 3, p. 26-27.

a situação dos negros tivesse mudado significativamente. A lei não apagou as contradições mesmo após mais de cem anos.

Figura 1 – Jornal Comemorativo em homenagem ao 40.º aniversário da Princesa Isabel



Fonte: Hemeroteca do Estado do Pernambuco, pasta MRGXIX09.

Embora, a Lei Áurea tenha sido festejada por boa parte da intelectualidade brasileira, estávamos muito longe do ideal. O proletariado, nos países industrializados, estava organizando-se em sindicatos exigindo seus direitos, enquanto no Brasil, a luta era pela sobrevivência em condições subumanas. Entretanto, com o novo regime, foi-se forjando as bases para um processo de republicanização dos nossos costumes e instituições. É interessante notar que

[...] o modelo preconizado pela República, que se iniciou em novembro de 1889, pautou-se pela exclusão de largos setores sociais, sempre em nome de uma política que priorizasse uma nova modernidade e racionalidade. [...] largas faixas da população viram-se, ainda que com acesso à liberdade e à igualdade jurídica, excluídas do jogo social que então se montava.<sup>41</sup>

Antes da abolição, muitas vezes a vida do liberto ou do alforriado era cheia de “alertas” e “incertezas”, o medo da força policial, o medo da reescravização, a falta de oportunidade de emprego formal, a ineficiência do Estado em oferecer oportunidades. O 13 de Maio não funcionou como um mecanismo de inserção do negro à condição de cidadão. Foram séculos de exploração do trabalho escravo que imprimiram nesses primeiros momentos da decadente monarquia, pós-abolição, a permanência de uma situação de abandono à população negra, mestiça e pobre do Brasil.

A manutenção dos negros às condições degradantes, advindas de uma estrutura arcaica, fruto de um capitalismo dependente e agroexportador, estava em dissonância com os polos de desenvolvimento capitalista do hemisfério norte. A luta por melhores condições de vida ultrapassou os limites do século XIX.

Nesse ambiente de modernização, a República era vista por muitos intelectuais como a alternativa ao atraso provocado pela Monarquia brasileira. Era a chance de mudar o País para melhor, algumas cidades passaram por um processo de reestruturação que excluiu parte significativa da população desse processo; a influência francesa do barão de Haussmann fez-se presente em várias capitais do país, entre elas Rio de Janeiro, Recife e São Paulo. A abertura de grandes avenidas, construção de grandes edifícios e bulevares. Segundo Elias Thomé Saliba:

[...] era o desafio que se colocava para escritores e artistas no ano de 1889 quando a República – recém proclamada – aparecia como oportunidade histórica única para transformar o Brasil num país moderno, mais alinhado ou pelo menos um pouco mais próximo do cenário de modernização dos países europeus. Os processos de desestabilização das regiões periféricas do mundo, gerados pela revolução tecnológica e científica na segunda metade do século XIX, vieram consagrar a hegemonia européia sobre todo o globo terrestre, que viu seus modos de vida, usos, costumes, formas de pensar, ver e agir transformados em modelos inspiradores de novas guinadas culturais.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.) *A abertura para o mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012b. v. 3, p. 35.

<sup>42</sup> SALIBA, Elias Thomé. Cultura: as apostas da República. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Org.) *A abertura para o mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3, p. 239.

Muitas ideias europeias passaram a circular por aqui, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social, o marxismo. No campo editorial, a imprensa mudou seu estilo para se adequar às novas exigências do mercado capitalista moderno. Nessa perspectiva, a imprensa moderna. Nasceu aquele “jornal leve e barato, verdadeiro espelho da alma popular, síntese e análise das suas opiniões, das aspirações, das suas conquistas, do seu progresso”.<sup>43</sup>

O formato dos jornais estava carregado de elementos tradicionais, ou seja, conservadores; no entanto, os temas tratados eram de forma burocrática, sem muita pretensão de atingir o grande público. Após a Proclamação da República, a modernização e adequação à nova realidade se fizeram presentes em revistas e jornais que circularam pelas capitais do país. Ao mesmo tempo em que a Europa passava por uma série de transformações, D. Pedro II tentava mostrar ao mundo a capacidade intelectual brasileira, inclusive do Recife na exposição Universal de Paris em 1889. Na mostra, o governo tentou demonstrar que o Império estava progredindo e estava compartilhando os paradigmas da cultura ocidental do século XIX; assim sendo:

[...] nas publicações oficiais do império, a propósito organizadas para expor na Europa as imagens do país, discorria-se com ufanismo sobre a história do Brasil, sua geografia, as inesgotáveis riquezas extraídas de seu solo, os valores estéticos que o povo acalentava, expondo em primorosas fotografias os traços mais salientes das suas edificações urbanas.<sup>44</sup>

Diante desse processo modernizador, o Recife é uma cidade de contrastes, haja vista que, ao mesmo tempo em que tem uma elite percebendo as mudanças ocorridas na Europa e quer trazê-las para cá, existe uma população excluída dessas benesses que o capitalismo proporciona. O obstáculo encontrado em Recife, assim como em outras cidades do país, está sedimentado em uma organização social baseada nas diferenças sociais abismais, que extrapolaram os limites do século XX e XXI.

---

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 246.

<sup>44</sup> ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 194.

## 1.1 O Recife e um Império em pedaços

É importante salientar que Recife, nos últimos meses do Império, perdeu muito de sua pujança, principalmente no século XIX. Inclusive, Raimundo Arrais foi muito feliz ao citar Oliveira Lima, que aponta o declínio econômico de Pernambuco após a Revolução Praieira.<sup>45</sup>

Em Recife, às vésperas da Proclamação da República, havia uma intensa luta política entre os membros da elite que circulavam pelos diferentes jornais da província. Era uma disputa política regional, local, distanciada em algumas ocasiões das aspirações políticas nacionais. Partindo dessa premissa, não “restará às elites locais senão o recurso de clamar, insistentemente, contra as diferenças regionais agravadas com a implantação do regime republicano, mediante um federalismo que marginalizava um espaço unido sob a designação geográfica de Nordeste.”<sup>46</sup>

Para ilustrar esse fato, no terceiro capítulo, tomaremos como exemplo o Caso Chrispim e Ricardo Guimarães. O Partido Republicano em Recife não quis entrar na discussão sobre o assassinato de um de seus correligionários mais atuantes, Ricardo Guimarães, em plena luz do dia, possivelmente a mando de personagens ilustres do cenário político pernambucano. Apenas ilustrou que o grito contra os portugueses era liberal.

No dia 29 de setembro de 1889, o Partido Republicano veiculou uma nota que repercutiu nos jornais pernambucanos, eximindo-se de quaisquer distúrbios ocasionados no Recife. Dessa forma, acaba induzindo o leitor de que a morte de Ricardo Guimarães foi fruto de questões pessoais que nada teriam a ver com a causa. Inclusive demonstram que não tiveram nada a ver com os tumultos provocados no Recife, e atesta que o ódio em relação aos portugueses em Recife não passa pelo partido; o ilustre Dr. Antônio de Souza Pinto é português e republicano. Em outra parte do aviso, atenta que o grito contra os portugueses é liberal, que ficou em um passado distante, na Revolução Praieira,<sup>47</sup> assim sendo, os liberais estão no poder.

No entanto, a reflexão sobre o caso Chrispim; a senhorita com quem o rapaz estava envolvido e queria se casar era filha de um rico comerciante português. Nesse sentido, é

---

<sup>45</sup> ARRAIS, 2004, p. 26.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>47</sup> A Revolução Praieira ocorreu em Pernambuco entre os anos de 1848 e 1850, teve um caráter liberal e federalista. Pode ser considerada a última grande revolta do Brasil Império. Ganhou o nome de praieira, pois a sede do Jornal Diário Novo localizava-se na Rua da Praia. Entre as causas da revolta, estava a indignação em relação ao veto à indicação do liberal pernambucano Antônio Chichorro da Gama para a presidência da província. Esse veto provocou uma revolta em determinado grupo de políticos liberais de Pernambuco. Os pernambucanos também estavam insatisfeitos com a falta de autonomia política das províncias e concentração de poder nas mãos da monarquia.

possível conjecturar que o fato de ter ilustres portugueses no seio do partido republicano pode ser o motivo do “distanciamento” do partido nos eventos de setembro de 1889. A morte de Ricardo Guimarães pode ter sido um efeito colateral cuja suspeita recai não em um grupo de políticos em disputa, mas uma trama que envolve outros atores políticos. O histórico de Ricardo Guimarães em sua vida política envolveu-se em inúmeras intrigas. Era uma pessoa conhecida e até admirada por muitos adversários. Sua atuação próxima aos mais humildes pode ter sido o estopim para a sua eliminação. Para problematizarmos essas questões, apresentamos o anúncio do Partido Republicano (Figura 2).

Figura 2 – Anúncio do Partido Republicano, 1889

O *Directorio Central* do Partido Republicano declara ter sido inteiramente alheio á agitação havida nesta cidade com relação ás violencias soffidas pelo jockey Antonio Chrispim.

Outro-sim, que considera simplesmente como um *derivativo* a insistencia com que se falla, em certa imprensa em gritos hostis aos portuguezes.

Para prova de seus sentimentos o Directorio lembra ao publico que conta em seu seio um portuguez naturalizado, o Dr. Antonio de Souza Pinto.

E, já que provocaram a *q u e s t ã o*, lembra ao povo que o tal grito é de origem liberal, praieira, sendo ao som delle que foram assassinados em Junho de 1847, na rua da Praia, diversos portuguezes.

Estava no poder o partido liberal e, como agora com o assassinato do portuguez naturalizado Ricardo Guimarães, nenhuma pena soffreram os autores da carnificina.

Fonte: *Diario de Pernambuco*, edição 220, 29 set. 1889.<sup>48</sup>

Em São Paulo, a realidade política em disputa era bem diferente do cenário recifense. Tomemos como base o relatório de polícia de São José do Rio Pardo, aproximadamente um mês antes do Caso Chrispim e Ricardo Guimarães. O chefe de Polícia, Pedro Leão Velloso Filho, foi designado pelo presidente da província para resolver o incidente do Hotel Brazil em São José do Rio Pardo. Nesse episódio fica claro, pelo relato do chefe de polícia, que, embora tente ser imparcial diante dos fatos, acaba omitindo no relatório o real motivo do conflito e quem foram os responsáveis pelo tumulto na cidade.

<sup>48</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

Para que possamos entender o caso, vamos aos fatos relatados no Jornal *Diário de Notícias*,<sup>49</sup> no dia 13 de agosto de 1889, do Rio de Janeiro, que recebeu um telegrama do republicano Rangel Pestana sobre a passagem de Francisco Glicério na cidade de São José do Rio Pardo.

Francisco Glicério foi ontem à noite assaltado no hotel Brazil pelo subdelegado, acompanhado de praças de polícia, que ameaçam de morte os republicanos. As praças encasteladas ameaçam assaltar novamente os republicanos. Passamos a noite armados, tendo abandonado o hotel. Foram pedidas providências ao chefe de polícia, que garantiu que o subdelegado seria demitido. São Paulo.<sup>50</sup>

A tensão entre os grupos partidários era grande a ponto de tomarem de assalto o hotel e pôr em risco a vida de Francisco Glicério e seus correligionários. Essas campanhas republicanas feitas pelos personagens ilustres do partido deixam os nervos dos chefes políticos locais em alerta. No entanto, em Pernambuco, há um relato da passagem de Silva Jardim pelas cidades do interior onde tudo corria na mais perfeita harmonia, ou seja, sem incidentes.

Silva Jardim,  
O grande apóstolo da democracia, em excursão de propaganda, tem visitado diversos pontos da província, como Nazareth, Timbaúba, Goyanna, Palmares e Escada, pregando o evangelho da República. As manifestações tem sido imponentes. Bailes, flores, música, banquetes políticos – tudo em honra do valente agitador, que não tem poupado esforços, nem sacrifícios para libertar a Pátria da escravidão monárquica.<sup>51</sup>

Esse excerto do Jornal *O Combate*, do dia 10 de julho de 1889, pode corroborar nossa tese de que o espírito republicano não arrefeceu, mas compreende como alterar o poder, ou seja, é possível que para os republicanos pernambucanos a transição seria apenas uma questão de tempo. Em São Paulo, os embates políticos tornaram-se mais intensos. Os republicanos, liberais e conservadores trocavam farpas; embora fosse possível vislumbrar uma aproximação política entre liberais e republicanos, as questões imediatas de ordem política e econômica distanciavam esses políticos. No mesmo dia 13 de agosto de 1889, no Jornal *Diário de Notícias*, destacamos um telegrama:

<sup>49</sup> *Diário de Notícias*, edição 1520, 13 ago. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

<sup>50</sup> *Ibid.*

<sup>51</sup> *O Combate*, órgão republicano, Recife, ano 1, n. 2, 10 jul. 1889. Disponível no Apeje.

Chegou agora a esta capital Francisco Glicério. A vila de São José do Rio Pardo esta pacificada, graças a moderação de Glicério e de seus companheiros. O povo do Rio Pardo prendeu autoridades e as praças do destacamento, fazendo ontem entrega do governo da vila ao juiz de direito da comarca. [...] O Doutor Leão Velloso Filho, chefe da polícia, dirigiu o seguinte telegrama de S. José do rio Pardo ao presidente da província: cheguei às 4 horas e 48 minutos da tarde, encontrando os ânimos calmos. A ordem está estabelecida e a cadeia entregue ao destacamento de permanentes.<sup>52</sup>

No ofício de 16 de agosto de 1889,<sup>53</sup> enviado por Leão Velloso ao Presidente da Província José Vieira Couto de Magalhães, insiste que os fatos relatados pelos ouvintes são difíceis de apontar os culpados pelo episódio, haja vista que “como é de prever, difícil se torna nestas ocasiões chegar-se ao completo conhecimento da verdade”.<sup>54</sup> Como chefe de polícia, seria sua obrigação como detentor de um cargo de confiança expor a verdade. No entanto, esse tumulto, assim como outro pelo país, estavam atrelados a pessoas de poder e prestígio político, por isso a tática utilizada em muitos casos era apelar para a impossibilidade de se chegar à verdade. É interessante que o mesmo foi feito no Caso Chrispim e no Caso de Ricardo Guimarães em Recife.

É perceptível que no documento oficial existe uma preocupação em não atribuir culpa aos envolvidos; o subdelegado é apresentado como um indivíduo sem “personalidade”, um “fraco” diante do episódio, como alguém incapaz de impedir os praças de cometerem as “atrocidades”. É interessante salientar que, ao lermos o ofício, podemos perceber certo “malabarismo” retórico para eximir o subdelegado de sua culpa, obviamente jogando a culpa pelo episódio nas costas daqueles mais fracos politicamente, os praças.

Na versão publicada no jornal, apresenta Francisco Glicério como hóspede do hotel. Estava deitado quando viram um cabo armado andando próximo ao hotel, prenderam-no levando-o à cadeia, gerando o ódio dos outros praças em busca de reparação moral. Logo em seguida, partiram para o hotel “arrombando depois as portas ali penetraram travando-se então luta entre o dono e hospedes do hotel e os assaltantes, atirando-se reciprocamente pedras, garrafas, cadeiras, projeteis, disparando-se também tiros de parte a parte”.<sup>55</sup> Após o enfrentamento, os “rebeldes”, segundo Leão Velloso na versão apresentada ao Jornal *Diário de Notícias*, os assaltantes saíram gritando: “morram os republicanos.”

<sup>52</sup> *Diário de Notícias*, edição 1520, 13 ago. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

<sup>53</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Polícia, ordem 2706, caixa 271.

<sup>54</sup> *Ibid.*

<sup>55</sup> Arquivo Público do Estado de São Paulo. Polícia, ordem 2706, caixa 271.

No relatório apresentado ao Presidente da Província, em nenhum momento, cita-se Francisco Glicério. O chefe de polícia poderia ser um correligionário republicano ou foi apenas intencional a omissão para não envolver o ilustre republicano.

No Jornal *O Paiz*,<sup>56</sup> de 14 de agosto de 1889, Francisco Glicério faz o relato dos acontecimentos, ou seja, sua versão dos acontecimentos; relata que, ao chegar a São José do Rio Pardo, foi recebido com foguetes e vivas à República. Segue relatando que o estopim foi a prisão do cabo por estar armado no hotel; depois da refrega e dos embates, prenderam o subdelegado, o oficial de justiça, o capitão, mas alerta que todos foram respeitados. É possível ver no ofício do chefe de polícia a confirmação dos fatos.

Diante dos fatos explanados, é possível que as circunstâncias políticas do final do Império possam ter pesado, pois D. Pedro II, depois que a diabetes o acometeu, não tinha o mesmo vigor de antes para acompanhar os fatos mais de perto. No Jornal *O Paiz*, o episódio encerra-se sem uma solução, da mesma forma no *Diário de Notícias*, na *Gazeta de Notícias*.

Tomando Christian Lynch, é perceptível que D. Pedro II, ao permitir que grupos políticos com ideias distintas governassem em conjunto, lembrando do episódio da conciliação, permitiu que os grupos oligárquicos disputassem o poder com o imperador.

O irônico é que, ao apresentar a estabilidade do Estado, o próprio D. Pedro II criou as condições para que as investidas oligárquicas retornassem rapidamente, depois de amainadas ao fim do período regencial. Ele foi o primeiro a dar os primeiros passos rumo à liberalização do regime. A fim de prevenir ameaças de golpes ou insurreições promovidas por opositores desesperados de aceder ao poder, D. Pedro II impôs aos conservadores em 1853 que governassem com liberais por meio de coalizões ('Conciliação').<sup>57</sup>

O poder de D. Pedro II, de certa forma, foi posto à prova por um episódio como esse, haja vista que a ordem estabelecida não foi respeitada e o Estado tornou-se refém de interesses particulares, as autoridades foram aprisionadas, mas nada aconteceu. Apenas o chefe de polícia foi ao local para dar satisfação formal por meio do ofício.

D. Pedro II, durante boa parte de seu governo, esteve à frente dos acontecimentos do Império, era um governante ativo, procurava inteirar-se dos fatos que cercavam o Império, era um leitor compulsivo. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho:

---

<sup>56</sup> *O Paiz*, edição 1772, 14 ago. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 ago. 2018.

<sup>57</sup> LYNCH, Christian E. C. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político*. São Paulo: Alameda, 2014. p. 63.

D. Pedro era um cumpridor exato dos deveres, quase uma máquina de governar. Informava-se de tudo lendo os jornais da capital e das províncias, visitava as repartições públicas, acompanhava de perto as atividades dos ministros, cobrava deles as medidas que julgava necessárias e velava pela moralidade dos funcionários públicos.<sup>58</sup>

Após a diabetes, doença que debilitou o Imperador organicamente, o que repercutiu em sua administração, deixou uma lacuna no poder. A inviabilidade de um Terceiro Reinado era perceptível entre seus opositores. O isolamento político de D. Pedro II aumentava na mesma proporção que as disputas oligárquicas cresciam.

D. Pedro II nada fez para criar bases de sustentação para seu governo ou para a monarquia. Não formou ao seu redor uma corte, mesmo com um nobreza só de títulos, como a brasileira. Não cultivou o apoio dos militares, como fizera seu pai. Também não buscou o apoio do clero, cioso que era das prerrogativas do poder do Estado. Não cortejou o povo, em valorizasse o aplauso popular.<sup>59</sup>

D. Pedro II tornou-se uma sombra do que havia sido em outrora. Após a queda do gabinete de João Alfredo e da ascensão do Gabinete de Visconde de Ouro Preto, as coisas ficaram mais difíceis para o Imperador. A ira dos senhores de escravos que perderam suas posses por causa da abolição minou sua principal base de sustentação do Império.

Em Pernambuco, diferentemente de São Paulo, permitiram-nos observar que um projeto político em escala nacional, como a mudança do regime monárquico para um regime republicano, embora fosse atraente para uma elite política e econômica recifense ou pernambucana, não fazia parte do seu objeto naquele momento, a ponto de pegar em armas ou lutar por tais princípios com seus opositores. As questões giravam em torno das disputas regionais ou locais. Os grupos rivais usavam a imprensa ou outros canais para atingir seus opositores.

Na verdade, havia em Recife o desejo de abraçar a modernidade e apagar o passado retrógrado, por isso é possível que a percepção de que a monarquia estava com seus dias contados permitiu a essa elite gastar energia em outra direção, por exemplo, embelezar a cidade, transformando-a em uma capital moderna aos olhos dos outros povos, inclusive europeus. Segundo o historiador Raimundo Arrais:

---

<sup>58</sup> CARVALHO, José Murilo. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *A construção nacional, 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012b. p. 126.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 126.

[...] o governo imperial e os governos das províncias fizeram divulgar na Europa publicações que difundiam a imagem de nossas cidades progressistas, muito assemelhadas, em tudo, às cidades européias, mormente às cidades italianas, descrevendo uma sociedade que começava a emancipar-se da dependência passiva da natureza por meio da introdução dos melhoramentos técnicos e pela disposição, embora lenta, de renunciar ao uso da mão de obra escrava.<sup>60</sup>

A cidade vista de cima, ou seja, sua elite não permitia a convivência democrática com as camadas mais pobres da sociedade. A revitalização urbana do Recife, assim como do Rio de Janeiro e outras capitais, era excludente. A República aclamada por Ricardo Guimarães, assim como outros republicanos, era vista como uma “mãe” protetora. Segundo Freyre, aparece nos versos intitulados A República:

[...] nos seus lábios rosados  
 O néctar puro dos céus  
 Mãe protetora dos povos,  
 Formosa filha de Deus.  
 Estátua feita de bronze  
 Que esbofeteia Luís Onze  
 Abraça, oscula Saint-Just;  
 A cuja sombra bondosa  
 Cresce o lírio e medra a rosa  
 E cujo olhar nos seduz.

Em seu regaço materno  
 Dormem sonhando ideais  
 Os Prometeus sublimados,  
 Os Briaréus imortais,  
 Por seus cabelos dourados  
 Os ventos eletrilizados  
 Derramam grato frescor;  
 As aves cantam-lhe endechas  
 E acolhe sorrindo as queixas  
 Dos povos – o seu amor.<sup>61</sup>

A mãe protetora, a República, não pode proteger a população empobrecida das investidas dos novos detentores do poder, as oligarquias. É bem possível que se Ricardo Guimarães tivesse sobrevivido se desiludisse com os rumos que a República tomou no país.

---

<sup>60</sup> ARRAIS, 2004, p. 196.

<sup>61</sup> FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990. p. 21-22.

É interessante notar que até o monarquista abolicionista Joaquim Nabuco havia percebido no início de 1889, que a queda da monarquia estava aproximando-se, quando fiéis defensores da monarquia passaram a defender a causa republicana como escreve Chacon.<sup>62</sup>

Em pleno ocaso da Monarquia, no último ano, o de 1889, em 2 de janeiro protestou do Rio de Janeiro ao correligionário abolicionista pernambucano José Mariano, outrora liberal, que já se bandeava para os republicanos despontando no horizonte do poder. Então Nabuco distinguiu entre a República libertária nordestina insurrecta de 1817 e 1824, esmagada no berço, substituída pela República interesseira latifundiária conservadora em torno do Manifesto de Itu de 1870, rumo a unir cafeicultores paulistas e pecuaristas mineiros no rodízio presidencialista café-com-leite até a Revolução da Aliança Liberal irromper, a partir de 1930, com uma onda maior de industrialização e urbanização do Brasil, seguida por outras ainda maiores. Foi quando Nabuco escreveu angustiado a José Mariano: ‘qualquer que seja o caráter democrático do movimento no Norte, no Sul ele é uma explosão de despeito e rancor contra a lei de 13 de Maio.’ Despeito e rancor dos latifundiários sulistas, mais prejudicados com a Abolição que os seus homólogos açucareiros nordestinos em lento, inexorável processo de decadência desde aqueles fracassos anteriores.<sup>63</sup>

Nabuco tinha, de fato, plena consciência de que a abolição foi a causa maior dos problemas de D. Pedro II diante do Império. Entretanto, podemos afirmar que atribuímos apenas um fator para a queda da monarquia brasileira seria limitar os fatos. A queda do Império é de uma complexidade muito maior, teve como suporte uma série de questões, tais como a questão religiosa, a questão militar, a questão abolicionista e o movimento republicano, além da própria dificuldade no processo que levaria à continuidade do poder, instaurando-se o Terceiro Reinado. Sobre esses aspectos Joaquim Nabuco, é enfático:

Depois da Abolição ele sempre teve o pressentimento de que a escravidão causaria uma grande desgraça à dinastia, como assassinara a Lincoln. Seu maior amor talvez tenha sido pelos seus alunos da Politécnica, mas como todas as suas recordações da “Escola” se transformaram em outros tantos tormentos, quando os viu glorificando o 15 de Novembro, que para ele era a desforra de 13 de maio!<sup>64</sup>

O último suspiro da Monarquia teve o “consentimento” por parte de D. Pedro II, que decidiu partir ao invés de lutar pelo seu poder. Cansado, talvez, parecia que não estava mais disposto a governar o Brasil, preferiu retirar-se a enfrentar o inevitável. A Monarquia perdeu

<sup>62</sup> CHACON, Vamireh. *Joaquim Nabuco: revolucionário conservador, sua filosofia política*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 77.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>64</sup> NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Introdução de Gilberto Freyre. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 195.

sua sustentação política, era um entrave para o País. As oligarquias estavam preparadas para assumir de fato o controle político a partir do advento republicano de 1889.

A República brasileira era composta por um grupo dirigente heterogêneo que, aos poucos, foram firmando-se. As oligarquias de São Paulo e Minas dominaram o cenário político até 1930, enquanto os outros estados disputavam o poder local; a Política do Café-com-Leite e Política dos Governadores formaram a base de um ideal republicano que excluiu boa parte da população brasileira, utilizando-se de mecanismos como o voto de cabresto, forçaram as massas ignoras a fundamentar a política coronelista.

## CAPÍTULO 2: A POLÍTICA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

### 2.1 Autonomia ou centralização: disputas políticas entre liberais, conservadores e republicanos no império brasileiro

[...] o homem só comemora e ama o que lhe aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.

(Machado de Assis).<sup>65</sup>

A monarquia durante boa parte de sua breve existência no Brasil foi alvo de muitas críticas. É interessante notar que, enquanto os interesses oligárquicos estavam assegurados, a monarquia teve seus dias de tranquilidade, mas após o maior conflito da América do Sul, a Guerra do Paraguai, D. Pedro II foi vencido pelas forças políticas que o tinham apoiado. O Império perdeu o fôlego, sucumbiu. O espírito republicano há muito tempo se havia instalado no Brasil e em Pernambuco.

Em 1817, a Revolução Pernambucana, segundo o historiador Carlos Guilherme Motta, foi o mote para que outros processos de contestação à ordem monárquica fossem estabelecidos em Pernambuco, inclusive, servindo para a afirmação dos grupos políticos dominantes. Nesse sentido, “sob esse aspecto, as ocorrências de 1821, 1824, 1831 e 1848 configuram-se como desdobramentos de um mesmo fenômeno político manifestado pela primeira vez em 1817, qual seja, o de afirmação de uma primeira camada dirigente nacional”.<sup>66</sup>

A política brasileira começou a se tornar mais robusta com o processo que culminou com a independência do Brasil. Dentre os três grupos políticos que disputavam correligionários, tínhamos o Partido Brasileiro, o Partido Português e os Liberais Exaltados ou Radicais. Segundo o historiador Marcus Carvalho, “o federalismo era uma bandeira extremamente atraente para vários setores das elites locais, [...] Esse arremedo de governo local, com o pleno controle das rendas internas das ex-capitanias, era parte da agenda dos liberais ‘moderados’ federalistas”.<sup>67</sup> Era desejo de uma parcela da elite brasileira desvencilhar-se das garras de um Estado centralizador, proporcionando a autonomia suficiente para comandar seu destino.

<sup>65</sup> ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 1, p. 7. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000243.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2018.

<sup>66</sup> LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos G. *História do Brasil: uma interpretação*. 3. ed. São Paulo: Senac, 2012. p. 325.

<sup>67</sup> CARVALHO, Marcus J. M. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 331-366, 1998. p. 331.

Após a independência, temos três períodos políticos importantes: o primeiro período de 1822 a 1831, constituindo-se no Primeiro Reinado, uma base para a construção de uma soberania em relação a Portugal e a aceitação do Brasil como estado independente; o segundo período, de 1831 a 1840, um hiato na política nacional conhecido como Período Regencial, iniciado após a abdicação de D. Pedro I em nome de seu filho Pedro de Alcântara de apenas 5 anos, e o terceiro período, conhecido como Segundo Reinado, de 1840 a 1889, de acordo com a ascensão de D. Pedro II após o Golpe da Maioridade. Segundo Braga:

[...] o que ocorria em outras partes do mundo, em relação à estrutura política e demandas sociais, no Brasil, os partidos políticos eram mal vistos, por constituírem corpos intermediários entre os cidadãos e os eleitos, colaborando para deturpar a vontade geral. Além disso, a considerar aspectos organizacionais mínimos, não se pode dizer que tais agremiações eram, de fato, partidos políticos.<sup>68</sup>

Os interesses estavam mais nos aspectos da centralização do poder, constituído naquele partido que tinha interesses atrelados aos portugueses, no caso do Partido Português e depois, configurando-se como Partido Restaurador, após abdicação de D. Pedro I. Entretanto, com a morte de D. Pedro I, em 1834, tornou-se Partido Regressista, depois se configuraria em Partido Conservador no Período Regencial e, posteriormente, disputava o poder com os liberais no Segundo Reinado.

No caso do Partido Brasileiro, o interesse se configuraria na descentralização do poder, na autonomia das províncias. No período regencial, tornou-se Liberal Moderado, aglutinando forças da classe média, profissionais liberais. Contudo, com a morte de D. Pedro I, passou a se denominar como Partido Progressista, que se tornaria no fim do período regencial o Partido Liberal até o fim do Segundo Reinado.

O terceiro grupo político, os Liberais Exaltados ou Radicais, eram republicanos e abolicionistas na grande maioria. No entanto, os menos radicais de fato, pertencentes a uma pequena burguesia e profissionais liberais, passaram a compor as fileiras do Partido Liberal, absorvidos pela alternância de poder que se configuraria até 1870, quando o movimento republicano tomou corpo. Esse fato ocorreu na Convenção de Itu, quando surgiu o Partido Republicano Paulista (PRP). Segundo Lopez e Mota, as diferenças entre os principais grupos

---

<sup>68</sup> BRAGA, Claudio Mendonça. *O caráter nacional dos partidos políticos na federação brasileira*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 31.

políticos do período regencial eram apresentadas por um contexto conturbado da abdicação de D. Pedro I.

No conturbado mundo político, distinguiam-se três tendências principais. Na primeira – a dos liberais exaltados, ou ‘farroupilhas’, seus membros pretendiam realizar reformas mais profundas no sistema de governo prescrito pela Carta de 1824: queriam abolir o Poder Moderador, estender a representação (ou seja, ampliar o número de eleitores), acabar com o Senado e o Conselho de Estado vitalício e dar mais poderes às províncias. Embora não fossem abertamente republicanos, pretendiam descentralizar o poder. Alguns mais exaltados haviam participado da Confederação do Equador.<sup>69</sup>

A insatisfação em relação ao poder de D. Pedro I fez com que esse grupo político tivesse uma posição de enfrentamento e descrédito em relação à perspectiva de uma monarquia sólida no Brasil, os liberais exaltados eram republicanos. No entanto, a República era algo distante para boa parte da elite política nesse contexto, embora a experiência da América espanhola tenha enveredado por esse caminho.<sup>70</sup>

Os restauradores “que defendiam a volta do imperador Pedro I e da ordem absolutista. Seus partidários eram membros da nobreza burocrática e comerciantes portugueses. Entre os notáveis deste grupo estavam José Bonifácio, Cairu, e o marquês de Paranaguá”.<sup>71</sup> Com a morte de D. Pedro, acabou-se essa possibilidade, quem acreditava em final político para os restauradores acabou percebendo que esse grupo se transformaria em uma força política no Segundo Império, pois passariam a ser chamados, a partir de 1838, de Conservadores.

O outro grupo político importante nesse cenário são liberais moderados que, após a morte de D. Pedro I, passaram a ser conhecidos como progressistas, e logo em seguida, como liberais: “pretendiam preservar a monarquia, manter o escravismo ampliar os poderes dos municípios e das províncias. Embora sua base fosse composta de elementos das camadas médias, o resultado de sua ação acabaria por favorecer os interesses dos proprietários rurais.”<sup>72</sup>

Após o ano de 1870, surgiu uma nova força política com o movimento republicano e o Partido Republicano Paulista. É interessante salientar que o surgimento do Partido Republicano foi após o fim da Guerra do Paraguai, justamente no momento em que a crise do Império começa a se avolumar.

---

<sup>69</sup> LOPEZ; MOTTA, 2012, p. 423-424.

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 423-424.

<sup>71</sup> *Ibid.*

<sup>72</sup> *Ibid.*

O historiador Caio da Silva Prado Júnior<sup>73</sup> afirma que, após 1821, as “agitações” que tomaram conta do cenário político ou reivindicações advindas de grupos com aspirações distintas, pois existiam aqueles que atrelados aos interesses oriundos da Revolução do Porto, em 1820, compunham forças reacionárias, adeptas da recolonização do Brasil.

A agitação que em consequência da revolução portuguesa se alastrou pelo Brasil, propagando-se de norte a sul do país, assume, por efeito da heterogeneidade de interesses e reivindicações que nela se manifestam, uma feição complexa e muitas vezes até contraditória. Encontramos nela, forças reacionárias que não pensam senão no retorno do país ao seu passado colonial e de segregamento econômico e comercial.<sup>74</sup>

É interessante notar que, mesmo com toda a agitação, o ano de 1821 também é marcado. Segundo o historiador Flávio Cabral, em 1821 havia uma “efervescência de constituição, da cidadania e das leis que estavam sendo preparadas pelos deputados eleitos em várias partes do reino. Com o novo estatuto social, os súditos se libertaram da tutela real e se transformaram em cidadãos com direitos políticos”.<sup>75</sup> Entretanto, com a ascensão de D. Pedro I, esse desejo arrefeceu com a Constituição de 1824.

Na oposição, estavam grupos abastados que identificavam na independência, na autonomia a possibilidade de obter vantagens comerciais, mais recursos para constituição e realização de desejos particulares. Não obstante, havia um grupo atrelado às “forças populares, as camadas oprimidas da população brasileira que enxergavam na constituição que lhes era oferecida perspectiva de libertação econômica e social”.<sup>76</sup>

Nesse sentido, segundo Caio Prado Júnior, o conflito de interesses políticos desses grupos distintos após 1821 é que configurará ou modelará o cenário de embates políticos até o fim do Segundo Império. A impossibilidade dos liberais radicais sustentarem-se politicamente no fim do período regencial demonstra a fragilidade política das camadas populares, pois não estavam organizadas para cobrar das autoridades suas reivindicações; não havia as condições objetivas no Brasil para propostas que buscassem a inclusão das camadas populares de sua espoliação.

---

<sup>73</sup> PRADO JÚNIOR, Caio da Silva. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense. 1999. p. 50.

<sup>74</sup> *Ibid.*, p. 49-50.

<sup>75</sup> CABRAL, 2008, p. 169.

<sup>76</sup> *Ibid.*, p. 169.

Quanto à população livre das camadas médias e inferiores, não atuavam sobre ela fatores capazes de lhe dar coesão social e possibilidades de uma eficiente atuação política. Havia nela a maior disparidade de interesses, e mais do que classes nitidamente constituídas, formavam antes simples aglomerados de indivíduos. Em último lugar, para compreendermos a ineficiência política das camadas inferiores da população brasileira, devemos nos lembrar de que a economia nacional, e com ela a nossa organização social, assente como estava numa larga base escravista, não comportava naturalmente uma estrutura política democrática e popular.<sup>77</sup>

Observando o trecho de Caio Prado Júnior, podemos inferir que as condições objetivas das classes menos favorecidas acabaram prevalecendo sobre as suas articulações políticas minando as possibilidades de organização para a reconfiguração do poder constituído, principalmente, por carecer de um projeto político definido.

A abdicação do imperador, em 7 de abril de 1831, trouxe à tona um sentimento de oposição a D. Pedro I e aos portugueses, por parte do povo segundo Caio Prado Júnior. Entretanto, ao afirmar isso, acaba contradizendo-se, pois havia afirmado que a população pobre não tinha condições objetivas para delinear um projeto político por não ter organização. Por outro lado, havia nos bastidores da política brasileira um grupo republicano, conhecido como “exaltados” ou “liberais radicais”.

Os ‘exaltados’ queriam a Federação e a República, modelo que para Evaristo Veiga esfacelaria o país. Como analisou Octávio Tarquínio de Sousa, Evaristo Veiga apropriou-se da revolução [...] O golpe de 1831 atalhou a revolução republicana, pois até setores Exército – decisivos no afastamento do imperador – estavam ao lado das ‘aspirações do país’, já com manifestações de indisciplina, obrigando os primeiros regentes a tomar medidas de controle da ordem. Evaristo, que em seu prestigioso jornal *Aurora Fluminense* defendia a liberdade constitucional, o sistema representativo e a liberdade de imprensa, agora conclamava e advertia: ‘Queremos a Constituição, não queremos a Revolução’.<sup>78</sup>

É interessante salientar que, mesmo entre os exaltados, havia desconfiança em relação a uma revolução nos moldes da Revolução Francesa ou Haitiana. O medo de que a turba descontrolada se apossasse do poder e instaurasse um regime “estranho” ao que eles defendiam, uma espécie de customização dos ideais republicanos, atrelados obviamente aos interesses de grupos específicos, ou seja, particulares.

---

<sup>77</sup> PRADO JÚNIOR, 1999, p. 67.

<sup>78</sup> LOPEZ; MOTTA, 2012, p. 411.

Caio Prado Júnior afirma:

[...] diante da onda revolucionária, desenha-se logo a reação. Forma-se no Rio de Janeiro a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, que inscreve no seu quadro social as mais prestigiosas figuras das classes conservadoras, inclusive regentes, deputados e senadores.<sup>79</sup>

Por outro lado, as camadas populares, por não terem uma liderança própria, acabam aproximando-se dos restauradores, ou seja, daqueles que preferiam uma centralização e o retorno de D. Pedro I. Entretanto, com a morte de D. Pedro I em 1834, o Partido Restaurador tornou-se a partir de 1837 o Partido Conservador, e o Partido dos Liberais Moderados passou também a ser conhecido como Partido Liberal.

Os governos que se seguem à Maioridade têm todos o mesmo caráter. Se bem que diferenciados no rótulo com as designações de ‘Liberal’ e ‘conservador’, todos evoluíram em igual sentido sem que esta variedade de nomenclatura tivesse maior significação. Por isso mesmo é comum, e mal se estranha, a passagem de um político de um grupo para outro grupo.<sup>80</sup>

Durante o Segundo Império, os dois grupos tinham perspectivas políticas muito similares, no entanto, era perceptível que Conservadores, conhecidos como Saquaremas e Liberais, cujo apelido era Luzia, formavam uma oligarquia que tinha interesses próprios, servindo ao Império e aos próprios objetivos; mas quando as camadas populares ameaçavam a ordem pública, rapidamente se uniam para conter os ânimos. Segundo a historiadora Lilia Schwarcz:

Tomando o intervalo de tempo decorrido entre o final das Regências e a conclusão do movimento praieiro, em 1848, e a posterior unificação sob o nome de Luzias – partir de então ficou conhecidos como partido liberal –, pode-se prever uma política tendente à descentralização provincial. [...] o nome Saquarema fala de um outro local de sua derrota; dessa feita reduto dos chefes conservadores, com grande parentela na localidade. [...] Carregando também um sentido maledicente, já que lembrava ‘protegido’ ou ‘favorecido’ [...] As perdas políticas sofridas desde 1842, o nome Saquarema fala de Luzia.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> PRADO JÚNIOR, 1999, p. 68.

<sup>80</sup> *Ibid.*, p. 87.

<sup>81</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia as Letras, 1998. p. 122.

Observando esse último aspecto problematizado por Schwarcz, podemos inferir que a política do compadrio, das facilidades, das vantagens fazia-se presente naquele contexto, por isso era muito comum dizer “nada mais conservador do que um liberal no poder”.

A falta de um projeto definido dificultava a distinção entre os partidos. Nesse sentido, “em alguns aspectos a proximidade dos partidos era tamanha que permitia aos contemporâneos ironizar a ausência de plataformas explícitas, a arte de bajulação ao imperador e a prática ‘espetacular’ da política, no pior dos seus sentidos”.<sup>82</sup>

D. Pedro II sustentou sua base política no Parlamentarismo que foi implantado a partir de 1847, mecanismo em que “jogava” com as duas forças políticas. Nas Monarquias Constitucionais ou Parlamentares, o respeito às leis é primordial. No caso brasileiro, funcionava dentro da legalidade, haja vista que o imperador detinha constitucionalmente o poder moderador, cabendo sua intervenção em momentos de ingovernabilidade. Segundo o cientista político Lynch:

Nas monarquias constitucionais, alternar as facções no poder era a principal função do monarca, na qualidade de Poder Moderador, pois era apelo arbitramento dos conflitos políticos que se conseguiria a estabilidade institucional. As decisões mais importantes da difícil arte de reinar eram justamente aquelas que determinavam a inversão das situações partidárias, isto é, a demissão do partido situacionista e a convocação da oposição para ocupar o poder.<sup>83</sup>

D. Pedro II, além de escolher os presidentes do Conselho – esses presidentes eram figuras de destaque no cenário político brasileiro, membros do Senado –, tinha a prerrogativa de escolher os líderes partidários. A luta para se conseguir uma vaga no Senado era uma prática utilizada para garantir o espaço político, haja vista que na Câmara dos Deputados havia a representação temporária. De 1840 a 1889, foram 36 gabinetes distribuídos entre conservadores e liberais. Os Conservadores permaneceram mais tempo no poder do que os Liberais. Foram distribuídos desta forma: a alternância do poder entre conservadores e liberais, no Segundo Império, pode nos apontar alguns aspectos interessantes da política brasileira. Por exemplo, dos 36 gabinetes compostos no período, podemos perceber três aspectos: primeiro a rotatividade dos gabinetes em alguns momentos era para satisfazer à opinião dos pares. Segundo, a repetição de alguns nomes poderia significar a força política regional. Finalmente, como terceiro aspecto, é importante pensar que, entre 1878 e 1889, surgem na configuração política personagens que

---

<sup>82</sup> SCHWARCZ, 1998, p. 123.

<sup>83</sup> LYNCH, 2014, p. 68.

não haviam participado do poder. Esse fato nos leva a inferir que os antigos aliados do Império estavam, assim como a Monarquia, perdendo as forças. Já os novos personagens políticos, tinham menos afinidade com o imperador do que seus antecessores.

A composição dos gabinetes ministeriais configura-se de acordo com os interesses políticos do Estado e do Imperador, além das forças políticas regionais. Por exemplo, podemos perceber que no período anterior a 1878, Antonio Paulino, Visconde de Abaeté, fora líder do gabinete por duas vezes, o Marquês de Olinda, por quatro vezes, o Visconde de Itaboraí, por duas vezes, o Duque de Caxias, por duas vezes, Zacarias de Góis, por quatro vezes. Esse último praticamente revezou com o Marquês de Olinda no período de 1862 a 1868. Sergio Buarque de Holanda, atenta:

Seria injusto querer atribuir toda a responsabilidade pela inércia administrativa aos homens que detinham o poder. Grande parte da inércia cabe, sem dúvida, a instabilidade desse poder, que vedava qualquer ação contínua e a longo prazo. Tudo se deve por conseguinte a deficiências do próprio regime. O fato é que, nos nove anos que vão de 1880 à queda da Monarquia, estiveram sucessivamente no poder dez Governos, representando pontos de vista diversos ou oposto. Nos mesmos nove anos sucederam-se quatro legislaturas. Normalmente, cada qual deveria ter duração de quatro anos, mas todas foram interrompidas antes de findo o prazo normal.<sup>84</sup>

A instabilidade política também pode ser verificada a partir do processo de formação dos quadros políticos da própria elite brasileira, haja vista que os antigos chefes políticos e aliados de D. Pedro II foram sendo substituídos por novos quadros.

Boris Fausto observa para essa situação política, pois, “do ponto de vista da formação da elite, o passo mais importante foi a fundação da Faculdade de Direito de São Paulo (1827) e de Olinda/Recife (1828). Delas saíram os bacharéis que, como magistrados e advogados, formaram o núcleo dos quadros políticos do Império”.<sup>85</sup> Esses universitários tinham conexões com as novas concepções teóricas que circulavam pela Europa, por exemplo, o positivismo que passou a circular pelos meios militares e civis, balizando as perspectivas de República no Brasil.

De 1853 até 1868, temos o período de Conciliação e da Liga Progressista, *ipso facto* a máxima “nada mais conservador do que um liberal no poder” constitui um momento de coalizão de interesses entre liberais e conservadores.

---

<sup>84</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República*. 7. ed. Rio de Janeiro, 2005. t. 2, v. 7. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira). p. 404.

<sup>85</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: USP, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. p. 236-237.

Segundo Lynch, após a Revolução Praieira, em 1848, os conservadores apropriaram-se do poder extinguindo a possibilidade de alternância. Alguns membros dos conservadores, percebendo o rumo político e a possibilidade de radicalização dos descontentes, fizeram surgir como alternativa um partido de centro, o progressista, que governaria entre 1862 e 1868.

Nesse sentido, “a Liga Progressista, a que pertenciam os políticos referidos, pretendia formar uma Conciliação com os sinais trocados: se os governos de coalizão da década de 1850 haviam sido comandados por conservadores, aqueles da década seguinte teriam ascendente liberal”.<sup>86</sup> Contudo, a partir de 1870, após a Guerra do Paraguai, o Brasil monárquico entrou em uma espiral de crises que levariam à queda em 1889.

## 2.2 O Império perde o fôlego político

A crise econômica, fruto das despesas oriundas da Guerra do Paraguai, o declínio das atividades açucareiras na região Nordeste, a deficiência da estrutura capitalista diante dos países europeus e norte-americanos, que, na verdade, só não foi pior por causa da expansão da produção cafeeira na região Sudeste.

A substituição gradual do trabalho escravo nas áreas de café, no Oeste Paulista, e o declínio desse tipo de trabalho em algumas regiões do Nordeste, graças ao tráfico interprovincial fez com que a luta pela abolição tomasse corpo a partir da década de 1870. A população brasileira teve um salto, um aumento demográfico significativo.

De uma população calculada em torno de 4,6 milhões de pessoas incluindo-se 800 mil índios em 1819, chegou-se a 9,93 milhões em 1872 e a 14.333 milhões, em 1890. Segundo os dados de 1872, Minas Gerais continuava a ser a província mais povoada, com aproximadamente 2.1 milhões de habitantes, viado a seguir a Bahia com 1.38 milhão. Pernambuco e São Paulo tinham populações muito semelhantes, em torno de 840 mil pessoas. As alterações mais relevantes era a ascensão de São Paulo e a que da província Rio de Janeiro, que passou do segundo para o quinto lugar.<sup>87</sup>

Segundo Boris Fausto, o Brasil era um país agrário, tinha 80% das pessoas morando no campo dedicando-se a atividades relacionadas; das pessoas que habitavam as cidades 7% dedicavam-se ao setor industrial e 13% ao setor de serviços.

---

<sup>86</sup> LYNCH, 2014, p. 72.

<sup>87</sup> FAUSTO, 1995, p. 236-237.

A queda da Monarquia restringiu-se a uma disputa entre elites divergentes, e nem entre os monarquistas nem entre os republicanos a igreja tinha forte influência. Quanto a abolição, as iniciativas do imperador no sentido de extinguir gradualmente o sistema escravista provocaram fortes ressentimentos entre os proprietários rurais, e não só entre eles. Os fazendeiros de café do Vale do Paraíba desiludiram-se do Império, de quem esperavam uma atitude de defesa de seus interesses. Com isso, o regime perdeu sua principal base social de apoio. Mas o episódio em si da abolição não teve maior significado no fim do regime. Os barões fluminenses, únicos adversários frontais da medida, tinham se tornado inexpressivos como força social em 1888.<sup>88</sup>

É interessante salientar que os “republicanos da abolição” deixaram de ser uma fonte segura de apoio ao regime de D. Pedro II, haja vista que as leis paliativas, Lei do Ventre Livre (1871), a Lei Saraiva-Cotegipe (1885), dos Sexagenários (1885), foram vistas como mecanismos graduais de indenização. Porém, a Lei Áurea, em 1888, pôs um fim no “casamento” político entre a Coroa e seus correligionários, pois a tão esperada indenização não ocorreu.

As ideias positivistas, formuladas por Augusto Comte (1798-1857), vão extrapolar os limites territoriais da Europa e vão chegar à América com muita intensidade, entre os militares brasileiros e civis, como Benjamin Constant, Rui Barbosa, Aristides Lobo, Quintino Bocaiúva. Entre as ideias de Comte:

[...] considerava ser a ditadura republicana a melhor forma de governo para as condições de sua época. Opunha-se assim a República Liberal, que se baseia na ideia de soberania popular, sendo o poder exercido em nome do povo através de um mandato. Membros do congresso ou presidente da República recebem dos eleitores esse mandato periodicamente renovável, por ocasião das eleições. O princípio de representação é básico no modelo liberal de República. A ditadura republicana concebida por Comte não correspondia ao despotismo, mas implicava a ideia de um governo de salvação no interesse do povo.<sup>89</sup>

Na apresentação de Boris Fausto, os militares desejavam modernizar o País sem a participação popular no processo, ou seja, era um modelo de Modernização Conservadora. Sérgio Buarque de Holanda aponta para a importância dos professores positivistas na academia militar e sua influência sobre os alunos:

[...] durante os últimos 5 anos do Império, aproximadamente sete dos 38 professores da Academia Militar foram positivistas. Mas, no fim de contas, as melhores fontes secundárias indicam que o Positivismo, como uma força, tem

---

<sup>88</sup> FAUSTO, 1995, p. 236-237.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 232-233.

sido superestimado, pois teve relativamente pouca influência prática sobre as atividades militares nas décadas de 1880 e 1890.<sup>90</sup>

Muitos jovens militares assumiam o republicanismo como uma alternativa para política no Brasil e o positivismo como cartilha transformadora. É interessante salientar que a historiadora Emília Viotti da Costa aponta para a falta de unidade e ideias concisas que formassem um projeto realmente sólido para país.

[...] a ação do partido republicano foi pouco significava. O partido não passava de uma minoria, não contando com o apoio das forças vivas do país. Não chegou sequer a elaborar uma ideologia muito clara, aquele tipo de ideologia que se forja no calor dos debates e reveses. Não influiu como partido. Venceu pela fraqueza dos outros. Apenas em São Paulo chegou a ser um partido na verdadeira acepção da palavra, vinculado a uma tradição, possuindo quadro organizado, eleitorado próprio e chefes. Nas demais províncias os republicanos não passavam de um ‘agrupamento sem coesão e sem disciplina, sem quadros e sem chefes prestigiosos’. O partido republicano teria assim um papel apagado e secundário no processo político do Segundo Reinado.<sup>91</sup>

Essa observação foi de grande validade, pois percebemos nos episódios do caso Chrispim e Ricardo Guimarães que o Partido Republicano Pernambucano absteve-se das agitações ocorridas em Recife.

No fim da década de 1860, havia uma enorme desilusão com os rumos da política nacional. Dessa situação foi criado o Clube da Reforma, em 1869,<sup>92</sup> logo em seguida, foi produzido o Manifesto Republicano.

Em São Paulo, latifundiários ligados a grandes lavouras de café, uniram-se aos grupos de industriais e militares contra o “atraso” que representava a monarquia e a elite que a cercava. De acordo com o historiador Sérgio Buarque de Holanda, “todos estes três grupos contribuíram

---

<sup>90</sup> HOLANDA, 2005, v. 6, p. 298.

<sup>91</sup> COSTA, Emília V. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 429-430.

<sup>92</sup> O Manifesto do Centro Liberal foi publicado inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, pelo *Jornal do Comércio* no dia 31 de março de 1869 e posteriormente em avulso na mesma cidade do Rio de Janeiro e na Bahia. O Programa, complemento do Manifesto, foi aprovado em reunião do Clube da Reforma no dia 4 de maio de 1869, publicado em seguida no jornal *A Reforma* e reproduzido em órgãos da imprensa de outras províncias. Tanto o Manifesto como o Programa foram assinados por Nabuco de Araújo, Bernardo de Souza Franco, Zacarias de Góes e Vasconcelos, Chichorro da Gama, Francisco José Furtado, José Pedro Dias de Carvalho, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Theophilo Ottoni e Francisco Octaviano de Almeida Rosa, todos senadores. Joaquim Nabuco (*Um estadista do Império*, p. 95-99), diz que o Manifesto e o Programa são de autoria de Nabuco de Araújo cingidamente. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. 2 t.

para a agitação que levou à abolição da escravatura, seguida por uma decorrência de pensamento chamada a Proclamação da República”.<sup>93</sup>

O Partido Republicano Paulista, diferentemente do Partido Republicano Pernambucano, teve uma postura de enfrentamento, chegando ao choque com os membros do partido liberal e conservador.

O vazio de poder, segundo Sérgio Buarque de Holanda, começa a se configurar quando o Imperador fica doente por causa da diabetes e tem de se retirar para fazer seu tratamento de saúde, deixando em seu lugar a filha, a Princesa Isabel como regente. Naquele momento, quem vislumbrava abraçar o poder no Brasil era o Conde D’Eu, seu esposo.

O perigo do Terceiro Reinado deixou os grupos políticos em alerta, pois o Conde D’Eu não era unanimidade. Conforme tratou Rui Barbosa:

Enquanto D. Pedro II governou este país, nunca houve o menor estremecimento entre o Governo e a força militar. Sua majestade soube alimentar sempre e com extrema delicadeza, se não o entusiasmo pelo rei, ao menos essa tranqüilidade nas fileiras militares, a observação automática dessa disciplina, que faz das organizações armadas a base da paz ambicionada pelos Governos Liberais, e confundida por eles com a verdadeira segurança.<sup>94</sup>

A doença do Imperador serviu para inspirar boatos pelo Império em relação à sua sanidade. Muitos periódicos e opositores se aproveitaram para associar a doença à situação política e econômica do país. O Brasil estaria “caducando” como o imperador. Segundo o historiador Chartier,

Para que a representação do poder soberano não se atenha ao momento e ao local da presença efetiva da pessoa do rei, são necessários textos e imagens capazes de tornar pública a vida ritualizada do príncipe tal como o faziam relativamente a sua sagração, as suas entradas ou as suas exéquias. Em virtude deste fato, a celebração na corte do culto régio não pode ser considerada como sendo da ordem do privado, como não o podem ser as regras e disciplinas impostas a corte, uma vez que estas tendem a definir, com um nível máximo de exigência, as relações que cada um, quem quer que seja, deve doravante manter com o soberano.<sup>95</sup>

A imagem do soberano pode ser desconstruída com mesma intensidade. O poder de D. Pedro II estava sendo minado pelas próprias contradições do sistema político que o fundamentou.

<sup>93</sup> HOLANDA, 2005, v. 6, p. 295-296.

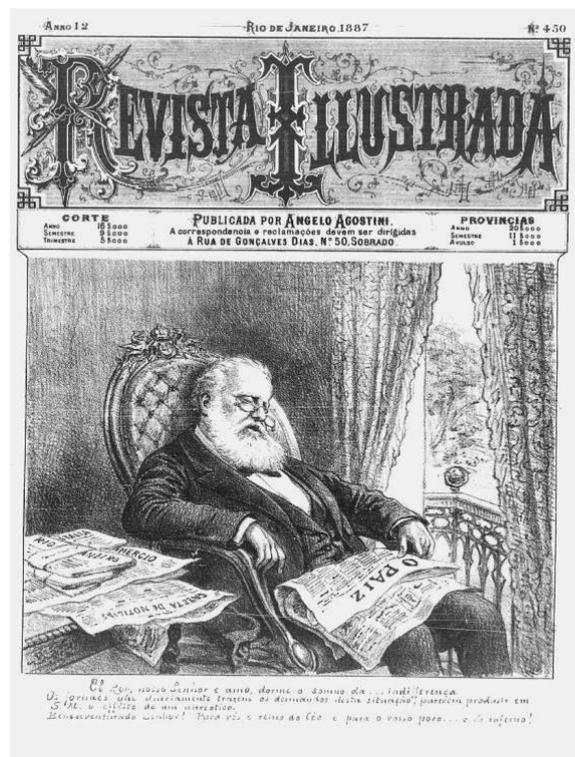
<sup>94</sup> *Ibid.*, v. 7, p. 403.

<sup>95</sup> CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 2002. p. 195.

Há quem diga que a história da Abolição pode ser contada por meio dos desenhos de Agostini, um dos testemunhos mais completos da campanha, estampada na sua *Revista Ilustrada* (1876-1898), órgão de intensa divulgação da causa republicana e abolicionista. Ali se colocou a sensibilidade e talento do piemontês Angelo Agostini (1843-1910), que chegou ao Brasil em 1854, com 16 anos, após ter passado a adolescência em Paris, politizado, talentoso, perspicaz, ousado, deflagrando a contribuição mais expressiva e formadora de escola.<sup>96</sup>

As charges da *Revista Ilustrada* permite-nos perceber que o tom jocoso de suas imagens tinham o objetivo claro de apresentar o imperador como alguém que estava em descompasso com o mundo que o cercava (Figura 3).

Figura 3 – Capa da Revista Ilustrada 450 de 1887



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.<sup>97</sup>

Na edição 450 da Revista Ilustrada, em seu ano 12, a capa tem uma figura de D. Pedro II dormindo. A legenda traz a seguinte mensagem:

O Rei, nosso senhor e amo, dorme o sono da... indiferença. Os jornais [...] diariamente trazem os desmandos desta situação, parecem produzir em [...] o efeito de um narcótico. Bem aventurado senhor! Para vós o reino do céu e para

<sup>96</sup> MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 32. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>97</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

o vosso povo... é um inferno! podemos perceber a ironia da imagem que mostra um imperador dormindo, critica a indiferença do imperador.<sup>98</sup>

O jornal republicano e abolicionista faz uma dura crítica à inércia de D. Pedro II diante da situação do país. Ressaltamos que D. Pedro vinha recuperando-se de sua doença, o País estava sem um condutor de fato, o movimento abolicionista estava no auge e os enfrentamentos com os contrários à causa abolicionista.

D. Pedro II foi examinado na ocasião pela aristocracia da medicina, a ressaltar Jean-Martin Charcot, dentre os médicos de reputação internacional, e Cláudio Velho da Motta Maia, dentre os brasileiros. [...] D. Pedro II, ao longo da sua doença, apresentou uma série de manifestações que contribuíram para a sua fragilidade física.<sup>99</sup>

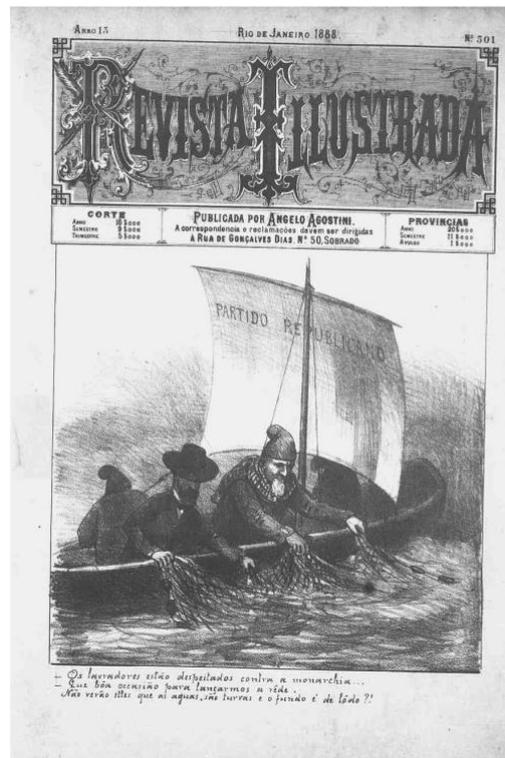
Na Figura 4, edição 501, a imagem traz dois homens pescando, um representante dos latifundiários por sua vestimenta e o outro usando um barrete, símbolo dos revolucionários republicanos franceses, os *Sans Culottes*. O barco não está à deriva, mas servindo de base para a pescaria de novos correligionários à causa republicana. Para corroborar a interpretação, vem com a mensagem: “Os lavradores estão despeitados com a monarquia, que boa ocasião para lançarmos a rede. Não verão eles que as águas são turvas e o fundo é de lodo!?”

Podemos inferir que o periódico abre a discussão sobre os novos adeptos da República e esses republicanos não trarão novas perspectivas, pois estavam envolvidos com a monarquia até o fim da escravidão, eram os republicanos da abolição. O Partido Republicano estava colhendo os frutos da breve ausência de D. Pedro II. Obviamente, a figura do monarca não era unanimidade, mas era visto como um apaziguador dos embates políticos.

<sup>98</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>99</sup> GOMES, Marleide da Mota. Resumo. In: The decline of Dom Pedro II's empire and health: neurophatogenic implications. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, São Paulo, v. 65, n. 4b, p. 1260-1265, dez. 2007. p. 1260.

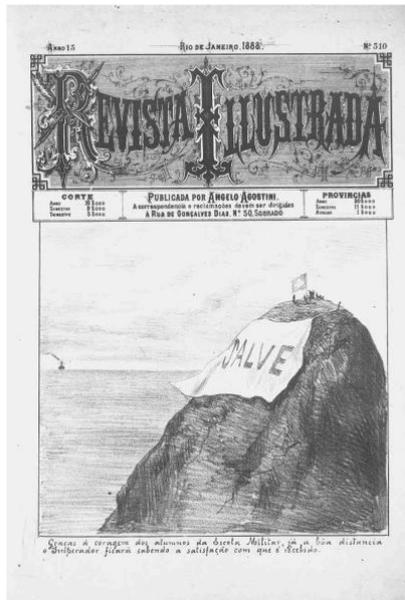
Figura 4 – Capa da Revista Illustrada 501 de 1888



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

A Figura 5, edição 510, ano de 1888, da *Revista Illustrada*, traz a seguinte mensagem: “graças a coragem dos alunos da Escola Militar, já a boa distância o Imperador ficará sabendo a satisfação com que é recebido.” A construção da cena passa-se no Rio de Janeiro, os alunos estão no Pão de Açúcar, cartão-postal do Rio de Janeiro, coberto por uma mensagem com a palavra “*Salve*” que pode ter um duplo sentido, um *Salve*, cujo objetivo seria saudar o imperador ou um *Salve* que tem por finalidade atingi-lo com uma saraivada de tiros, lembrando que dentro da academia militar circulavam ideias positivistas e republicanas, tendo como principal mentor o professor Benjamin Constant.

Figura 5 – Capa da Revista Illustrada 510 de 1888



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Na Figura 6, D. Pedro II, no dia 20 de novembro faz um discurso de encerramento dos trabalhos no parlamento. Percebe que sua ausência foi bem recebida pelos parlamentares. Entretanto, é possível vermos trechos da mensagem que D. Pedro II está lendo na imagem, a qual faz referência ao modo pacífico que a Lei Áurea foi estabelecida e aceita, também faz referência aos avanços que sua decretação pode trazer para o Brasil.

Figura 6 – Capa da Revista Illustrada 524 de 1888



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Obviamente, como o jornal é abolicionista e republicano, pondera sobre a questão da abolição, mas continua ainda crítico em relação à forma de governo. É notório que a doença de D. Pedro II ameaçava a continuidade da monarquia, pois o Conde D’Eu com sua proposta do Terceiro Reinado não agradou a muitos políticos e opositores do regime. Sobre o retorno de Dom Pedro II:

[...] dia 09 de julho de 88 recebeu uma acolhida triunfal. Não havia lembrança de tão calorosa recepção, o desejo de mostrar a Sua Majestade a constante fidelidade de seus súditos. Não faltaria, por outro lado, quem acreditasse ver naqueles festejos uma simples mostra de que a pessoa do imperador, e só ela, e ainda podia assegurar a adesão popular ao regime. Com a simples presença desmentia Sua Majestade os exagerados boatos que tinham corrido sobre sua saúde. Apesar disso já não será o mesmo homem diligente, vigilante, cioso de seu poder, que sempre fora.<sup>100</sup>

D. Pedro II realmente estava sem o vigor político de outrora, mas não podemos atrelar somente às questões de enfermidade. Na verdade, os grupos políticos que sempre o apoiaram deixaram de ver em D. Pedro II o monarca que os representava, chegava a hora da oligarquia tomar o poder. Segundo Lynch, “o processo de construção do Estado moderno pode ser dividido, de modo ideal e esquemático, em três etapas medidas, por vezes, por duas transições: a *monarquia ou autocrática, a aristocrática ou oligárquica e a democrática*”.<sup>101</sup>

Desse modo, é interessante salientar que o monarca a princípio governa com o consentimento da oligarquia que se submete para evitar a anarquia; mas a partir do momento em que os interesses oligárquicos não são respeitados, a monarquia é subtraída, instaurando-se o regime oligárquico.

Seguindo o mesmo raciocínio, Lynch afirma que “o reconhecimento do Estado como centro irradiador do poder legitima sua intervenção no domínio socioeconômico e serve para uniformizar a administração, o direito e a economia territorial. Eliminando ou neutralizando as pretensões autárquicas dos chefes locais”.<sup>102</sup> O rompimento com a monarquia se dá “com a contestação da ordem monárquica pelos grupos que bradem contra o despotismo e a tirania em nome do *progresso e da liberdade*.”<sup>103</sup>

No processo que se desenrola para a construção de um Estado burguês moderno os partidos têm um papel fundamental nesse processo. No entanto, no caso brasileiro, os partidos políticos tinham projetos similares, excetuando-se o partido republicano. A necessidade de se

<sup>100</sup> HOLANDA, 2005, v. 7, p. 408.

<sup>101</sup> LYNCH, 2014, p. 23.

<sup>102</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>103</sup> *Ibid.*, p. 26.

modernizar o País nos moldes das democracias representativas europeias e norte-americana fez criar um abismo entre os representantes e os representados, haja vista que as reformas propostas durante o Império não surtiram efeito. Entre os cinco modelos eleitorais até 1889, todos majoritários, o último denominado Lei Saraiva determinava a eleição direta (1881-1889).

[...] a meta era forjar um sistema eleitoral em que os partidos pudessem regular a alternância de poder disputando as preferências do eleitorado da época sem a interferência da coroa. Daí a preocupação simultânea de se reduzir a fraude e a compressão governamental, enxugando o eleitorado dos pobres e analfabetos.<sup>104</sup>

Essa tentativa de reforma não surtiu o efeito esperado haja vista que o eleitorado não havia vivenciado a experiência democrática, reduzindo, inclusive, o efetivo eleitoral. A queda da monarquia, em novembro de 1889, segundo Emília Viotti da Costa, pode estar atrelada a uma série de fatores, dos quais já apontamos e completa:

[...] entretanto, que não foi o republicanismo de alguns oficiais de patentes mais baixas que provocou a Questão Militar e se o Exército derrubou o Império não o fez por qualquer ideal político – queria apenas desafrontar supostas ofensas. A queda do Império ultrapassou seus objetivos. O Exército não era de fato republicano, nem nas suas bases nem nas altas patentes e, paradoxalmente, a República foi proclamada por um Exército não republicano. Na realidade, a Monarquia não foi derrubada: desmoronou em virtude de suas próprias fraquezas.<sup>105</sup>

A oligarquia pernambucana, embora tenha tido um histórico de luta republicana, estava mais preocupada nesse momento com questões regionais, lutas políticas específicas que envolviam os líderes regionais.

---

<sup>104</sup> LYNCH, 2014, p. 68.

<sup>105</sup> COSTA, 1999, p. 437.

### CAPÍTULO 3 – TRAMAS DA PRIMAVERA RECIFENSE: SETEMBRO DE 1889

Os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana.<sup>106</sup>

(Paul Veyne)

Segundo Paul Veyne, existe uma diferença entre o que é importante a ser estudado pelo historiador e o que pode ser dispensado na hora da escrita. Nesse sentido, “é preciso haver uma escolha em história, para evitar dispersão de singularidades e uma indiferença em que tudo teria o mesmo valor”.<sup>107</sup>

Como os fatos não existem isoladamente e são passíveis de interpretação, as tramas, configuram-se para Veyne em algo demasiado humano e “muito pouco científica de causas materiais, de fins e acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo a sua conveniência”.<sup>108</sup> Partindo desse pressuposto, é que as tramas de Antônio Chrispim e Ricardo Guimarães são analisadas neste capítulo.

Os dois casos são tramas que se entrelaçam, ocorrendo em setembro de 1889, nas ruas movimentadas do Recife, momento em que a nova estação, a primavera veio trazer uma simbologia de renovação, de mudança. Partimos desses eventos considerados “pequenos” para se compreender o contexto de disputas políticas regionais em Recife e no Brasil.

O Caso Antônio Chrispim inspirou nos contemporâneos a indignação em relação às circunstâncias em que o recrutamento forçado foi avalizado pelas autoridades e como foi conduzido. Obviamente era um caso comum, mas o “clima” político não era favorável ao governo.

O outro Caso Ricardo Guimarães é um “efeito colateral” do Caso Chrispim, pois o republicano, poeta e jornalista português convocou populares para criticar as autoridades em relação à situação de Antonio Chrispim, sendo morto no protesto que ele mesmo tinha convocado.

Os debates políticos, as disputas regionais foram relatadas pelos principais jornais da capital pernambucana; praticamente dois meses após o Caso de Antônio Chrispim e Ricardo Guimarães, culminaria com a queda da Monarquia e a ascensão da República. A República veio em plena primavera, no dia 15 de novembro de 1889.

---

<sup>106</sup> VEYNE, 2014, p. 42.

<sup>107</sup> *Ibid.*, 2014, p. 41.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p. 42.

O Recife, a partir do terceiro quartel do século XIX, buscava novos ares de modernidade, inclusive os moradores se haviam tornado uma “espécie” de zeladores da boa fisionomia da cidade,<sup>109</sup> ou seja, passaram a se sentir responsáveis pela cidade. Reclamações eram muito comuns quanto às pessoas indesejáveis, seus atos que atentavam à moral e bons costumes ou referente às obras que governo deveria fazer. No período de chuvas, quando as ruas ficavam intransitáveis por causa da lama, solicitavam do governo providências para que fosse feito um passeio público.

Após a Lei Áurea, alguns membros da elite pernambucana acreditavam que, enfim, a modernidade iria chegar, assim sendo, pensavam que a “Lei Áurea iria tirar ao Recife muitos aspectos peculiares à escravatura”.<sup>110</sup> É interessante salientar que:

[...] só mesmo a República daria ao Recife o que ele precisava para o maior progresso. Luz, gás, bonde de burros, não bastavam. Na América do Norte havia coisas superiores. Demais, o século estava velho e bambo. O outro, prestes a chegar, iria ser o das maravilhas.<sup>111</sup>

Era nessa perspectiva de “modernidade” que muitos cidadãos se reuniam nos *meetings*, espécie de comícios, em que líderes como Ricardo Guimarães pleiteavam às autoridades as demandas de determinados grupos sociais. O Recife do fim da década de 1880 era uma cidade em expansão, pois

[...] a cidade cresceu, os subúrbios desenvolveram-se, tudo recebeu um impulso vigoroso e continuado. O que era distante *mato* virou acessível arrabalde. Por esses recantos rurais onde as residências fixas não se contavam por índices elevados ergueram-se casas avizinhas e cujo moradores se tornaram depois tracionais no local.<sup>112</sup>

Os transportes sofreram também uma mudança significativa “até princípios do terceiro quartel do século XIX, uma urbe dependente da condução fluvial, especificamente das canoas apropriadas para rios. Eram elas as maiores responsáveis pelas comunicações, ligando o Recife a Olinda e povoados ao longo do Capibaribe”.<sup>113</sup> Novos aterros, novos prédios promoveram novas oportunidades de comércio e de ganhos; nessa perspectiva, fizeram o Recife prosperar.

<sup>109</sup> SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. Recife: Cepe, 2018. (Coleção Letra Pernambucana). p. 74.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 76.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 76,

<sup>112</sup> *Ibid.*, p. 166, grifo do autor.

<sup>113</sup> DUARTE, José L. *Recife no tempo da maxambomba, 1867-1889: o primeiro trem urbano do Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. p. 11.

Entretanto, precisamos alertar para que essa nova gama de oportunidades não se configurava para toda a população recifense, por exemplo, os negros, os mestiços e brancos pobres não tiveram as mesmas chances de sucesso. Nesse sentido:

[...] a partir da segunda metade do século XIX, a capital da província se viu envolta em várias mudanças que concorreram para alterações nos modos de vida e costumes que, por muito tempo, dirigiam a rotina de moradores da região. Dentre essas, merece destaque o desempenho dos trens urbanos, que exerceram significativa influência na aproximação de áreas de difícil acesso, ligando distantes lugares em curto espaço de tempo, assim, constituindo-se como valoroso contribuinte na ocupação das cercanias.<sup>114</sup>

Na verdade, é preciso compreender que se Recife estava mudando é porque o mundo estava também em franca ebulição. A difusão cultural promovida pelos países capitalistas em pleno curso da 2.<sup>a</sup> Revolução Industrial, fez com que as inovações técnico-científicas fossem absorvidas pelos países menos desenvolvidos, como é o caso do Brasil, promovendo uma mudança significativa em suas estruturas organizacionais.

As ruas do Recife eram irregulares, tornando difícil passear, transitar por essas ruas estreitas. O porto mostrava o Recife ao mundo; sendo importante desde os tempos coloniais, circulavam mercadorias, pessoas e dinheiro. Havia na região consulados, bancos e associações de comércio e agricultura, além de muitos escritórios. Geralmente as atividades comerciais restringiam-se ao horário das 9 horas às 16 horas.

No bairro de Santo Antônio, embora houvesse uma área residencial, tinha uma economia diversificada, predominando a venda de produtos de luxo, predominavam os prédios da administração pública, tais como o Palácio do Governo. O Teatro de Santa Isabel e a Casa de Detenção estavam situados na região; com as ruas mais espaçosas e limpas por conduzirem ao centro administrativo da capital pernambucana.

O bairro de São José podia-se considerar uma área em que predominavam grupos sociais de baixa renda, ou seja, uma área mais popular. As atividades econômicas eram de menor envergadura econômica, as residências eram pobres e insalubres, muito comum ter habitações de taipa. Nesse bairro havia também o Forte das Cinco Pontas e o Matadouro Público.

O bairro da Boa Vista cresceu em todas as direções, favorecido pelas novas estradas que ligavam a capital aos arredores, “as bases para a propagação urbana sobre a Ilha de Antônio

---

<sup>114</sup> DUARTE, 2005, p. 58.

Vaz e para a conquista da Boa Vista, foi a construção de uma ponte que ligava a ínsula ao continente”.<sup>115</sup> Foi nesse ambiente do Recife que, em setembro de 1889, as nossas duas tramas ocorreram, a de Antonio Chrispim e a de Ricardo Guimarães. Por meio dos jornais de época, vamos nos “deslocar” para as ruas do Recife. Como um observador ou uma espécie de *flâneur* que “se torna sem querer detetive, [...] o detetive vê abrirem-se à sua auto-estima vastos domínios. Desenvolve formas de reagir convenientes ao ritmo da cidade grande. Capta as coisas em pleno vôo, podendo assim imaginar-se próximo ao artista”.<sup>116</sup> Nesse sentido, “o espaço não é uma matéria inerte, um mero suporte das relações travadas entre os indivíduos, mas parte constitutiva das relações sociais”.<sup>117</sup>

### 3.1 O Caso Antônio Chrispim: “A paixão do mal opôs a paixão do bem, à injustiça opôs a lei”<sup>118</sup>

Bravo! como esta não fazes duas em toda a tua vida; foi limpa; ele há de ficar-te obrigado para sempre, e eu com ele, porque sou seu amigo e teu também! O Leonardo ficou estático diante de semelhante imprudência. O major, que ia cabisbaixo pensando no logro que acabara de levar, voltou-se repentinamente: a palavra ele, proferida pelo terrível amigo, abriu luz a seus olhos. O Leonardo foi tirado do torpor em que se achava pela voz do major a dizer-lhe compassadamente: – Recolha-se preso ao quartel. A esta sentença o Leonardo ergueu do fundo d’alma tudo quanto havia aí de despeito, de rancor, e lançou um olhar sobre o imprudente que a havia provocado, e que ainda muito senhor de si apertava-lhe desapiedadamente a mão, que parecia não estar disposto a largar tão cedo. Deixemos agora o Leonardo, vítima de sua dedicação, caminhar preso para o quartel, e passemos a outras coisas.<sup>119</sup>

O livro de Manuel Antônio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*, foi publicado originalmente em folhetins no *Correio Mercantil*<sup>120</sup> do Rio de Janeiro, entre 1852 e 1853. A história narrada no livro remete a uma situação muito comum no Império: o recrutamento forçado. Na passagem acima, Leonardo, um rapaz que não se adequava aos padrões de comportamento, visto com uma figura incorrigível, tem sua sentença pronunciada

<sup>115</sup> DUARTE, 2005, p. 55-58.

<sup>116</sup> BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Obras Escolhidas, v. 3). p. 38.

<sup>117</sup> ARRAIS, 2004, p. 11.

<sup>118</sup> *Jornal O Paiz*, edição 1811, 22 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>119</sup> ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002. p. 100.

<sup>120</sup> O *Correio Mercantil* foi publicado na cidade do Rio de Janeiro de 1.º de janeiro de 1848 a 15 de dezembro de 1868. Nos anos iniciais da década de cinquenta, o jornal era editado em francês aos domingos. No início de 1848, o cabeçalho do jornal trazia o nome da firma do proprietário, Francisco José dos Santos Rodrigues e Companhia. Em 1855, muda o proprietário, o cabeçalho do jornal menciona como dono J. F. Alves Moniz Barreto.

pelo major Vidigal: *Recolha-se preso ao quartel*. O serviço militar não era valorizado pela sociedade, haja vista que, por muitas vezes, era atribuída uma penalização moral, pois havia a imposição às pessoas que tinham uma conduta considerada desviante, condenada moralmente pela sociedade, geralmente das camadas sociais menos abastadas. Segundo Foucault:

[...] o exército, com o seu sistema de recrutamento, assegurava a extração sobretudo da população camponesa que superpovoava o campo e que não encontrava trabalho na cidade; e era este exército que se lançava, se fosse preciso, sobre os operários. A burguesia procurou manter uma oposição entre o exército e o proletariado, que muitas vezes funcionou que às vezes não funcionou, quando os soldados recusavam-se a marchar ou a atirar.<sup>121</sup>

No Brasil, durante muito tempo, os mais velhos ameaçavam os adolescentes com a possibilidade de “endireitamento” de conduta ao servir o Exército. Os soldados ganhavam pouco, viviam no limiar da marginalidade, os contemporâneos de época os classificavam na hierarquia social em uma posição acima apenas dos escravos. O exemplo mais claro disso foi a Revolta da Chibata<sup>122</sup> em 1910; acabou sendo um grito contra as injustiças dentro da corporação.<sup>123</sup> O recrutamento ou a lei era exercida muitas vezes em favor de determinados grupos políticos ou chefe locais.

Em última instância, a dinâmica do recrutamento terá sempre por finalidade servir o Império, porém funcionou de acordo com as conveniências locais representando a sentença judiciária e a punição para aquele considerado ameaça para os que controlavam a política e/ou detinham o poder. É por este motivo que devemos compreender seu significado numa perspectiva social e política, focalizando o recrutamento como uma prática dentro de uma realidade estabelecida, ressaltando a experiência local em função da ideia criada de um poder central com atuação sem escrúpulo.<sup>124</sup>

Nesse sentido, Leonardo é um personagem fictício que expressa situações da vida real, muitos “Leonardos” foram incorporados pelo recrutamento forçado, muitos valentões, muitos

<sup>121</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 17-20.

<sup>122</sup> A Revolta da Chibata ocorreu em 1910, durante o governo de Hermes da Fonseca. Marujos negros sofriam castigos físicos, não tinham possibilidade de ascensão, a alimentação era precária e tinham baixos salários. O levante dos marinheiros ocorreu entre o dia 22 e 27 de novembro de 1910 na Baía de Guanabara, Rio de Janeiro. O líder foi o marinheiro João Cândido Felisberto, recebendo posteriormente a alcunha de “almirante negro”. Na ocasião, mais de dois mil marinheiros se rebelaram contra a aplicação de castigos físicos a eles impostos como punição, ameaçando bombardear a cidade. Durante os seis dias do motim, seis oficiais foram mortos, entre eles o comandante do Encouraçado Minas Gerais, João Batista das Neves.

<sup>123</sup> MARTINS, Cesar Eugênio Macedo de Almeida. *A dinâmica do recrutamento militar na Província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai, 1865-1870*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. p. 55-56.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 57.

desajustados serviam aos chefes que freavam seus ímpetos, fazendo trabalhar a seu serviço. O historiador Cesar Martins, em sua dissertação, demonstra que:

[...] as práticas que caracterizaram o recrutamento militar no Império, marcadas pelas ilegalidades e ações de interesse pessoal e partidário, encontraram pela frente uma situação nunca antes vista. [...] A ideia era sempre manter os domínios políticos e impor a vontade dos dominantes, que reconheciam na ação recrutadora uma saída para os problemas.<sup>125</sup>

O recrutamento forçado era um mecanismo de coerção que forçava os indivíduos a seguirem as regras de condutas estabelecidas pela localidade. Essa situação ocorria com mais frequência entre as pessoas com menos recursos financeiros. Os filhos desajustados das famílias mais abastadas raramente eram recrutados.

Diante do exposto, o Jornal *Diario de Pernambuco*,<sup>126</sup> com o título *o Caso Chrispim* do dia 15 de setembro, noticiou:

**Antonio Chrispim** – Há três dias o ex jockey do turf pernambucano Antônio Chrispim, foi preso em conseqüência de um rapto que efetuou na pessoa de uma moça de família, cujo nome não queremos declinar.

Recolhido à Casa de Detenção, onde esteve incomunicável, dali saiu anteontem para assentar praça e jurar bandeira no exército, e boa tem, apesar dos protestos, foi embarcado à força para o presídio de Fernando de Noronha, onde vai destacar como recruta.

Chegando este fato ao conhecimento do público, grande massa popular reuniu-se ontem à hora do embarque de Chrispim, no Cais da Companhia Pernambucana; e ao que parece com o intuito de opor-se a violência de que era alvo o mesmo Chrispim. Fosse esse, porém, eu não fosse o móvel ali reuniu aquela gente, o certo é que para ali foi também o corpo de cavalaria com o fim de garantir o embarque de Chrispim, que se efetuou, entretanto sem novidade, indo o ex-jockey transformado em praça de linha, em paz e

<sup>125</sup> MARTINS, 2009, p. 58.

<sup>126</sup> Jornal *Diario de Pernambuco* – jornal pernambucano diário fundado como folha de anúncios a 7 de novembro de 1825 em Recife. É hoje o mais antigo jornal em circulação na América Latina. O primeiro proprietário do *Diario de Pernambuco*, jornalista Antonino José de Miranda Falcão, participou em 1826 da Confederação do Equador e, em 1846, tornou-se administrador da *Gazeta Oficial*, no Rio de Janeiro. Embora em 1827 o jornal tenha classificado Pedro I de “soberano liberal e respeitador da Constituição”, aprovou a abdicação do imperador, noticiando em abril de 1831: “Temos a satisfação de dar a saber aos nossos caros concidadãos os felizes sucessos da capital do Império: triunfou a opinião pública. Parabéns, pernambucanos.” Em fevereiro de 1835, o jornal foi vendido à firma Pinheiro e Faria, de propriedade de Manuel Figueroa de Faria, que o transformou em órgão oficial dos governos da província (essa posição seria mantida até 1911, com alguns pequenos períodos de exceção). Na Revolução Praieira, em 1848-1849, o *Diario de Pernambuco* deu ampla cobertura informativa durante os cinco meses que durou o movimento e acusou os revoltosos de espalharem “o susto e o terror”. Ao eclodir a Guerra do Paraguai, divulgou proclamação oficial que pedia ao povo para se alistar no batalhão dos Voluntários da Pátria. Antiescravista já na década de 1850, o jornal exaltou a assinatura da Lei Áurea, em maio de 1888, dando cinco dias de férias aos empregados para que todos comemorassem as “festas da liberdade”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>. Acesso em: 16 jul. 2018.

salvamento até o vapor, que logo depois saiu barra-fora em procura de Fernando.<sup>127</sup>

O Caso Chrispim, a princípio, passou despercebido, mas aos poucos, como afirmaria a historiadora Arlette Farge, foi no *Sabor do arquivo*<sup>128</sup> que as fontes se revelaram, pois coube ao olhar do historiador perceber o que não estava diante de mais um caso de recrutamento forçado, mas de um caso emblemático.

No dia 14 de setembro de 1889, no Jornal *O Paiz*,<sup>129</sup> periódico que circulava na capital, Rio de Janeiro, encontramos uma nota telegráfica a respeito do caso. Lembramos que era um jornal diário de grande circulação que, embora fosse Conservador e de grande expressão, considerado defensor da nova ordem republicana, teve como o seu primeiro redator-chefe Rui Barbosa, participando de campanha abolicionista e republicana. Rui Barbosa, no entanto, não ficou por muito tempo na chefia da redação de *O Paiz*, foi substituído pelo ilustre republicano Quintino Bocaiúva. Como podemos observar no trecho do telegrama exposto no periódico.

Hoje houve nova convocação anônima, convidando os estudantes a reunirem-se no pátio do colégio para tratar do caso do jockey Chrispim. A reunião compareceu grande número de curiosos e pequeno grupo de interessados. Não houve oradores, seguindo para o palácio, a fim de representar ao presidente da província.<sup>130</sup>

Percebe-se que não há uma liderança declarada, também não há propostas de atuação. O fato de não ter orador também nos força a pensar se realmente essa “multidão” não se dispersou após o ato espontâneo. Diante da situação, passamos a pesquisar em outros exemplares do mesmo periódico, e então decidimos expandir o horizonte de pesquisa, partindo para outros periódicos em circulação, como *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias*,<sup>131</sup> todos na capital.

O caso Chrispim estava sendo tratado com muito entusiasmo pelos colunistas, demonstrando que era uma afronta aos princípios de liberdade e igualdade.

<sup>127</sup> Jornal *Diário de Pernambuco*, edição 209, 15 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>128</sup> FARGE, 2009.

<sup>129</sup> *O Paiz*, edição 1806, 17 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>130</sup> *O Paiz*, edição 1807, 18 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>131</sup> Jornal *Diário de Notícias* – jornal carioca fundado em 1885, o *Diário de Notícias* circulou em uma época em que a imprensa carioca era numerosa e diversa. Apesar de inicialmente noticiar, de maneira geral, o cotidiano de Dom Pedro II, o jornal tinha orientação republicana. Boa parte de seus redatores não assinava os textos (especialmente os que criticavam o trono). Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-noticias/>. Acesso em: 10 ago. 2018.

As críticas eram feitas ao presidente da província de Pernambuco, Conselheiro Alves de Araújo e ao chefe do gabinete Visconde de Ouro Preto, membros do partido liberal. Ao analisar os jornais recifenses, por exemplo, no Jornal *A Epocha*,<sup>132</sup> a notícia foi tratada com a mesma indignação que estava sendo exposta nos jornais da capital, Rio de Janeiro.

O historiador jamais poderá recriar a história tal como foi vivida, nem sequer consegue vivê-la em sua totalidade, mas permite ao leitor inferir sobre o objeto de estudo elementos que são vitais para que a trama escolhida seja apreendida em sua particularidade, ou seja, em sua especificidade. É interessante notar que, ao mergulhar nos jornais de Recife e da capital, tentamos “transitar” por aqueles dias de setembro de 1889.

Para que possamos entender o caso Chrispim, vamos aos fatos que foram apurados na pesquisa nos jornais de época. Antônio Chrispim, jovem mulato, tinha como profissão ser *jockey* no turfe pernambucano. Presume-se pela mobilização empreendida após sua prisão que era alguém conhecido e possivelmente popular. Por circular em ambientes comuns aos membros da sociedade pernambucana, enamorou-se de uma jovem maior de idade, aproximadamente 26 anos, filha de um rico e influente comerciante português. Os dois namorados combinaram a fuga, mas foi descoberto antes pelo pai da moça. O pai usou sua influência política e poder econômico para prender Chrispim, expondo-o e humilhando-o publicamente. Na cadeia, Chrispim foi forçado a jurar bandeira, sendo levado à força para servir na ilha de Fernando de Noronha como praça no presídio.

No dia 21 de setembro de 1889, o Jornal *O Paiz*, na seção de telegramas, vem com a informação, Recife, 20, “seguiram grandes reuniões populares a 16, 17 e 18, pedindo providências ao presidente, que afinal prometeu que ia desalistar o recrutado. O comércio fechou as portas, grupos populares percorreram as ruas dando vivas à República e morras aos marinheiros”.<sup>133</sup>

Segundo o historiador Flávio Cabral, este termo marinheiro “era uma denominação dada pelos brasileiros aos portugueses, de cunho pejorativo, o seu uso foi proibido pelo edital lavrado em 13 de abril de 1818, cabendo aos transgressores severas punições”.<sup>134</sup> Nesse caso, tanto o comerciante, pai da moça, quanto Ricardo Guimarães eram portugueses.

<sup>132</sup> *A Epocha*, órgão do Partido Conservador – saiu a lume no dia 8 de agosto de 1889, tendo como redatores Joao Barbalho Uchoa Cavalcanti, José Soriano de Sousa, Felício Buarque de Macedo e outros.

<sup>133</sup> *O Paiz*, edição 1810, 21 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>134</sup> CABRAL, Flávio José Gomes. *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na serra do Rodeador, Pernambuco, 1820*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. p. 104.

A população estava dando “vivas à República”, mas não “morras a monarquia”. É interessante salientar que em nenhum momento a figura de D. Pedro II foi questionada pela população.

De acordo com o historiador francês Marc Bloch:

[...] as palavras das testemunhas não devem ser obrigatoriamente dignas de crédito, os mais ingênuos dos policiais sabem bem. Livres, de resto, para nem sempre tirar desse conhecimento teórico o partido que seria preciso. Do mesmo modo, há muito tempo estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos.<sup>135</sup>

A dúvida realmente nos leva a indagar qual é a intencionalidade de *O Paiz* em retratar tal episódio, apenas uma notícia local ou algo mais. No decorrer da pesquisa, demonstraremos as contradições entre o que estava ocorrendo em Recife e o que era relatado nos jornais da capital (Rio de Janeiro).

No dia 22 de setembro, *O Paiz*, cujo slogan era “a folha de maior circulação e maior tiragem da América do Sul”, traz o artigo *O caso do Recife*,<sup>136</sup> em que é exposta a apreensão por que o Recife passava, pois o governo provincial estava sendo coagido pela multidão.

O povo de Recife amotinou-se e comoveu-se, impulsionado por um movimento instintivo e irresistível! da consciência ferida por um grande escândalo, por uma prepotência afrontosa, por uma grande injustiça, pela iniquidade de proceder arbitrário e violento das autoridades que, sobrepondo-se às leis.<sup>137</sup>

Os interesses particulares estavam acima da lei, o jornal faz uma referência ao compadrio, criticando severamente a forma como a lei foi subtraída, foi a questão do “rapto”, haja vista que a “moça de família” abastada era maior de idade, por isso, não haveria crime. Em outra passagem do texto, o jornal insta o leitor a refletir sobre o papel do Estado quando este:

[...] em vez de garantir o direito, violou-o; em vez de assegurar o livre exercício das faculdades legítimas das pessoas envolvidas no acontecimento, violento-as; por último, pondo-se ao serviço do ódio e da vingança do cidadão que se julgava agravado (não por ofensa aos seus direitos mas aos seus sentimentos de paternos).<sup>138</sup>

---

<sup>135</sup> BLOCH, 2001, p. 89.

<sup>136</sup> *O Paiz*, edição 1811, 22 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2018.

<sup>137</sup> *Ibid.*

<sup>138</sup> *Ibid.*

O caso Chrispim ultrapassou os limites de um simples recrutamento forçado para se transformar em um caso de violação dos direitos do cidadão. É interessante salientar que muitas vezes a luta por tais direitos do cidadão esconde, no caso brasileiro, o problema mais profundo que foi solidificado por obstáculos constituídos na própria formação do país, ou seja, a maior parte da população vivia na pobreza, sem direitos de fato.

No jornal *Diário de Notícias*,<sup>139</sup> a questão dos direitos individuais veio à tona com o título de *Crime oficial*. O artigo faz uma dura crítica à violação dos direitos do indivíduo e afirma que a prisão de Chrispim não estava amparada na lei.

[...] trata-se de um rapto, em que a raptada é maior, em que não se perpetrrou violência a esta, e em que o raptor se oferece a reparar o dano pelo casamento. Enfeixados, como se acham na hipótese, esses três elementos, o fato escapa absolutamente à repressão penal. O nosso código penal. O nosso código criminal, com efeito, não pune senão o ato de ‘tirar, para fim libidinoso, por meio de afagos, ou promessas, alguma mulher virgem, ou reputa a tal, que seja menor de dezessete anos.’ Mas, ainda nessas espécies, definidas nos arts. 226 e 227, estatue o art. 228 que, ‘segundo-se o casamento, não terão de lograr as penas’.<sup>140</sup>

Os artigos 226, 227 e 228 do Código Criminal de 1830 – SECCÃO II – Rapto, tinha o artigo 226. Consistia em tirar para fim libidinoso, por violência, qualquer mulher da casa, ou lugar onde estiver. As penas poderiam ser dois a dez anos de prisão com trabalho, e de dotar a ofendida. No artigo 227, consistia em tirar para fim libidinoso, por meio de afagos e promessas, alguma mulher virgem, ou reputada tal, que seja menor de 10 a 17 anos, de casa de seu pai, tutor, curador, ou outra qualquer pessoa, em cujo poder, ou guarda estiver. As penas eram de prisão de um a três anos, e de dotar a ofendida. No artigo 228, seguindo-se o casamento em qualquer desses casos, as penas seriam extintas.<sup>141</sup> Como podemos observar o casamento encerrava a discussão e as penas não seriam aplicadas.

É interessante salientar que muitas mulheres, durante esse período e posteriormente, foram obrigadas a casar com seus “malfeitores”, pois se eliminava a “culpa” casando-se.

No caso Chrispim, a moça era maior de idade, mas o rapaz não era o “esperado” pelos pais, por isso, a prisão. Entretanto, é perceptível que a crítica do jornal é a intervenção pessoal nas leis, a presença do capital, daqueles que detém riquezas e fazem valer sua posição social,

<sup>139</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, edição 1555, 17 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br> Acesso em: 10 jul. 2018.

<sup>140</sup> *Ibid.*

<sup>141</sup> BRASIL. *Lei de 16 de dezembro de 1830*. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 21 set. 2018.

ou seja, “onde intervém a Sua Majestade o Dinheiro e Sua Onipotência a Política, cessa a supremacia nominal das leis, sob a monarquia constitucional, que felizmente nos rege”.<sup>142</sup>

O que chama a atenção é essa última referência em que a monarquia constitucional, felizmente nos rege, embora transpareça certa afinidade com a monarquia, o jornal faz uma dura crítica à forma como Chrispim foi subtraído em seu direito, sofrendo violência física e jogado no vapor Pirapama, rumo a Fernando de Noronha.

O “*caos em Recife*” é demonstrado no artigo em que “a autoridade judiciária reclama o acusado; mas o comando das armas recusa-lho, estendendo sobre ele a jurisdição militar, a que acabara de arrastá-lo”.<sup>143</sup> Diante do exposto, é possível que se tenha uma crise institucional, provocada pela fissura na lei, pois o recrutado foi obrigado a aceitar sua “pena”.

A contribuição para o entendimento desse questionamento pode ser encontrado nos jornais pernambucanos. O que se percebe no artigo é uma dura crítica ao partido Liberal e Conservador e ao gabinete Liberal do Visconde de Cairu. Para se fazer a crítica ao governo Liberal, o jornal recorre à luta de classes, em uma perspectiva que encheria os olhos de qualquer marxista, mas não podemos esquecer que tanto o editorial quanto o jornal são conservadores em relação às aspirações republicanas. Por esse motivo, a utilização da construção retórica acerca da luta de classes é um termo emprestado para criticar o governo liberal, pois quem lesse com um espírito menos crítico poderia atribuir a um militante socialista este recorte.

O povo sabe que se a vergonha, em vez de cair sobre o teto de um opulento, vitimasse a casa de um proletário, ou de um desprotegido, nenhuma das simpatias do poder visitaria com um raio de misericórdia o naufrágio supremo da felicidade dessa existência. [...] desacatando a magistratura, o público não pode deixar de atribuí-la à influência ignóbil da posição do dinheiro e da política entrelaçados sobre os depositários de autoridade.<sup>144</sup>

Entretanto, não podemos negar que as teorias marxistas já estavam circulando na Europa desde a segunda metade do século XIX, principalmente após a edição do *Manifesto do Partido Comunista*, entre outras obras, incluindo o próprio *Capital*. Marx faleceu em 1883. No entanto, a questão lançada com veemência pelo jornal foi que não haveria no Brasil o princípio da isonomia, de que a justiça estava a “serviço” daqueles que tinham o poder e o dinheiro. A igualdade perante a lei, não existiria.

<sup>142</sup> *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, edição 1555, 17 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br> Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>143</sup> *Ibid.*

<sup>144</sup> *Diário de Notícias*, edição 1560, 21 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2018.

Esse é um viés interessante, que, na verdade, precisa ser muito discutido e debatido. Outro fator interessante é que, diante de um cenário republicano, nesse sentido, o *Diário de Notícias* se encaixaria, questões como liberdade e igualdade são fundamentais para que o regime se estabeleça. Desse modo, “se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva”.<sup>145</sup> Havia um hiato entre o que estava sendo apresentado como garantias individuais e o que se praticava de fato. A maior parte da população estava à margem do processo.

No dia 22 de setembro de 1889, o *Diário de Notícias* traz um artigo com o mesmo título *O crime do Recife*.<sup>146</sup> No início do artigo, o jornal insta o leitor a refletir sobre a anarquia em que Pernambuco, ou seja, Recife se encontra por uma falha na conduta do governo provincial, acusando-o de inspirar a anarquia na capital e declara. “A responsabilidade dessa situação e desse atentado pertence exclusivamente ao delírio das paixões de partido, de que o gabinete se fez cativo, facilitando-lhes todos os abusos, em compensação da subserviência com que elas lhe retribuem o privilégio incondicional.”<sup>147</sup>

Observando a estratégia do jornal para prender a atenção do leitor, percebemos que a tão esperada imparcialidade diante da notícia também é uma figura de retórica, que é essa prática do poder a serviço do interesse particular. Essa era uma prática costumeira entre as instituições políticas nacionais. No mesmo artigo, segue a crítica ao governo provincial do Conselheiro Alves de Araújo e aos seus correligionários.

[...] dois princípios dos mais respeitáveis, dos mais essenciais entre as nações livres, foram impavidamente calcados aos pés: a neutralidade das instituições militares, nesse ato de prepotência que converteu o recrutamento em arma de desafrontas individuais, e a inviolabilidade tutelar do poder judiciário, nesse desplante audaz, que subtraiu à garantia do habeas corpus o paciente de uma tirania agravada pelas circunstâncias mais provocadoras.<sup>148</sup>

Diante de tais argumentos do jornal, cabe ao historiador refletir sobre o que se faz presente em tais argumentos. Na verdade, não nos cabe julgar nem colocar voz àqueles que

<sup>145</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 10.

<sup>146</sup> *Diário de Notícias*, edição 1561, 22 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br> Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>147</sup> *Ibid.*

<sup>148</sup> *Diário de Notícias*, edição 1561, 22 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

estão impossibilitados de falar, mas podemos fazer algumas observações a respeito. De acordo com Paul Veyne:

[...] o teatro da história faz o espectador sentir paixões que, sendo vividas intelectualmente, sofrem uma espécie de purificação; sua gratuidade torna vão qualquer sentimento não-político. Não se trata, evidentemente, de uma lição de ‘sabedoria’, já que escrever a história é uma atividade de conhecimento e não uma arte de viver; é uma particularidade curiosa da profissão do historiador.<sup>149</sup>

Partindo desse pressuposto de Veyne, podemos inferir que embora as questões políticas nacionais fossem relevantes para incitar a crítica severa às instituições estabelecidas, é notório certo “apreço” às nações desenvolvidas, principalmente no que se refere às “nações livres”.

Em 1889, o capitalismo estava em pleno curso de hegemonia e seus tentáculos se faziam presentes em todos os continentes. Os Estados Unidos da América e muitos países europeus eram republicanos, suas instituições com poderes definidos. Claro que cada país tinha suas especificidades e suas dificuldades para atribuir seu fortalecimento. Entretanto, o Brasil estava imerso em uma estrutura arcaica, com um monarca que se “sustentava” em uma oligarquia conservadora.

No Brasil, a monarquia estava perdendo sua sustentação. Nesse sentido, a maior parte da população brasileira, inclusive a da capital, vivia à margem do processo de desenvolvimento capitalista, por exemplo:

[...] os pobres do Rio de Janeiro do século XIX viviam num mundo social regido pela burguesia comercial e pela elite política que haviam herdado o projeto colonial na periferia da economia mundial capitalista. Em seu afã de aderir à ordem neocolonial, a elite precisava lidar com as consequências sociais dessa ordem à medida que as cidades como o Rio cresciam e mudavam.<sup>150</sup>

A neutralidade das instituições, segundo o artigo, era imprescindível para que o direito fosse assegurado, entretanto, esse princípio não foi respeitado pelo governo presidente da província em Pernambuco. Outro trecho do artigo diz respeito à compreensão em relação à postura do pai da moça que teve seus sentimentos feridos.

---

<sup>149</sup> VEYNE, 2014, p. 74.

<sup>150</sup> HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 249.

Não queremos por limites à desforra de um coração de pai traspassado, a reação viril de um chefe de família vilipendiado no mais delicado melindre de suas afeições. Na legitima defesa de honra doméstica, a soberania do dono da casa enxovalhada tem faculdades indefinidas, a que os tribunais de consciência darão sempre a máxima elasticidade. O pai que levanta um ferro homicida contra o malfeitor, que lhe enlutou a alma nas agonias do opróbrio derramado sobre a parte mais frágil de sua prole, é um vingador, que todos os pais absolverão. Mas a autoridade pública não é instrumento de vindictas, ainda que elas sejam do gênero daquelas que a honra inspira, e a humanidade legitima.<sup>151</sup>

É interessante notar que a nota do jornal tenta absolver o pai da senhorita, os sentimentos paternos estariam acima das questões legais, inclusive afirmando que compreende o fato de alguns pais “levantarem o ferro” para defender sua prole.

As leis seguem a dinâmica social imposta pelas próprias sociedades constituídas, por exemplo, o duelo é considerado um crime atualmente, pois não devemos agir ou fazer justiça com as próprias mãos, mas no período, século XIX, era considerado normal e regido por normas. No meio das pesquisas sobre nosso objeto de estudo, acabamos deparando com o duelo entre Olavo Bilac e o jornalista João Carlos Pardal Mallet, ocorrido no dia 24 de setembro.

A luta durou quatro segundos e Malett foi ferido na barriga, sem gravidade, terminando o entrevero. O duelo foi regido pela lei e uma ata foi lavrada em cartório:

O Sr. Mallet reconhecerá por motivos de força maior e independentes da vontade do Sr. Bilac o impossibilitariam de comparecer no lugar do combate, à hora determinada para o encontro tentado dia 21 de setembro. Em caso de morte de um dos combatentes, esta ata fará fé em juízo, atestando a lealdade e inocência de seu adversário sobrevivente.<sup>152</sup>

Em um Estado de direito, o indivíduo não deve estar acima da lei, mas no caso Chrispim, essa máxima não foi respeitada.

No dia 10 de outubro de 1888, ou seja, um ano antes do caso Chrispim, deparamos com duas situações em um artigo no jornal *O Paiz*, cujo título era *Raptos e raptadas*, que discorre sobre a seguinte situação:

Niterói está contaminada também pela febre dos raptos e já começa a padecer do mesmo mal. A desfaçatez na perpetração desse crime cresce por tal modo, que devemos apelar para o pundonor da própria sociedade, no caso único capaz de oferecer resistência a multidão de indivíduos sem e honra e portanto incapazes de avaliar o crédito de qualquer família. Raptos sempre houve, eles não datam de hoje, mas a reprodução continua, sucessiva do delito, é um sintoma de que vai por aqui um mal que precisa ser debelado. Apontando-o e

<sup>151</sup> *Diário de Notícias*, edição 1560, 22 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br> Acesso em: 17 set. 2018.

<sup>152</sup> *O Paiz*, edição 1814, 25 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

acentuando, cumprimos nosso dever. O criminoso cujo feito registramos hoje chama-se Augusto Ignácio Mendes. O seu delito foi praticado na freguesia de São Lourenço, em Niterói. A infeliz que hoje se encontra perdida é pobre e sem recursos e com isso conta o seu sedutor para fazer abafar o processo que incorreu.<sup>153</sup>

Diante da notícia relatada no jornal no artigo, podemos constatar que o rapto de mulheres era muito mais comum do que poderíamos imaginar, inclusive, os artigos 226, 227 e 228 do Código Criminal estabeleciam sanções para a prática. Entretanto, se a raptada for menor de 17 anos, o crime deixa de existir quando o “mal feito” é reparado pelo casamento. No caso exposto, verifica-se que a mulher é de família pobre e provavelmente deverá arcar sozinha com o ônus da fuga. Desse modo, a culpa provavelmente recairá sobre a “vítima”.

O fato não teria a mesma repercussão em um contexto diferente, por exemplo, em 1888, dada as circunstâncias políticas em que se encontravam naquela configuração histórica. Em muitos jornais pesquisados, entre julho e novembro de 1889, matérias relacionadas com a questão da indenização aos ex-proprietários de escravos eram recorrentes, por exemplo, o periódico pernambucano *A Epocha*,<sup>154</sup> faz uma matéria extensa sobre o assunto, mas em momento algum se remete ao assunto Chrispim.

Em Jaú, província de São Paulo, no dia 4 de outubro de 1888, foi veiculada uma nota no jornal *Diário Mercantil*<sup>155</sup> sobre a prisão e o recrutamento de Eduardo Ferreira, considerado delinquente pelo delegado de polícia Delfino do Nascimento Alvim. Nesse artigo, o delegado tenta justificar a prisão de Eduardo que era eleitor Liberal. No entanto, o delegado veio a público justificar sua prisão, pois transformaram o ato do recrutamento em um ato político.

[...] injustamente apreciada a prisão, por mim efetuada, para recrutar, de um indivíduo de péssimos costumes morais, tem esse ato dado lugar a que se qualifique em modo desairoso para mim. Pouco importando-me com um modo de ver as coisas ou melhor de dizê-las daqueles que têm interesse em turbar as águas para servir a fins políticos, devo ao público sensato explicação e meu proceder e passo a dá-la Cabal: Em Ofício reservado Exmº Sr. Dr. chefe de polícia recebi ordem para recrutar a indivíduos vagabundo de maus costumes remetendo-os para assentar praça no exército; [...] No dia 26 de setembro último recebi de eleitor Liberal a denúncia escrita e jurada contra Eduardo José Ferreira como homem perturbador do Sossego das famílias, libertino, devasso e sem profissão; indagando de pessoas da localidade da residência do denunciado Sapé e de outras aqui residentes[...] colhi a confirmação da veracidade dos fatos relatados na denúncia e com meus olhos vi a esposa do denunciante a qual encaminhada por Eduardo Ferreira fugiram do teto conjugal e viera em sua companhia.

<sup>153</sup> *O Paiz*, n.º 1464, 10 out. 1888. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>154</sup> *A Epocha*, edição 34, 22 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>155</sup> Excerto do *Diário Mercantil*. Arquivo de São Paulo. Manuscritos T. I. Polícia. Lata: 268 ordem 2703.

O que passa a ser demonstrado na análise dos documentos é que se houve uma motivação política e esta acabou repercutindo na capital paulista, haja vista que o jornal *A Província de São Paulo* deu uma enorme repercussão para o caso, transformando-o em uma questão de perseguição política. Segundo relata o Jornal *O Paiz*, na área reservada a telegramas enviados, temos: “Em Jaú, foi recrutado Eduardo Ferreira, eleitor Liberal, tendo requerido o habeas corpus foi-lhe negado. O recrutamento tem sido vivamente verberado pela imprensa em geral.”<sup>156</sup> Em uma pesquisa realizada, no *Diário de Pernambuco*, não foi percebida nenhuma nota referenciando o caso. No próprio *O Paiz*, houve apenas outra nota no dia 29 de setembro de 1888,<sup>157</sup> esta um pouco mais elaborada no mesmo espaço reservado a telegramas, mas não há nenhum artigo incitando o público a formar uma opinião a respeito. Entretanto, o jornal enfatiza que o chefe de polícia “recomendou a todas as autoridades policiais do interior o máximo escrúpulo na remessa de recrutados”; encerra o telegrama com informações burocráticas.

O que chama a atenção nesse caso de Jaú é que, provavelmente, o recrutamento, na verdade, seguiu os padrões exigidos para a época, ou seja, recrutamento de pessoas com mau comportamento. Entretanto, no caso de Eduardo Ferreira, tem um elemento a mais, o fato de ser um eleitor Liberal registrado. Eduardo José Ferreira, parece que, de fato, tinha uma vida agitada.

(Doc. Nº 1) O abaixo-assinado, morador da freguesia do Sapê, desta comarca, vem trazer ao conhecimento de V. S., o modo irregular escandaloso de viver Eduardo José Ferreira que constitui um perigo iminente para a honra das famílias da localidade referida, onde é o denunciado também residente e fonte de lutas e desordem, que podem ser de graves conseqüências, visto que o denunciado já tem desviado do caminho da honra não só três senhoras casadas, como duas solteiras atirando as a prostituição, não tendo conseguido maior número de vítimas, não pode deixar de empregar esforços, mas por circunstâncias estranhas a sua vontade, solicitando ao mesmo tempo providências que ponham um paradeiro atual estado de coisas. O abaixo-assinado cuja esposa foi uma das vítimas da perversão de costumes ainda declara que os mesmos Eduardo José Ferreira há um ano mais ou menos que vivem no Sapê, sem profissão conhecida, empregando-se exclusivamente em dar pasto aos seus malignos instintos de verdadeiro devasso, o que tudo está pronto ajudar e pode ser confirmado por todos os moradores daquela povoação, especialmente para Srs. Antônio Batista França Virgílio, Victor de Carvalho, Manoel Félix Queiroz, Antônio Batista de Moraes Afonso Marcos Jesuíno Rodrigues Viana.<sup>158</sup>

<sup>156</sup> *O Paiz*, edição 1452, 28 set. 1888. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>157</sup> *Idem*, edição 1453, 29 set. 1888. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>158</sup> *Diário Mercantil*, 4 out. 1888. Pasta 268, Ordem 2703, Doc. 1889.

Diante de tal exposição, é possível que a repercussão da prisão de Eduardo Ferreira, embora fosse eleitor Liberal, não suscitasse tanta empatia como no caso de Chrispim. Por esse motivo, a explicação de que a notícia não tenha reverberado em outras províncias com tanta intensidade, transformando-se em apenas uma questão regional. É importante que se note a distância entre os eventos relatados, o caso Eduardo Ferreira em 1888 e o de Chrispim em 1889.

Em outubro de 1888, não havia nenhum indício de que o gabinete de João Alfredo sofreria alguma queda, mesmo sendo o gabinete constituído no momento da abolição da escravidão. No entanto, um ano após a abolição as perspectivas políticas eram outras, o gabinete Liberal de Visconde de Ouro Preto tentava manter vivo o governo imperial, mas havia uma forte rejeição por parte dos republicanos, dos conservadores e alguns antigos aliados ressentidos pela falta de indenização na questão abolicionista.

No caso do Recife, do dia 24 de setembro de 1889, *O Paiz*<sup>159</sup> faz duras críticas ao governo que serviu a interesses particulares, mas não revela quem foi ofendido, ou seja, quem foi o pai ofendido no Caso Chrispim. Sabe-se quem foi, mas não se revela, pois deve ser muito influente a ponto de o jornal chamar a província de Pernambuco de verdadeira suserania.

Encerrando-o inquisitorialmente em uma masmorra e assentando-lhe a praça no exército sem mais formalidades do que a ordem ou a imposição arbitrária dos agentes do poder executivo; bem desejaremos que nos dissessem que regime é este e em qual país vivemos.<sup>160</sup>

A crítica se faz, de fato, à Monarquia com sua estrutura política baseada no compadrio, nos favores políticos, no nepotismo em todas as instituições. Em Recife, o Caso Chrispim foi amplamente divulgado pela imprensa. A luta política entre os donos dos principais jornais e com diferentes perspectivas políticas fez-se presente diante desse caso. Os clamores por justiça ecoaram nos editoriais e artigos dos principais jornais da província pernambucana, entre eles:

---

<sup>159</sup> *O Paiz*, edição 1813, 24 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br> Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>160</sup> *Ibid.*

*A Província*,<sup>161</sup> *A Epocha*<sup>162</sup> e o *Diario de Pernambuco*.<sup>163</sup> Dos três jornais pernambucanos, lamentamos a ausência de fontes referentes ao periódico *A Província*.

No jornal *A Epocha*,<sup>164</sup> no dia 17 de setembro de 1889, com o título *Violências*, há o relato do Caso Chrispim sobre o suposto relacionamento dele com uma jovem de 26 anos, de uma família distinta de Pernambuco, mas o pai malogrou o casamento ao solicitar às autoridades a prisão de Chrispim. Nesse relato é notório perceber que a família da jovem queria rapidamente resolver o caso. Assim sendo, na madrugada de 13 de setembro, tinha sido preso e antes mesmo de o juiz expedir um mandado, havia embarcado no dia 14, antes do meio dia, para Fernando de Noronha. O jornal informou ou optou por não noticiar se houve violência física, “mas é fora de toda a dúvida que Antônio Chrispim não prestaria sua assinatura, sem que a arrancassem por ameaças ou violências.”<sup>165</sup> O jornal afirma que não houve crime, mas “condena” Chrispim por se relacionar com a moça, mas faz dura crítica ao poder provincial por permitir que interesses individuais, obviamente esses interesses estariam associados ao pai da moça, ou qualquer outro que porventura dispusesse de seu poder político ou econômico para fazer prevalecer seus interesses acima da lei; “o que não podemos admitir é que a autoridade pública tenha contra a liberdade individual um proceder tão arbitrário e violento”.<sup>166</sup>

Entretanto, no fim do artigo, tentam desqualificar a imagem de Chrispim afirmando que “fora do pequeno círculo de suas relações, não gozava de simpatias, e menos poderia merecê-las, depois de seu recente procedimento, adquiriu em algumas horas o prestígio de mártir!”<sup>167</sup> Percebe-se que não havia nenhuma simpatia por Chrispim, mas o caso serve para questionar o posicionamento do poder público e da imprensa local que se calou diante do ocorrido.

Em relação à reação popular, o jornal faz uma referência ao *Diario de Pernambuco* que noticiou a reunião de pessoas à hora do embarque e a presença polícia, sem mencionar conflitos. Esse é um item relevante a ser observado, pois o mesmo evento foi relatado na capital pelos

---

<sup>161</sup> Órgão do Partido Liberal, começando a ser publicado no dia 6 de setembro de 1872. Diretor – José Mariano Carneiro da Cunha; trazia, junto ao cabeçalho a divisa: “Vejo por toda parte um sintoma, que me assusta pela liberdade das nações e da Igreja: a centralização. Um dia os povos despertarão clamando: – Onde estão as nossas liberdades?”

<sup>162</sup> Órgão do Partido Conservador – começou a ser editado em 8 de agosto de 1889. *A Epocha* – órgão do Partido Conservador – saiu a lume em 8 de agosto de 1889, tendo como redatores João Barbalho Uchoa Cavalcanti, José Soriano de Sousa, Felício Buarque de Macedo e outros. Diário matutino, seu artigo-programa fez a apologia do regime instaurado em 1824, que consagrou o sistema representativo, do que resultou a necessidade de dois partidos políticos antagônicos. Recriminou o gabinete de 10 de março e defendeu o Partido Conservador, “escorrito de toda eiva que o possa inquinare e poluir”, frisando. Chamava à luta aqueles que desejassem “ver regenerado e restituído a seu antigo prestígio o grande e patriótico Partido Conservador”.

<sup>163</sup> Jornal mais antigo do país, ainda em circulação, foi fundado em 1825; tinha uma linha conservadora.

<sup>164</sup> *A Epocha*, edição 29, 17 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br> Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>165</sup> *Ibid.*

<sup>166</sup> *Ibid.*

<sup>167</sup> *A Epocha*, edição 29, 17 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br> Acesso em: 10 set. 2018.

jornais como se tivesse uma insurreição em Recife prestes a acontecer. Havia uma discrepância entre os fatos relatados nos jornais pernambucanos e jornais cariocas. Percebe-se uma intencionalidade política nas entrelinhas, ou seja, minar as forças do Império. No dia 18 de setembro de 1889, *A Epocha*,<sup>168</sup> em um artigo com o título *Medida dictatorial*, relata que populares se reuniram contra as ações arbitrárias do governo e profetiza: “[...] para três meses de governo já é uma marcha célere e precipite. Que novos golpes ainda reserva à nossa Constituição, o partido que subiu ao poder para sopitar o movimento republicano?”<sup>169</sup> Na verdade, é perceptível que o governo de Visconde de Cairu não estava agradando os setores mais organizados da política nacional. Para fazer uma referência aos desassistidos, o jornal relata o episódio em o povo clama pela ajuda de Joaquim Nabuco, mas este nega a ajuda por afirmar que não defenderia uma causa particular. A população repeliu a negativa de Nabuco, criticando-o. Ao encerrar o artigo com “felizmente, porém, a alma popular não explodiu. Pouco a pouco os ânimos se comprimiram, os grupos se dispersaram”, bem diferente do que estava sendo relatado no Rio de Janeiro.

No dia 19 de setembro de 1889, com o artigo *A eliminação*, o Jornal *A Ephoca*, traz a notícia imprecisa da eliminação do recrutamento de Antônio Chrispim, mas nesse exemplar, o que chama a atenção é a troca de acusações entre os principais jornais da província com citações ao *Diario de Pernambuco*, *Jornal do Recife*<sup>170</sup> e *A Província*. O jornal traz uma crítica a uma nota específica que o *Diario de Pernambuco* faz ao exaltar o espírito daqueles que foram ofendidos: “Cuidado, justiceiros da terra, os homens de cor talvez peçam vos conta do irmão que lhes roubastes e que esta hora assassinastes talvez. Cuidado! Terrível é a vingança do povo.”<sup>171</sup>

Esse “alerta” do *Diario de Pernambuco* serve mais aos interesses políticos dos grupos em disputa do que, de fato, para a ameaça popular. É interessante notar que a população não estava organizada politicamente e consciente de sua força. A questão racial pode ter sido resolvida para alguns naquele momento, mas a situação precária e de abandono em que se encontrava a maioria da população do Recife ainda persistia. Uma explosão ou uma revolta por

<sup>168</sup> *A Epocha*, edição 30, 18 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>169</sup> *Ibid.*

<sup>170</sup> *Jornal do Recife*, Revista semanal. Ciências, Letras e Artes – publicou-se o primeiro número em 1.º de janeiro de 1859, impresso na Tipografia Acadêmica, na Rua do Colégio (último quarteirão, ao sul, da atual Rua do Imperador) n. 21. Constava do expediente: “A redação aceita com reconhecimento qualquer trabalho que lhe ofereçam.” NASCIMENTO, Luiz do. Diários do Recife, 1829-1900. In: NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco, 1821-1954*. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1966. v. 2, p. 94-121.

<sup>171</sup> *A Epocha*, edição 31, 19 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

causa do Caso Chrispim seria algo que não teria a organização necessária para uma mudança radical.

No dia 21 de setembro de 1889, o Jornal *A Epocha* publicou um artigo com o título *O crime de ante-hontem*, em referência ao assassinato de Ricardo Guimarães em 19 de setembro de 1889, em que faz uma dura crítica ao governo, afirmando que quaisquer que sejam:

[...] os excessos populares são a força da conseqüência dos desmandos da autoridade. O fato da violência feita a Antonio Chrispim, ainda está bem vivo na memória. A autoridade abusou e o povo indignado pelo injustificável ato de prepotência tão acintosamente praticado, reagiu até o excesso.<sup>172</sup>

Diante de tais palavras, percebemos que a população mais carente identificada com Chrispim, seja pela origem, seja pelas mazelas de uma sociedade fortemente estratificada e excludente, reagiu aos desmandos das autoridades; a aglomeração que ficava entre 4 e 6 mil pessoas pedindo por Chrispim. A população pernambucana em 1872 girava em torno de 840 mil pessoas;<sup>173</sup> de um total aproximado de 9,93 milhões, faz-se necessário afirmarmos que os dados não são precisos. Quando foi feito o censo de 1890, a população salta para mais de 14 milhões de pessoas.

Segundo dados do IBGE,<sup>174</sup> a população do Recife em 1872 tinha um total de 116.671 pessoas. No ano de 1890, reduziu para 111.556. Ao analisarmos esses dados, podemos inferir que uma aglomeração de 4 a 6 mil pessoas no centro da cidade pode ser considerado um evento significativo. Nesse sentido, é interessante notarmos que:

[...] a pobreza contemporânea tem sido percebida como um fenômeno multidimensional atingindo tanto os clássicos pobres (indigentes, subnutridos, analfabetos) quanto os outros segmentos da população pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho [...] Nesta direção, o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à *privação de poder de ação e representação e*, nesse sentido, a exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia.<sup>175</sup>

<sup>172</sup> *A Epocha*, edição 33, 21 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>173</sup> FAUSTO, 1995, p. 236.

<sup>174</sup> IBGE. *Sinopse do censo demográfico 2010 Brasil*: Tabela 1.6 População nos censos demográficos segundo os municípios das capitais 1872-2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 3 jan. 2019.

<sup>175</sup> SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 23, grifo da autora.

A privação de poder e representação no Caso Chrispim é percebido nos artigos feitos pelos jornais, a “massa” procurava um “líder”, seja em Ricardo Guimarães, seja em Joaquim Nabuco. O primeiro foi assassinado no dia 19 de setembro de 1889 e o segundo negou-se a abraçar a causa de Chrispim. É interessante salientar que, embora os ânimos estivessem exaltados, essa população não promoveu um quebra-quebra segundo as fontes, pois as forças policiais conseguiram conter os ânimos. Há relatos nos jornais de que os comerciantes temerosos pelos seus bens fecharam as portas do comércio conforme se aproximava a população rumo ao centro da cidade do Recife.

O Recife floresceu e desenvolveu graças ao seu porto e sua forte movimentação financeira, sustentada pela grande quantidade de açúcar levado para a Europa.

A partir do século XVII, com a administração e dominação holandesa, houve um crescimento das áreas ocupadas. Na segunda metade do século XIX, houve de forma incipiente uma diversificação econômica, acompanhando de forma “tímida” um processo que estava ocorrendo na região Sudeste. Nessa perspectiva, “a cidade cresceu em direção ao continente, incorporando a chamada ‘várzea do Capibaribe’, região que abrange a área que vai desde a Boa Vista e da Madalena até a Caxangá e Várzea propriamente dita [...]”<sup>176</sup>

A vida recifense transbordava diante das mais variadas atividades: “[...] pelas ruas movimentadas do bairro do Recife transitavam estivadores e outros trabalhadores do porto, comerciantes importadores e exportadores que tinham seus escritórios na área, caixeiros das lojas, financistas e homens de negócios que dirigiam seus bancos e outras instituições.”<sup>177</sup> O bairro de Santo Antônio abrigava órgãos administrativos do governo e fervilhava culturalmente. Os principais jornais recifenses tinham sua sede nessa região, era o centro nervoso das discussões políticas na capital pernambucana. A Rua do Imperador e imediações abrigavam a sede dos principais jornais que circulavam em Recife além do Gabinete Português de Leitura. Pelo que foi visto, percebemos que havia grupos de homens que ficavam discutindo política. Nesse sentido, podemos inferir que, por ser um espaço público, onde circulavam muitas pessoas, de várias origens, elas poderiam parar para ouvir aqueles mais exaltados falando sobre política, fazendo críticas ao governo provincial e inclusive expondo ideias contrárias ao regime monárquico, ideias republicanas. No Jornal *A Epoca* do dia 21 de setembro de 1889, podemos

---

<sup>176</sup> COUCEIRO, Sylvia C. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. p. 27-59.

<sup>177</sup> *Ibid.*, p. 33.

perceber isso, “ainda não há muito ouvia-se nos comícios populares, nas tribunas das assembleias, e até no recinto augusto dos tribunais, pregarem doutrinas as mais subversivas”.<sup>178</sup>

Nesse sentido, podemos fazer uma alusão às ideias do movimento iluminista europeu, no século XVIII, que se difundiu em várias camadas sociais pelos espaços públicos como praças, tavernas, bares, cafés e, por que não dizer, as próprias ruas, onde as tramas se entrelaçam, cabendo ao historiador interpretá-las e dar um sentido. Nos desdobramentos da história de Antônio Chrispim, temos o assassinato de Ricardo Guimarães, na Rua do Imperador, em 15 de setembro de 1889, fato que comoveu Recife e também repercutiu nos principais jornais da capital brasileira, Rio de Janeiro. Esse episódio também vai ser importante em sua análise para demonstrarmos que o Caso Ricardo Guimarães tinha tudo para ser mais contundente nas reações contrárias ao governo provincial e monárquico, mais do que o Caso Chrispim, por ser um republicano convicto. Entretanto, ao escrever a história, não podemos fugir daquilo que a fonte nos proporciona. O próximo passo, portanto, será analisar o Caso Ricardo Guimarães, para compreendermos o que poderá estar por trás dos acontecimentos, ou seja, o *não-dito*, como diria Certeau. No dia 18 de setembro, o *Diario de Pernambuco* faz uma dura crítica ao desrespeito às leis no Caso Chrispim:

[...] rejeitamos, qualquer espécie de solidariedade nesse atentado, e sobra-nos energias para condená-lo, por quanto não enxergamos nenhuma atenuante para o caso crime praticado com a maior ostentação, à luz do dia, no meio de um povo que, com justa razão, goza de foros civilizado e amigo da liberdade, E dizemos crime, porque nenhuma lei autoriza e a própria moral condena o que foi feito contra a liberdade de Chrispim, vítima somente da prepotência das autoridades.<sup>179</sup>

No desenrolar do artigo, expõe-se o Caso Chrispim, afirmando que era próximo da família da moça que gostava de Chrispim, que havia saído de casa por livre e espontânea vontade, por isso o caso seria atenuado pelo fato de a moça ser maior de idade. Entretanto, o que chama a atenção no caso para o jornal é o fato de que “todas as fórmulas processuais” foram ignoradas, sendo um abuso inqualificável. Complementa: “Que culpa tem do fato os cidadãos portugueses, contra os quais foram atiradas palavras sediciosas e insultantes, pelas violências praticadas na pessoa de Chrispim.”<sup>180</sup> Nesse trecho demonstra que houve certa animosidade entre os populares e os portugueses. É bom lembrarmos que a moça era filha de um rico

<sup>178</sup> A *Ephoca*, edição 33, 21 set. 1889. <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>179</sup> *Diario de Pernambuco*, edição 213, 18 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>180</sup> *Diario de Pernambuco*, edição 213, 18 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2018.

comerciante português. O jornal acaba propondo uma reflexão sobre a participação dos portugueses nas esferas de poder. É bom notar que a relação entre brasileiros e portugueses teve muitas rugas, esse sentimento advém das “facilidades” ou “privilégios” que os portugueses tiveram no decorrer da História brasileira, mas não podemos esquecer que, no mesmo dia do jornal, um português foi assassinado na Rua do Imperador, Ricardo Guimarães.

Um aspecto interessante que deve ser ressaltado é a intensa luta política entre os editores, donos de jornais da época. Essa luta era por espaço no governo provincial, ou futuramente no próprio governo republicano. É possível observar nas fontes críticas contundentes aos adversários que muitas vezes estão em lados opostos, em outros momentos se unem contra um inimigo comum.

### **3.2 O Caso Ricardo Guimarães: “um português, o primeiro mártir desse atentado contra nossa liberdade”<sup>181</sup>**

Esta é a imagem de Ricardo Guimarães, branco, português, naturalizado brasileiro; era republicano, poeta e abolicionista (Figura 7). As imagens, fotos do século XIX, são difíceis de encontrar, por esse motivo resolvemos expor esta imagem, publicada no *Jornal 19 de Setembro*, Edição única. Logo a seguir, expomos a convocatória de Ricardo Guimarães para o dia 19 de setembro de 1889 (Figura 8).

---

<sup>181</sup> *Diário de Notícias*, edição 1561, 23 set. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

Figura 7 – Homenagem a Ricardo Guimarães



Fonte: Apeje, Setor Hemeroteca – APE 1889 – IAHGP, n. 60.

Figura 8 – Convocatória de Ricardo Guimarães para 19 de setembro de 1889

**Ao povo**  
 Convida-se o povo pernambucano a comparecer hoje as 4 horas da tarde á rua do Imperador em frente ao Gabinete Portuguez afim de encorporado levar uma caneta de ouro ao Dr. Martins Junior, um ramilhete ao Dr. Gaspar Drummond e outro ao redactor chefe do «Diario de Pernambuco» pela digna attitude que tomaram sobre o escandaloso caso-Chispim.  
 Pede-se o comparecimento de todos os bous pernambucanos.

Fonte: *Diario de Pernambuco*, Edição 212, 19 set. 1889.<sup>182</sup>

<sup>182</sup> Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

O aviso acima é um chamamento ao povo contra o Caso Chrispim. O autor do texto é aquele que, passados trinta minutos do horário marcado, viria a ser morto Ricardo Guimarães. O dia da convocação, dia 19 de setembro, foi o dia de sua morte. Entretanto, podemos perceber que o local para o encontro não foi por acaso, justamente o Gabinete Português, aliás, o pai da moça era português e o próprio Ricardo Guimarães também.

O *Jornal 19 de Setembro* trouxe a biografia de Ricardo Ribeiro Guimarães, que tinha 28 anos quando foi morto, nasceu em 1861, na freguesia de São Clemente Caldas de Taipas, em Portugal. Seus pais residiam na Quinta Bouça Nova, próximo a Braga. Chegou ao Brasil com a idade de 14 anos, seus pais queriam que se tornasse comerciante, mas afirmava que não tinha tino para o comércio. Entretanto, chegou a Pernambuco recomendado aos comerciantes locais, mas suas habilidades eram muito mais artísticas e literárias do que mercantis. Mudou-se de Pernambuco rumo ao Rio de Janeiro para tentar a vida de comerciante, mas retornou ao Recife em pouco tempo. Como não teve êxito nas capitais por onde passou, Ricardo decidiu passar um período em Penedo, estado de Alagoas. Naquela cidade fundou um periódico chamado *O Caixeiro*, jornal voltado para os interesses dos caixeiros, ou seja, era um jornal de classe.

Em Alagoas, na cidade de Penedo, entrou em atrito com os comerciantes locais, pois passou a exigir que os domingos devessem ser de descanso; conseguiu que as reivindicações fossem atendidas, mas a luta política acabou forçando-o a sair de Penedo. Ao retornar para Pernambuco, abandonou a carreira comercial, dedicando-se às letras, fundou alguns jornais, entre eles: *O Latego* (1883); *A Ideia* (1884); *Atalaia* (1884); *O Anti-Rebate* (1886); *O Recife* (1886). Segundo o *Jornal 19 de Setembro*, Ricardo tinha o “dom” para as letras e “para a poesia socialista e revolucionária”.<sup>183</sup> Entre seus principais posicionamentos políticos, Ricardo Guimarães defendeu ardorosamente a abolição da escravidão, dedicando vários versos à causa, publicando *As tragédias do Eito*, com o prefácio de Dr. Martins Júnior.<sup>184</sup> Ricardo Guimarães aderiu ao republicanismo, defendendo o federalismo. Segundo o *Jornal 19 de Setembro*:

[...] foi como Republicano, isto é, como amigo do povo, que Ricardo Guimarães esteve sempre no meio de todos os movimentos populares havidos nesta cidade. Foi como advogado da gente pobre e necessitada, que ele pôs-se à frente do grupo popular que reclamou aqui contra o embarque de farinha para o Ceará, foi ainda como amigo e advogado do povo que ele tomou parte

<sup>183</sup> *Jornal 19 de Setembro*. Edição única. Disponível em: Apeje, Setor Hemeroteca – APE 1889 – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), 1989, n. 60.

<sup>184</sup> Martins Júnior, redator do *Jornal do Recife*.

na agitação produzida nesta cidade pelas violências liberais praticadas contra Antônio Chrispim.<sup>185</sup>

No jornal, é possível perceber que Ricardo Guimarães se havia desvinculado de Portugal, e assimilado o Brasil e Pernambuco como sua “casa”, inclusive naturalizando-se. A passagem por Penedo e a sua luta política parece ter despertado a atenção do personagem em questão para a luta política. Contudo, os jornais pesquisados não apresentam Ricardo Guimarães como um homem perigoso. Por outro lado, é perceptível a mudança de postura política de Ricardo Guimarães ao encontrarmos desafetos políticos criados nos próprios periódicos onde trabalhou. Sobre esse tema, podemos citar o excerto:

[...] aproveitamos o ensejo para também responder as acres censuras que nos fez em seu último número o Rebate. A sua redação, com quem, aliás, não é nosso intuito entreter polêmica, referindo-se ao mesmo nosso amigo, a quem acima aludimos, disse de nós o que só de si poderia dizer, e contou tais histórias a seu jeito que, se fossem elas verdadeiras, a nossa vida jornalística seria um monturo de misérias.<sup>186</sup>

Ricardo Guimarães vai tornando-se uma figura política atuante nos embates que se sucederam a partir de 1884. No mesmo jornal, *O Latego*,<sup>187</sup> em maio de 1884, veicula uma poesia de Ricardo com o título *Devaneios*:

A' S...  
Em cada estrela que nos céus rutila  
Teu rosto julgo divisar formoso  
E em cada vaga que no mar oscila  
E em busto d'anjo, sideral, mimoso.

Em cada nota que hora reboa,  
E em cada trino que desfere a ave,  
Qual canto eólio desprendido a toa  
Tua voz eu ouço angelical, suave.

Pra qualquer lado que dirijo os passos,  
Que os olhos volvo, que dirijo a mente,  
Vejo-te sempre me estendendo os braços,  
Com teu sorriso provocante e ardente.<sup>188</sup>

<sup>185</sup> *Jornal 19 de Setembro*, edição única. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

<sup>186</sup> *O Latego*, 24 ago. 1884. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

<sup>187</sup> *Idem*, 3 maio 1884. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

<sup>188</sup> *Ibid.*

Contudo, no editorial do Jornal *O Latego*, vem seu posicionamento político do periódico afirmando os preceitos republicanos e abolicionistas:

[...] apresentamo-nos ao público despidos de proteção; a carta, ou por outra, o diploma que nos serve de guia, é a nossa consciência limpa de ações indignas, nua de preconceitos vãos. O estilo pede que nos declaremos. Pois bem; satisfaçamos a exigência do estilo. Somos republicanos intransigentes, somos abolicionistas; em nossa carreira havemos de combater os estudantes caricatos da adulação (isto é) aqueles que se preparam para mais tarde, tomar a borla do ridículo; não daremos quartel aos trás fugas nem aos bandidos leprosos que, desgraçadamente, nos cercam. É este o nosso programa. Para cumpri-lo é preciso muita coragem, muito heroísmo, havemos de o ter. Não pedimos emprestado aquilo de que podemos dispor. Muitos hão de achar esquisito o nosso programa, isto pouco nos importa<sup>189</sup>

É interessante salientar que temos duas situações distintas no mesmo periódico; uma em que Ricardo Guimarães expõe o seu sentimento, haja vista que aos 23 anos, provavelmente, estava ansioso por atingir o coração da amada. Lembremos que, ao morrer, deixou quatro filhos pequenos aos 28 anos. A outra é a proposta política de combate à escravidão e a luta contra as injustiças do regime monárquico e sua estrutura baseada no nepotismo, nas vantagens políticas. É um discurso que infelizmente reverbera na contemporaneidade brasileira. Ricardo declara-se republicano convicto e não tinha receio de expor suas ideias.

O Jornal *A Epoch*,<sup>190</sup> do dia 20 de setembro de 1889, trouxe um artigo sobre a morte de Ricardo Guimarães denominado “*Crime horroroso*”. No mesmo dia 20, explana sobre o *meeting* que foi convocado pelo próprio Ricardo, e sua morte à punhalada no coração, em frente ao comércio, mas o que chama a atenção é a nota seguinte: “[...] fato estranho e assombroso: a polícia que em todas as precedentes reuniões ostentadamente percorria as ruas desta capital desta vez havia desaparecido por encanto! Nenhum soldado foi encontrado nas proximidades do teatro do crime!”<sup>191</sup>

A suspeita que o jornal levanta é que foi um crime encomendado por alguém que tem recursos para paralisar a polícia. Infelizmente, os crimes políticos ainda são cometidos em várias cidades do Brasil em pleno século XXI.

O jornal demonstra indignação com a ausência da polícia e a demora para encontrar o assassino. Segundo o *Diário de Pernambuco*,<sup>192</sup> do dia 20 de setembro de 1889, o assassino era um indivíduo acaboclado, funcionário municipal, exercendo o cargo de guarda fiscal na

<sup>189</sup> *O Latego*, 3 maio de 1884. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2018.

<sup>190</sup> *A Epoch*, edição 32, 20 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 jul. 2018.

<sup>191</sup> *Ibid.*

<sup>192</sup> *Diário de Pernambuco*, edição 213, 20 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 15/07/2018.

freguesia da Boa Vista. Ao cometer o assassinato, refugiou-se no prédio do Jornal *A Província* na Rua do Imperador. O povo cercou o prédio, mas nem o povo nem a polícia conseguiram entrar para prender o assassino.

É interessante notar que o redator do Jornal *A Província*, Gaspar Drummond, teve de acalmar os ânimos da população para que não invadisse o local. Segundo o jornal, “o morto Ricardo Guimarães, naturalizado brasileiro, era republicano e agitador, mas homem incapaz de ofender fisicamente a quem quer que fosse”.<sup>193</sup> Esse fato exposto no jornal nos dá a dimensão de que Ricardo Guimarães era tolerado pelos grupos políticos que disputavam o poder. Entretanto, foi o Caso Chrispim que decretou sua morte: “Parece que serviu de pretexto ao crime de que foi vítima o fato de ter ele tomado parte nos últimos *meetings* havidos a propósito da questão Antônio Chrispim.”<sup>194</sup> Essa passagem textual foi extremamente importante para compreendermos que a trama de Ricardo Guimarães estava intimamente ligada à trama de Antônio Chrispim, mas não a questão de ele ser ou não republicano.

O fato de ser republicano não serviu para o partido republicano reivindicar a ofensa cometida por outros grupos distintos, ou seja, liberais ou conservadores. Inclusive essa nota serviu para interpretarmos a realidade vivida no Recife no período em que os republicanos, liberais e conservadores disputavam o poder pelo país. Esse cenário de disputa será abordado no próximo capítulo, comparando por meio de fontes de São Paulo e Recife, tomando como base o Caso Ricardo Guimarães.

O *Diario de Pernambuco* entrevistou uma testemunha do assassinato, Dr. Júlio Mendonça, afirmando que o autor do crime foi o fiscal municipal Antônio de Paula Neves, e os policiais impediram que o povo entrasse no prédio da Província. No fim do artigo, acrescenta: “Ai tem a polícia os fios da meada; puxe por eles; que só não prenderá o assassino se não quiser.” Nesse final, deixa claro que foi um crime encomendado.

Um fato que chama a atenção em relação aos dois episódios, Caso Chrispim e Caso Ricardo, é o *Jornal do Recife* não fazer nenhum artigo a respeito, apenas uma menção no dia 21 de setembro de 1889, no setor reservado à Polícia, algo institucional. Entretanto, o *Diario de Pernambuco* do dia 20 de setembro de 1889 traz um artigo com o título “*Jornal em flagrante*”, fazendo uma dura crítica por ter-se “compadecido” do governo.

---

<sup>193</sup> *Diario de Pernambuco*, edição 213, 20 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 jul. 2018.

<sup>194</sup> *Ibid.*

A polícia, por sua vez, impediu que a população fizesse justiça com as próprias mãos, pois algumas instituições pernambucanas estavam sendo criticadas severamente por violarem direitos inalienáveis do indivíduo.

Segundo o *Diario de Pernambuco*, em sua trajetória política, Ricardo Guimarães, carregou consigo alguns desafetos. O Jornal *O Latego*,<sup>195</sup> por exemplo, publica uma dura nota de repúdio ao republicano ao se despedir do jornal para ingressar em outro de cunho republicano.

O Rebate declama, e a nossa dignidade se antepõe aos salteadores da bolsa alheia que, a pretexto de órgão republicano vivem a impacientar o publico com as suas diatribes, e até obscenidades. [...], pois o que nós embora imprensa obscura o desprezamos.<sup>196</sup>

Em 1889, decerto Ricardo Guimarães estava mais convicto de suas concepções republicanas. O que se sabe é que sua morte extrapolou os limites territoriais de Pernambuco, os jornais da capital do Brasil noticiaram sua morte.

O Jornal *Gazeta de Notícias*,<sup>197</sup> do dia 20 de setembro de 1889, na área reservada a telegramas, apresenta a exposição do ocorrido em Recife com o seguinte título em letras Maiúsculas TUMULTO EM PERNAMBUCO – ASSASSINATO. Expõe a morte de Ricardo Guimarães, atribuindo-a aos liberais nas agitações republicanas. Entretanto, exime-se da comprovação ao mesmo tempo em que estranha que o assassino tenha-se refugiado no Jornal *A Província* sob o olhar dos populares.

Por outro lado, informa que “os republicanos não querem interferir nos acontecimentos, procurando assim evitar novos conflitos”, e logo em seguida afirma, “os eleitores do primeiro e segundo distritos, em grande número, rasgaram os seus diplomas, tendo muitos aderidos à causa republicana”. Nos principais jornais de Recife não se constatou esse fato. Percebe-se, nesse sentido, uma intencionalidade por parte do jornal carioca em dar uma dimensão maior do que aconteceu em Recife. Podemos atribuir às disputas políticas mais acirradas na capital do Brasil entre os grupos políticos e um número crescente de adeptos da causa republicana. É interessante notar que no fim do artigo mostra certa calma no Recife em que havia certos grupos reunidos, mas não houve conflito.

---

<sup>195</sup> *O Latego*, 24 ago. 1884. Jornal republicano. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 20 ago. 2018

<sup>196</sup> *Ibid.*

<sup>197</sup> *Gazeta de Notícias*, edição 264, 21 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2018

O jornal *O Paiz*<sup>198</sup> faz o relato da morte de Ricardo, uma pequena nota sem destaque algum. No entanto, na edição do dia seguinte, o jornal relatou o caos em que o Recife se encontra: “reina o pânico e a indignação geral pela falta de providências que restabeleçam a tranqüilidade pública.”<sup>199</sup> No artigo do dia 22, *O Paiz* não fez nenhuma observação sobre o caso de Ricardo, o enfoque ficou em Chrispim. É perceptível que o Caso Chrispim poderia trazer mais frutos políticos do que a morte de Ricardo. No caso de Chrispim, havia uma questão crucial, os direitos do indivíduo que foram afetados. Enquanto Ricardo fora apenas um efeito colateral do processo de Chrispim. Portanto, a morte de Ricardo não foi vista como a morte de um ativista republicano em pleno exercício de suas atribuições republicanas, fruto de uma luta política entre os grupos rivais, mas uma questão de cunho pessoal, uma briga de rua. No dia 24, *O Paiz* esqueceu novamente Ricardo.<sup>200</sup>

No Jornal *Diário de Notícias*,<sup>201</sup> atribui-se a morte de Ricardo “aos delírios das paixões de partido”; novamente a ênfase se volta para o Caso Chrispim. No dia seguinte, transforma Ricardo “primeiro mártir desse atentado contra as nossas liberdades”.<sup>202</sup> Essas linhas tratadas nos jornais da capital reforçaram algo que estava presente no início desta pesquisa, a perspectiva de que os embates políticos no Recife estavam mais restritos às disputas entre os líderes políticos locais do que a aspirações políticas doutrinárias e sectárias. Por meio dos jornais, percebemos a disputa entre redatores, donos de jornais pelo espaço político; em alguns momentos, eram inimigos declarados, em outros, aliados. Senhores como Dr. Gaspar Drummond, Dr. José Mariano, Dr. Martins Junior, Dr. José Maria, Dr. Ulisses Viana, Sigismundo Gonçalves, Manoel Figueroa de Farias.

A *Gazeta de Notícias*,<sup>203</sup> em telegrama apresentado no jornal enviado de Recife, afirma que o *meeting* proposto pelo *Diario de Pernambuco* e os líderes locais, entre eles, Dr. Marins Junior e Gaspar Drummond, havia sido proibido. Portanto, uma multidão estava reunida na Rua do Imperador, pacificamente, quando Ricardo Guimarães foi assassinado e o executor acabou fugindo para a sede do jornal *A Província*. No entanto, tem uma nota interessante “o assassino

<sup>198</sup> *O Paiz*, edição 1809, 20 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 ago. 2018.

<sup>199</sup> *Idem*, edição 1810, 21 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 ago. 2018.

<sup>200</sup> *Idem*, edição 1813, 24 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 22 ago. 2018.

<sup>201</sup> *Diário de Notícias*, edição 1560, 21 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>202</sup> *Idem*, edição 1561, 23 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>203</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, edição 263, 20 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

de Ricardo Guimarães é um tal de Paula Neves, capanga liberal, e muito conhecido por suas tropelias”<sup>204</sup> e segue, “é geral o pânico”.

Podemos verificar que a mesma situação que foi encontrada nos periódicos esboça-se na *Gazeta de Notícias*, mas podemos acrescentar outro fato importante, o assassino era um capanga dos liberais. Precisamos lembrar que o Presidente da Província de Pernambuco era um membro do Partido Liberal, assim como o próprio Visconde de Cairu, Ministro do Império. O jornal oferece uma pequena biografia de Ricardo Guimarães, afirmando que “havendo-se ligado de coração e de espírito a nossa pátria, filiar-se ao partido republicano, de que era um dos modestos e ferventes soldados”.

Nesse sentido, podemos perceber que Ricardo não era uma figura pertencente à elite pernambucana, mas circulava entre aqueles que detinham o poder. A nota segue “entusiasta, mas não exaltado, viam-no em todos os movimentos populares do Recife”. Ricardo Guimarães pelo que foi notado na análise das fontes era uma figura ativa e, por isso, provavelmente tenha conseguido em sua carreira política ter alguns desafetos poderosos que poderiam ter posto um ponto final em suas ações. Entretanto, o crime da Rua Imperador não parece estar ligado às questões republicanas, mas ao Caso Chrispim, haja vista que foi ele quem instigou a reunião para exigir das autoridades um fim para o caso.

O *Diário de Notícias*, do dia 23 de setembro de 1889, em um longo artigo em um longo artigo com o título *Crime de Recife*, aponta para o criminoso, o governo provincial que cedeu aos caprichos de um grupo político, desviando-se de seu objetivo que seria servir ao bem comum e afirma:

[...] do governo, enfim, que gerou esse homicídio, e manchou-se no sangue derramado, promovendo, pela insolência dos seus atos sucessivos de infração à legalidade, os conflitos cujo resultado natural foi a perpetração da morte de um homem bom, útil, generoso, imolado aos hábitos cínicos do nosso espírito de partido, cuja influência é o alfa e o ômega nessa cadeia de abusos oficiais.  
205

Novamente o assassinato ficou em segundo plano para que a autoridade provincial e o governo liberal fossem responsabilizados pelos atentados cometidos a Chrispim e a Ricardo Guimarães. É interessante notar que o Imperador em nenhum momento foi questionado em seu poder constituído. A crítica recai sobre o Partido Liberal, é notória a apatia ou falta de

<sup>204</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, edição 263, 20 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>205</sup> *Diário de Notícias*, edição 1561, 23 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

posicionamento do governo imperial em relação a tais acontecimentos. Porque em toda argumentação a crítica é em relação ao poder do gabinete. Duas possibilidades: a primeira é a de que realmente o governo imperial procurava se abster de assuntos relacionados com as questões provinciais, e a segunda possibilidade é a convicção de que o governo não se sustentaria por muito tempo e por isso estaria abrindo espaço para as disputas mais acirradas entre os grupos políticos distintos.

No *Diario de Pernambuco*,<sup>206</sup> do dia 21 de setembro de 1889, o artigo na primeira página tem o título *Calma e prudência*; faz alusão ao crime do Caso Chrispim, como um crime imaginário, ferindo os princípios das garantias constitucionais<sup>207</sup> e o profundo desgosto que a morte de Ricardo Guimarães provocou.

O artigo 179 da Constituição de 1824 afirma que são invioláveis os direitos civis e políticos do cidadão, sendo a base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, portanto, após a Lei Áurea de 1888, todos os indivíduos no território nacional são iguais. Entretanto, a lei existe, mas não é aplicada.

O item 8.º do artigo 179 da Constituição é enfático: “Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, exceto nos casos declarados na lei.”<sup>208</sup> No caso de Chrispim, foi obrigado a aceitar seu recrutamento, e no item 10 verbaliza: “À exceção de flagrante delito, a prisão não pode ser executada senão por ordem escrita da autoridade legítima. Se esta for arbitrária, o juiz, que a deu, e quem a tiver requerido serão punidos com as penas que a lei determinar.”<sup>209</sup> Na verdade, a pressão para que Antônio Chrispim fosse solto rendeu resultado, mas ninguém foi punido.

O *Diario de Pernambuco* do dia 21 de setembro de 1889 afirma que a “ordem não foi perturbada”; isso depõe contra os artigos que circulavam na capital do país em que colocava Recife numa situação de caos, pois “o povo conservou-se em atitude de quem reflete ante um estupendo acontecimento que o surpreendeu e o desnordeou”.<sup>210</sup> Na edição seguinte, do dia 22 de setembro, na área reservada *Publicações a Pedidos*, de autoria anônima, muito comum nos jornais de época, faz o seguinte questionamento: “o que podia ter movido o braço homicida?

<sup>206</sup> *Diario de Pernambuco*, edição 214, 21 set. 1889. <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>207</sup> BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*, de 25 de março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

<sup>208</sup> *Ibid.*

<sup>209</sup> *Ibid.*

<sup>210</sup> *Diário de Pernambuco*, 21 set. 1889 ed. 214. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2018.

Razões de ordem particular? Rixas antigas? Temos sobejos motivos para não acreditá-lo.”<sup>211</sup> No decorrer do artigo, afirma que Ricardo Guimarães era uma pessoa popular e tinha sido preso pelo delegado por tentar falar ao povo, inclusive o assassino era conhecido de Ricardo, conversaram várias vezes, e afirma logo em seguida: “O assassino cumpria uma ordem. A conversa foi um pretexto para se aproximar da vítima.”<sup>212</sup> O autor lança uma crítica ao chefe de polícia Gerônimo de Arruda que fez vistas grossas no lugar do crime e partiu para o palácio para assistir aos “guitarristas espanhóis, que estão fazendo as delícias da elite da sociedade pernambucana”.<sup>213</sup> A crítica mais severa, do qual levanta suspeitas, é em relação ao Sr. José Maria, dono do Jornal *A Província*:

cremos, que o Sr. Dr. José Maria seja incapaz de, a sangue frio *matar uma mosca*; pode, portanto, não ter nenhuma responsabilidade no lamentabilíssimo fato de que nos temos ocupado; mas o que é exato é que a opinião pública anda apreensiva. Como quer que seja, se o assassino não fosse um bom cabo de eleição um homem que já lhe tivesse prestado e aos seus amigos assinalados serviços, não seria o ilustre popular o primeiro a entregá-lo a ação da justiça?<sup>214</sup>

O assassino era conhecido dos principais grupos políticos de Recife, era conhecido de Ricardo Guimarães. Os donos do *Jornal A Província* não permitiram a entrada das autoridades para a captura do assassino. A polícia não passou incólume a outro artigo do mesmo setor, *A Pedidos*; demonstra que em “toda parte” o nome do assassino estava reverberando e um completo silêncio das autoridades, no caso o chefe de polícia, Gerônimo de Arruda, pois o “silêncio por parte de S. S. muito dá que pensar e desde já faz desconfiar da sua parcialidade na descoberta das provas que devem conter-se no inquérito a respeito do fato, quanto a seu autor”.<sup>215</sup> A crítica às autoridades é contundente, pois no *Diario de Pernambuco*<sup>216</sup> do dia 24 de setembro de 1889 pode ter uma resposta a esse impasse, pois em *A Pedidos*, autor anônimo de codinome Justus diz:

O assassino quando se dirigiu para o prédio da tipografia daquele jornal, tinha a certeza de que dali lhe seria fácil e cômodo escapular-se, como sucedeu, e algumas horas depois o Sr. Dr. Chefe de Polícia tinha a pretensão de ainda

<sup>211</sup> *Diario de Pernambuco*, edição 215, 22 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>212</sup> *Ibid.*

<sup>213</sup> *Ibid.*

<sup>214</sup> *Ibid.*

<sup>215</sup> *Ibid.*

<sup>216</sup> *Idem*, edição 216, 24 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2018.

poder encontrá-lo à mão no mesmo prédio!!! Quanta simplicidade !! Não nos admira que S. S. assim procedesse, quando houve quem na mesma noite do dia em que se deu esse horroroso fato, recebesse os seus *habitués* das quintas-feiras. Com quem banqueteu até tarde, sem ligar a mínima importância ao pânico que reinava na cidade e a enormidade do atentado.<sup>217</sup>

Conclui o artigo pedindo para que o chefe de polícia entregue seu cargo, pois é de sua responsabilidade a situação em que se encontrava o Recife. Na verdade, é nas entrelinhas que percebemos que o Sr. José Maria, assim como boa parte de uma elite pernambucana, não estavam muito preocupados com os acontecimentos recentes, que seus interesses não seriam afetados, inclusive a crítica é direcionada ao chefe de polícia.

Em outro artigo do dia 25 de setembro de 1889 do *Diario de Pernambuco*, no setor *A Pedidos*, Gaspar Drummond em resposta a José Maria, nesse artigo trouxe um episódio que pode elucidar o Caso Ricardo Guimarães, pois Gaspar Drummond, ao ser abordado pela multidão para que aceitasse a defesa de Chrispim, viu-se encurralado e o delegado de polícia com José Maria deram a solução para o imbróglio:

ao aproximar-me da tipografia da Província e descobrindo o Dr. José Maria, fiz-lhe ver em que condições achava-me envolvido no acontecimento e o pedi-lhe que guiasse o povo em defesa de seus direitos. O Sr. Dr. José Maria indicou-me um meio, exatamente aquele que S.S. não adotaria, fugir ´entrando pelas oficinas da Província e saindo pela parte de trás. Eu não era um criminoso para fugir.<sup>218</sup>

Logo em seguida, Gaspar Drummond afirma que o próprio chefe de polícia havia indicado que Gaspar Drummond fugisse pela tipografia. Com base nessa exposição, podemos afirmar que o assassino sabia o que estava fazendo, a morte de Ricardo Guimarães tinha um interesse por trás, se político ou pessoal, só novas fontes poderão nos dizer.

No *Diario de Pernambuco*, do dia 26 de setembro, em *A Pedidos*, um artigo anônimo, faz duras críticas a José Maria, a quem chama de “Marat mirim”, chamando-o de “ridículo energúmeno” e depois desfere:

[...] quem na Assembleia Provincial acoimou de ladrões e assassinos – os leões; quem na mesma tribuna e na imprensa tem atacado a honra de toda a gente [...] O Sr. José Maria, felizmente, é bem conhecido. Não há nesta

<sup>217</sup> *Diario de Pernambuco*, edição 216, 24 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>218</sup> *Idem*, edição 2017, 25 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 20 ago. 2018.

província um homem de bem que não sinta nojo do contato com semelhante pústula.<sup>219</sup>

É interessante salientar que esses artigos anônimos, na época, poderiam ser facilmente descobertos, graças aos círculos de amizade, as características e estilos de cada escritor. Seria muito produtivo para futuras pesquisas uma análise sobre os autores anônimos e suas críticas, haja vista que muitas “verdades” poderiam ser ditas escondidas nesse pretense de anonimato. Segundo Certeau, na operação historiográfica, cabe ao historiador encontrar *o não-dito* na fonte, pois “toda a interpretação histórica depende de um sistema de referência; que esse sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que, infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à “subjetividade” do autor”.<sup>220</sup>

No dia 27 de setembro, o *Diário de Pernambuco*,<sup>221</sup> em *A Pedidos*, traz uma nota interessante do próprio dono do jornal, Figueroa Sobrinho, que se sentiu incomodado com um artigo publicado de forma anônima no *Jornal A Província*:

*Musa Extravagante* – Sob esta epígrafe e em um soneto extravagante publicado na *Província* de ontem, um meu desafeto gratuito pretendeu deitar espírito, abusando de minha assinatura. Nunca tive a honra de inserir escritos meus nas colunas da *Província*, pois que tenho a minha disposição as do *Diário*, razão esta para que ao ler-se tal soneto fique-se sabendo que ele não é de minha lavra. Nunca tive costume envolver-me em intrigas e criar desafetos, por isso desconheço esse que pretende molestar-me. Aproveito o ensejo para declarar que não sou escritor do *Diário* que usa do pseudônimo Themis; faço-o por que se me tem argüido disso; como também que ainda me envolvido na questão Chispim nem por palavras, nem por escritos na imprensa. É bom ficar isso à limpo para a tranquilidade do meu espírito.<sup>222</sup>

É bem provável que, escondido nas fileiras dos anônimos, os donos de jornais, utilizassem esse artifício para ferir seus inimigos políticos. Atualmente, as redes sociais e a internet abrem essa perspectiva para aqueles que, muitas vezes, querem atingir seus adversários políticos ou desafetos. Hoje temos o que poderíamos chamar de *Fake News*, pois existem leis para coibir tais crimes.

No meio das agitações políticas do Recife, sai uma nota significativa do Partido Republicano em *A Pedidos* no *Diário de Pernambuco* de 28 de setembro de 1889:

<sup>219</sup> *Diário de Pernambuco*, edição 218, 26 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>220</sup> CERTEAU, 2002, p. 48.

<sup>221</sup> *Diário de Pernambuco*, edição 219, 27 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>222</sup> *Ibid.*

O diretório central do Partido Republicano declara ter sido inteiramente alheio à agitação havida nesta cidade com relação às violências sofridas pelo jockey Antonio Chrispim. Outro sim, que considera simplesmente como um derivativo a insistência com que se fala, em certa imprensa em gritos hostis aos portugueses. Para prova de seus sentimentos o Diretório lembra ao público que conta em seu seio um português naturalizado, o Dr. Antônio de Sousa Pinto. E, já provocaram a questão, lembra ao povo que tal grito é de origem liberal, praieira, sendo ao som dele que foram assassinados em junho de 1847, na rua da Praia, diversos portugueses. Estava no poder o partido liberal e, como agora com o assassinato do português naturalizado Ricardo Guimarães, nenhuma pena sofreram os autores da carnificina.<sup>223</sup>

Com esse artigo, concluímos que o Partido Republicano, não esteve presente como órgão contrário ao Caso Chrispim nos movimentos que estavam aflorando no Recife por causa desse episódio. Outra questão importante é que Ricardo Guimarães, provavelmente, tenha atuado de forma independente, não estando a serviço do Partido Republicano, mas em defesa de convicções pessoais. Por outro lado, podemos inferir que tanto a questão Chrispim, quanto o Caso Ricardo Guimarães são duas tramas que se entrelaçam nas disputas políticas de grupos que disputavam o poder. Mais forte era o desejo de controle da província do que a luta pela mudança nos rumos da forma de governo.

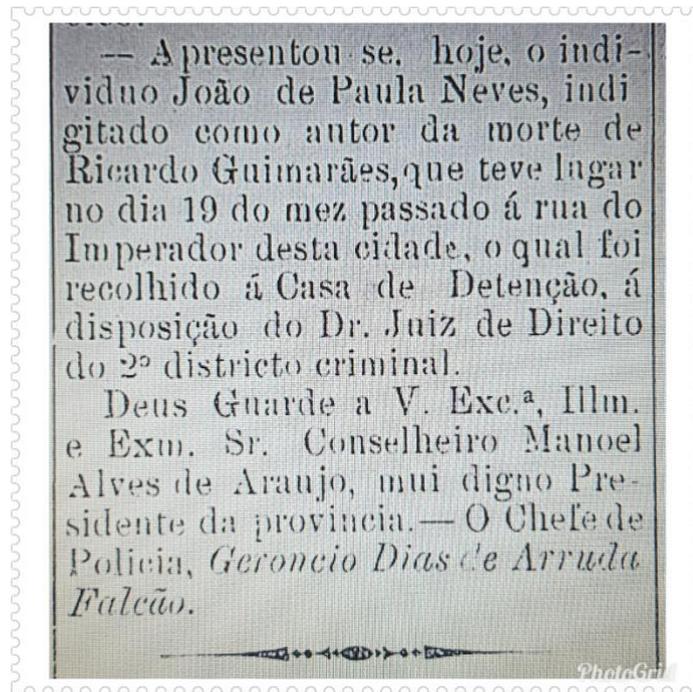
No início de outubro, os dois casos que se entrelaçaram teriam suas questões que tanto suscitaram debates arrefecidos pelos embates que viriam a se configurar em um novo regime, a República. No dia 4 de outubro,<sup>224</sup> menos de um mês após sua prisão e ida para Fernando de Noronha, Antônio Chrispim de Oliveira chega ao Recife a bordo do vapor São Francisco. Muita gente se reuniu no cais da Companhia Pernambucana para recepcioná-lo, desembarcando na Rua da Aurora, saindo acompanhado de praças, sendo conduzido até o comando do batalhão, saindo logo em seguida em liberdade. A multidão dispersou-se sem maiores incidentes.

No Caso Ricardo Guimarães, foi veiculada uma pequena nota no *Diario de Pernambuco*, do dia 1.º de outubro, sobre o juiz substituto do 2.º distrito criminal; a requerimento do primeiro promotor público, expediu mandado de prisão contra Paula Neves, autor do assassinato (Figura 9).

<sup>223</sup> *Diario de Pernambuco*, edição 220, 28 set. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>224</sup> *Ibid.*, edição 226, 5 out. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

Figura 9 – Nota sobre o recolhimento de João de Paula Neves à Casa de Detenção



Fonte: Jornal *A Epocha*, edição 51, 17 out. 1889.<sup>225</sup>

Na verdade, seu nome era João de Paula Neves. Ele acabou entregando-se à polícia em 16 de outubro de 1889,<sup>226</sup> sendo recolhido à Casa de Detenção, ficando à disposição do juiz do 2.º distrito criminal. No dia 17 de outubro, o Jornal *A Epocha* divulgou o fato. Nos dias subsequentes, as referências ao caso deixaram de ser reportadas nos jornais.

<sup>225</sup> Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 6 jan. 2019.

<sup>226</sup> *Diário de Pernambuco*, edição 236, 17 out. 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 ago. 2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1998, em pleno fim do Curso de História na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, durante a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, deparei-me com o Caso do Hotel Brazil. Esse caso ficou “engavetado” por vinte anos, esperando a oportunidade de vir à tona.

Esta dissertação, na verdade, pode ser considerada uma homenagem a esta fonte que inspirou todo o desenvolvimento deste trabalho. O Caso do Hotel Brazil refere-se ao aprisionamento do subdelegado de polícia da cidade de São José do Rio Pardo em 1889 por líderes republicanos da cidade. Os republicanos tinham uma milícia própria com mais de 300 capangas. A pesquisa foi feita no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Em Pernambuco, no mesmo ano de 1998, foi feita uma pesquisa no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), no setor da hemeroteca, em vários jornais de época para correlacionar as lutas políticas em Pernambuco com São Paulo.

O conteúdo encontrado foi muito significativo, servindo de suporte a esta pesquisa. Foram encontradas em vários jornais referências às disputas políticas, mas em nenhuma fonte foram noticiados enfrentamentos como ocorreram em São Paulo.

Em Recife, as lutas tinham outra dimensão, pois não estavam voltadas para questões nacionais, mas para os interesses regionais. Os grupos políticos locais disputavam espaços nesse cenário.

No centro das discussões, emerge o Caso Antônio Chrispim, jovem mulato, *jockey*, conhecido na província. Ele foi preso, sofreu castigos físicos, sendo recrutado forçadamente e obrigado a servir em Fernando de Noronha. Seu “crime” foi envolver-se com a filha de um rico comerciante português de Recife. O caso repercutiu nos principais jornais da capital do país. O Caso Chrispim instigou os ânimos em Recife.

O jornalista, poeta, republicano e abolicionista Ricardo Guimarães, defensor de causas populares, saiu em defesa de Antônio Chrispim, convidando a população a fazer um protesto no dia 19 de setembro de 1889. Nesse mesmo dia, meia hora depois de marcado o lugar, Ricardo Guimarães foi assassinado.

Tendo como fundamentação teórica Paul Veyne, partimos para conectar as três tramas: Caso Hotel Brazil, Caso Antônio Chrispim e Ricardo Guimarães para compreender o processo de declínio do Império no Brasil.

As lutas políticas após a vinda da Família Real para o Brasil tomaram uma dimensão importante no cenário pernambucano, culminando com a Revolução Pernambucana de 1817. O

espírito republicano floresceu na província, entretanto, houve um custo político, principalmente após as experiências malogradas da Confederação do Equador de 1824 e da Revolução Praieira de 1848.

O Segundo Império teve à frente D. Pedro II que, desde 1840, sobre equilibrar os interesses das oligarquias “jogando” politicamente com o Partido Liberal e o Partido Conservador.

Após 1870, a crise se instaurou no Império, fruto de uma situação econômica e política desfavorável após a Guerra do Paraguai. Uma nova força política emergiu nesse mesmo ano, o Partido Republicano.

As disputas políticas da região Sudeste, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, tornaram-se mais fortes graças às grandes exportações de café. Entretanto, é interessante notar que o Brasil não era só o café, como também não fora somente o açúcar. O Brasil havia-se diversificado, sua economia buscava o exemplo de países que estavam em pleno curso capitalista e industrializante.

Nossa indústria era incipiente, mas D. Pedro II, em seu esforço de modernização, tentou mostrar o Brasil para o mundo, inclusive na mostra de Paris. A doença do imperador e o processo sucessório deixaram essa elite brasileira no centro de uma celeuma em relação ao Terceiro Reinado, pois o Conde D’Eu não era unanimidade.

Para piorar a situação, a abolição da escravidão em 1888 trouxe consigo a questão da indenização aos antigos senhores de escravos que pressionavam o governo a pagar pelos prejuízos decorrentes da abolição. Como houve a negativa por parte do governo, muitos dos antigos aliados de D. Pedro II passaram a apoiar o regime republicano, ficaram conhecidos como os “republicanos da abolição”.

Por outro lado, os militares que participaram da Guerra do Paraguai, após a vitória, queriam mais investimentos, melhores salários, mas não obtiveram muito sucesso nas suas reivindicações. Para piorar a situação, passaram a enxergar a monarquia como a responsável pelo atraso do Brasil. Muitos militares tornaram-se republicanos, outros positivistas.

A indicação do ministro Liberal Visconde de Cairu para substituir o ministro Conservador João Alfredo, em 6 de junho de 1889, foi a derradeira tentativa de D. Pedro II segurar as “rédeas” do Império, no entanto, as reformas chegaram tarde demais, e o Império sucumbiu em novembro de 1889.

## JORNAIS

- APEJE. *19 de Setembro*, Edição única em homenagem a Ricardo Guimarães, morto no dia 19 de setembro de 1889. APE 1889, 1989, n. 60.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *A Epocha*, edição 29, 17 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *A Epocha*, edição 30, 18 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *A Epocha*, edição 31, 19 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *A Epocha*, edição 32, 20 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *A Epocha*, edição 33, 21 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *A Epocha*, edição 34, 22 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *A Epocha*, edição 51, 17 out. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Notícias*, edição 1520, 13 ago. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Notícias*, edição 1560, 21 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Notícias*, edição 1561, 22 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Notícias*, edição 1555, 17 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 209, 15 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 212, 19 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 213, 18 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 213, 20 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 214, 21 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 215, 22 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 216, 24 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 217, 25 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 218, 26 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 219, 27 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 220, 28 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 226, 5 out. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Diário de Pernambuco*, edição 236, 17 out. 1889.
- ARQUIVO PÚBLICO DE SÃO PAULO. *Diário Mercantil*, 4 out. 1888. Manuscritos T. I. Polícia. Lata: 268 ordem Pasta 268, Ordem 2703, Doc. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, edição 263, 20 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Gazeta de Notícias*, edição 264, 21 set. 1889.

- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, edição 1452, 28 set. 1888.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, edição 1453, 29 set. 1888.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, n.º 1464, 10 out. 1888.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, edição 1772, 14 ago. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, edição 1806, 17 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, edição 1807, 18 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, edição 1809, 20 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, edição 1810, 21 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, edição 1811, 22 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, edição 1813, 24 set. 1889.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *O Paiz*, edição 1814, 25 set. 1889.
- APEJE. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Clarim*. Recife, 16 jun. 1889.  
(Apeje), Império do Brasil, 465 – Setor Hemeroteca.
- APEJE. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *O Combate*, órgão republicano,  
Recife, ano 1, n. 2, 10 jul. 1889. Disponível no Apeje.
- CEPE. *O Latego*, 24 ago. 1884.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- ALONSO, Ângela. *Apropriação de ideias no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 1, p. 7. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000243.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2018.
- BACELLAR, Carlos. O uso e o mal uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Obras Escolhidas, v. 3).

- BLOCH, Marc L. B. *Apologia da História, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro; Zahar, 2001.
- BRAGA, Claudio Mendonça. *O caráter nacional dos partidos políticos na federação brasileira*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*, de 25 de março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada por Sua Majestade o Imperador. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.
- BRASIL. *Lei de 16 de dezembro de 1830*. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 21 set. 2018.
- CABRAL, Flavio José Gomes. *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador, Pernambuco, 1820*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- CABRAL, Flávio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de (Org.) *A construção nacional, 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012a. v. 2.
- CARVALHO, José Murilo. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *A construção nacional, 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012b.
- CARVALHO, Marcus J. M. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 331-366, 1998.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHACON, Vamireh. *Joaquim Nabuco: revolucionário conservador, sua filosofia política*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- COSTA, Emília V. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

- COUCEIRO, Sylvia C. *Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- DUARTE, José L. *Recife no tempo da maxambomba, 1867-1889: o primeiro trem urbano do Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: USP, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a república*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- GOMES, Marleide da Mota. Resumo. In: The decline of Dom Pedro II's empire and health: neurophatogenic implications. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, São Paulo, v. 65, n. 4b, p. 1260-1265, dez. 2007.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República*. 7. ed. Rio de Janeiro, 2005. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- IBGE. *Sinopse do censo demográfico 2010 Brasil: Tabela 1.6 População nos censos demográficos segundo os municípios das capitais 1872-2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 3 jan. 2019.
- LEMOS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial, 1870-1889*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 3.
- LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos G. *História do Brasil: uma interpretação*. 3. ed. São Paulo: Senac, 2012.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- LYNCH, Christian E. C. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político*. São Paulo: Alameda, 2014.

MACHADO, Heloisa Guaracy. De res publica e de república: o significado histórico de um conceito. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-15, out. 1995.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 32. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MARTINS, Cesar Eugênio Macedo de Almeida. *A dinâmica do recrutamento militar na Província de Minas Gerais: mobilização, conflito e resistência durante a Guerra do Paraguai, 1865-1870*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. 2 t.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Introdução de Gilberto Freyre. Brasília: Senado Federal, 1998.

NASCIMENTO, Luiz do. Diários do Recife, 1829-1900. In: NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco, 1821-1954*. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1966. v. 2, p. 94-121.

PRADO JÚNIOR, Caio da Silva. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense. 1999.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura: as apostas da República. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.) *A abertura para o mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 3.

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia as Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.) *A abertura para o mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012a. v. 3.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.) *A abertura para o mundo, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012b. v. 3

SETTE, Mário. *Arruar: história pitoresca do Recife antigo*. Recife: Cepe, 2018. (Coleção Letra Pernambucana).

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Unesp, 2010.

VEYNE, Paul M. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

